

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

MEMÓRIA E COTIDIANO DO OPERÁRIO TÊXTIL
NA CIDADE DE BRUSQUE-SC:
A GREVE DE 1952.

MARLUS NIEBUHR

FLORIANÓPOLIS

1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

MEMÓRIA E COTIDIANO DO OPERÁRIO TÊXTIL
NA CIDADE DE BRUSQUE-SC:
A GREVE DE 1952.

MARLUS NIEBUHR

*Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do grau de Mestre em
História do Brasil à Banca Examinadora da
Universidade Federal de Santa Catarina, sob
a orientação da Prof.^a Joana Maria Pedro.*

FLORIANÓPOLIS

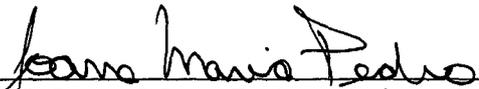
1997

MEMÓRIA E COTIDIANO DO OPERÁRIO TÊXTIL NA CIDADE DE
BRUSQUE-SC: A GREVE DE 1952.

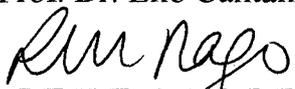
MARLUS NIEBUHR

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (Orientadora)


Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa


Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago

Prof. Dr. Sérgio Schmitz (Suplente)

Florianópolis, 23 de setembro de 1997

*“Bendigo o Senhor, que me
aconselha; pois até durante a noite o
meu coração ensina.” Salmo 16,7*

*A ti, amada Tati, pois comigo
compartilhaste momentos agradáveis
e difíceis.*

AGRADECIMENTOS

Aqueles que me receberam em suas casas, com carinho e afeto, por mais de uma vez e que me permitiram compartilhar de suas lembranças, seus sonhos... A eles devo gratidão inestimável, sem eles esta pesquisa perderia seu encanto. Aqui fica a saudade de tão agradáveis momentos e a homenagem àqueles que partiram, em especial, a meu amado pai.

A coordenação e ao corpo docente do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, pelo acolhimento e dedicação dispensada, especialmente à Dra. Joana Maria Pedro, pela orientação sempre precisa e pelo diálogo indispensável, que norteou os percalços desta caminhada.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente, estiveram presentes durante esta jornada, e pacientemente entenderam as indisposições mesmo que passageiras.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo resgatar a memória dos operários têxteis da cidade de Brusque, bem como compor um quadro do cotidiano destes trabalhadores durante a década de 50. Optou-se, então, pela utilização da história oral como instrumento privilegiado de trabalho, sem no entanto menosprezar as demais fontes. Assim, buscamos a greve de 1952, como marco presente na memória operária; pois esta alcançou repercussão não só na sociedade local, como também no Estado de Santa Catarina, e até mesmo no país.

ABSTRACT

The aim of this research is to rescue the memory of the textil workers of the city of Brusque, as well as to build a picture of the daily life of those workers during the decade of the 50's. Option was made, then, to the use of oral history as an privileged work instrument, without however despising other sources. So, we took the strike of 52 as a present mark of labor history, as far as it reached repercussion not only in local society, as well as in all Santa Catarina State, and even in the country.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TEXTO	7
A TRAJETÓRIA: PERMANÊNCIA E MUDANÇA	21
PARTE I	
1. O PALCO DE UMA HISTÓRIA... ..	25
1.1. SUBÚRBIOS-COLÔNIA	39
1.2. SUBÚRBIOS-PRÓXIMOS	61
1.3. ESPAÇOS DE LAZER	68
PARTE II	
2. RELATOS: CONFRONTO E RESISTÊNCIA	84
2.1. O ESPAÇO FABRIL	84
2.2. A GREVE: O PROCESSO	101
2.3. A GREVE: O MOVIMENTO	109
2.4. O OLHAR DA IMPRENSA	133
2.5. ECOS E SOMBRAS	144
BREVES CONSIDERAÇÕES	146
ANEXOS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	154

SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TEXTO

A vida de todos os dias é apaixonante e quanto mais ela for cotidiana mais ela é apaixonante. Talvez seja essa, para mim, a maneira de entrar na História. Não digo que seja o fundamental. O fundamental é mais, como já disse, o desejo de encontrar um mistério central, mas nunca estamos diante do mistério central, estamos no meio da rua. Então eu caminho por um mundo que é um mundo de curiosidade, excitando constantemente minha curiosidade, algumas vezes maravilhando-me: por que tal ou qual coisa? E é isso que me faz pular para o passado: eu penso que nunca segui um comportamento histórico que não tivesse como ponto-de-partida uma questão colocada pelo presente.

Philippe Ariès.¹

É curioso e fascinante o tempo de uma pesquisa para aquele que a elabora: um contínuo tempo novo, tempo de descobertas. Sendo assim, permitam-me fazer um paralelo entre o tempo desta pesquisa, que, sem dúvida, era de construção, com outro tempo, também de construção, materialmente falando de uma casa. Posso garantir que não se trata de meras conjecturações teóricas, mas de pura prática, de um “engenheiro de obras” de primeira viagem. Assim, peço ao leitor calma e consideração ao perscrutar detalhes mais íntimos. Enfim, sigamos este roteiro proposto.

Construir é uma tarefa agradável e estafante, há o preocupar-se inicial quando lança-se os fundamentos: seriam eles firmes o suficiente? Suspira-se!!! Erguem-se os alicerces, e com eles toda uma estrutura, ao contínuo labor, tijolos são fixados, um a um, logo se forma uma parede, duas, três, o corpo da casa toma forma, assenta-se a cobertura.

¹ ARIÈS, Philippe. Trecho de uma entrevista concedida ao *Nouvel Observateur*, publicada no Brasil em *Ensaio de Opinião* n° 2+5. In: **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

Esses são momentos festejados, no entanto, esquece-se dos pormenores da construção. Há aqueles materiais que ficam encobertos, que não se vêem, mas estão presentes por toda a obra. E os acabamentos? Lembro-me das aberturas... Não há luz o suficiente?! Fazer o quê?! Nada mais que derrubar o que se construiu. Em segundos destrói-se, para depois recomeçar a construir novamente.

É neste momento que você pensa em desistir; sem perceber, lá está você sentado sobre um monte de entulhos, as mãos cheias de pó, com um olhar fixo num prego torto, abandonado ao chão. Mas, há que se recomeçar, e chega o dia tão esperado, tudo parece estar no lugar, notem, parece; você sabe que falta um ou outro detalhe, mas o lugar está, digamos assim, habitável.

A construção de uma pesquisa é algo semelhante, perdoem-me a ousadia. Há que se lançar os fundamentos, são estes compostos de toda uma reflexão teórica substanciosa, formada no caldo de horas “infinitas” de labor diário.

Pois bem: nesse sentido, devo apresentar aqueles que estiveram presentes nas reflexões desta pesquisa, que possibilitaram que o olhar pudesse transpor certos limites, trazendo à tona a imagem viva de um novo sujeito histórico, este que é o objeto central deste trabalho. Mas quem é este sujeito? Os trabalhadores, que se movimentam, que se valorizam, que dão sinais de resistência, que inserem no mundo as suas marcas.

Nesse trajeto, não se trata apenas de vasculhar a aridez das estatísticas ou buscar os mecanismos coercitivos do Estado: justapor as afirmações do governo ou dos dirigentes do sindicato (não cabe a nós esquecê-las, e sim reinterpretá-las), mas trazer à luz uma nova matéria-prima. Colher a fala das experiências populares, trazer a vida para a história, ampliar a sua dimensão.

Ao buscar o conceito de experiência, é inevitável citar a contribuição de E. P. Thompson, na obra **“A Formação da Classe Operária Inglesa”**². O autor nos permite perceber o fazer-se da classe operária, num processo ativo de criação, de luta, que se manifesta em todos os aspectos da vida. Para E. P. Thompson, ao longo desse processo de luta, há uma gradual aquisição de uma identidade cultural e política. Suzanne Desan, em artigo intitulado **“Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”**, revela-nos: “No início da década de 1970 os historiadores sociais empenharam-se em ampliar suas pesquisas para além da análise demográfica e sócio-econômica da vida da classe baixa, passando também a explorar as percepções culturais populares”³.

Esses historiadores deram ênfase ao papel decisivo da cultura como força motivadora da transformação histórica. Essa mudança no eixo do olhar do historiador, ampliou as perspectivas de trabalho de pesquisa sobre as classes populares, mais especificamente no caso do presente tema, da cultura operária, de que modo cada grupo percebe e vive as suas condições de existência.

Nisso é fundamental a recuperação das dimensões da experiência, particularmente a cultura política que é trabalhada no cotidiano operário. Essa cultura política no sentido amplo do conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas supõe uma construção complexa onde novamente as várias dimensões da experiência se articulam: os modos de vida, as práticas de trabalho, as matrizes discursivas a partir das quais os trabalhadores pensam sua vida⁴.

² THOMPSON. E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Volume: I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³ DESAN, Suzanne. **Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis**. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp. 63 - 96.

⁴ SOUZA - LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo Brasiliense. p. 89.

Neste pequeno trecho da obra de Elisabeth Lobo, há uma preocupação em construir uma reflexão capaz de vislumbrar as práticas cotidianas de operários e operárias. Assim sendo, não é possível esquecer de pensar, portanto, o cotidiano como lugar de mudança, no qual os sujeitos históricos se constroem.

Ao focar a classe trabalhadora, vem à mente um cotidiano onde se desenvolvem práticas de dominação, sistemas disciplinares, como também campos de confronto, de luta, de resistências e da criação de redes de solidariedade.

Nesse ponto, é importante lembrar alguns trabalhos que abordam a questão do cotidiano.

Inicialmente, vale citar Auxiliadora Guzzo Decca, "**A vida fora das fábricas: o Cotidiano dos trabalhadores em São Paulo/1920-1934**"⁵, no qual a autora descreve as condições de existência dos trabalhadores fora da esfera de produção (salários, habitação, saúde, lazer, etc.) como também trata do controle do cotidiano operário, tendo em vista não somente a diminuição das tensões e conflitos sociais na cidade, mas a disciplinarização do operariado - seu saneamento físico e moral - em prol dos ideais eugênicos. Isso sem descartar uma narrativa que se tece a partir da experiência das práticas e da fala da cultura operária.

Na obra de Chaloub, "**Trabalho, Lar e Botequim : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque**"⁶, há uma aproximação das questões de disciplinarização, como também de resistência das classes populares. Nos trabalhos de Decca e Chaloub, é perceptível uma preocupação em descortinar as relações de poder na sociedade, de trazer à tona esse "novo sujeito histórico", de enredar-se pelas tramas

⁵ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 - 1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 135 p.

⁶ CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

das práticas populares, de perceber os sujeitos históricos se construindo à luz da sua própria experiência, de seu modo de pensar o mundo e atuar sobre ele.

Mas é em “**Visões da Liberdade** : uma história das últimas décadas da escravidão na corte”⁷, que Chalhoub desenvolve uma trama na qual os trabalhadores são retratados como sujeitos ativos de sua história. Seu trabalho busca as figuras dos escravos e negros livres para reconstruir suas políticas cotidianas, a fim de alcançar a liberdade.

Para tanto, Chalhoub lança mão do “método Zadig”. Zadig, um eminente sábio da Babilônia, possuía a habilidade de descrever o que não havia visto, partia dos rastros e dos vestígios para surpreender seus interlocutores, e é assim que Chalhoub nos introduz em um método no qual os aspectos menosprezados ou inobservados, aparentemente marginais, afloram diante de nossos olhos, revelando a sua importância. Dessa forma, é possível encontrar, desfilando em seus escritos, Robert Darton em “**O Grande Massacre de Gatos**”⁸, palmilhando o caminho acima proposto, este autor “procura ter acesso a um universo mental estranho, a significados que revelem como pessoas de um outro tempo e sociedade pensavam, aspectos de seu próprio mundo”⁹. Nessa busca, sou também apresentado a Carlo Ginzburg, em “**O Queijo e os Vermes**”¹⁰. Em suas análises, desponta o paradigma indiciário, utilizado para reconstruir a realidade de uma determinada época, através das pistas, dos fragmentos, dos indícios.

No entanto, desenvolver essas questões não é tarefa fácil, mas se apresenta intrigante e desafiadora, e remete para além da história social, e me faz penetrar no

⁷ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: companhia das Letras, 1990.

⁸ DARTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal. 1986.

⁹ CHALHOUB, Sidney. Op. cit. 1990. p. 16.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

campo da Antropologia Social, esta que “sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos (índios, negros, camponeses, favelados, desviantes e “pobres” em geral) em detrimento ao estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes ou atuantes”¹¹. Nessa abordagem, os fundamentos buscados nas manifestações culturais abrem o leque de análises do sistema das relações sociais; nesse sentido encontrei a possibilidade de reflexão sobre as camadas populares, por isso não se pode estranhar o encontro de Chalhoub com E. P. Thompson, Natalie Zenon Davis, Keith Thomas, Robert Darton e Carlo Ginzburg na busca de uma proposta de criação de um método interpretativo, que torne visíveis os relatos de luta, de resistência e solidariedade nessas camadas.

Esta construção traz em seu cerne as múltiplas dimensões de vida dos trabalhadores, “com formas de vida próprias, com escolhas estratégicas de sobrevivência, com elaborações significativas de seu próprio processo de trabalho”, portanto, sua “expressão política também é múltipla, não se restringindo aos lugares tradicionais de organização, como sindicatos e partidos”¹². Com o surgimento desse novo ator no cenário social, falando com voz própria, encontrei-me diante de um impasse: o que é o social? O social, agora, não é mais estrutura rígida, mas é o cotidiano, encarado na busca diária pelo pão que sacia a fome, pela veste que cobre o corpo, pela habitação que abriga das intempéries, pelo trabalho extenuante e rotineiro, pelo tempo de descanso e lazer.

O cotidiano, no entanto, é mais do que a simples descrição das condições materiais de vida, é também visualizar as experiências vividas, percebendo como as

¹¹ DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: DURHAM, Eunice R.; SADER, Eder; ... et al. **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 18.

¹² SADER Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “Classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: DURHAM, Eunice R.; SADER, Eder; ... et al. **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 61.

peças experimentam “as relações sociais (de classe, de gênero, étnicas, etc.) em que estão envolvidas, tendo como referencial, continuamente reconstruído, sua cultura”¹³.

Parafrazeando as palavras da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, no livro **“Quotidiano e Poder em São Paulo do Século XIX”**, diria que, dentro dessa categoria, é importante observar que: “sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem-se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos, e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta”¹⁴.

Prosseguindo em sua análise, encaro o cotidiano como espaço de mudança e afastamento, assim, de uma história normativa e pré-determinada, posicionando-se à frente de um campo aberto de possibilidades, o qual admite o “contingencial”, o “fortuito” e a “inventividade” dos agentes sociais¹⁵. E é nessa inventividade, nesse olhar que exprime a capacidade de maravilhar-se diante das novidades do dia-a-dia, que encontrei Michel de Certeau, com a sua acurada atenção e “respeito por toda a resistência, ainda que mínima”, que lhe dá as condições para crer “na realidade gazeteira das práticas”¹⁶. Eis o encontro com uma história viva, concreta e desafiante, que percorre caminhos sinuosos. Dessa forma, cabe recuperar também os fracassos, as derrotas, as utopias, pois “nada garante que o que triunfou foi sempre o melhor e que os projetos alternativos ou as lutas cotidianas, ainda que perdedoras, não devem merecer a nossa atenção de historiadores”¹⁷.

¹³ WOLF, Cristina Sheibe. **As mulheres da colônia Blumenau: cotidiano e trabalho - 1850 / 1990**. São Paulo: PUC, 1991. p. 19. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

¹⁴ DIAS, Maria Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 08.

¹⁵ DIAS, Maria Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina G. de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Uma questão de gênero**. Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 50.

¹⁶ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Nova edição estabelecida e apresentada por Luce Giard. Rio de Janeiro: Vozes, 1990. p.19.

¹⁷ FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação**. Projeto história. São Paulo: PUC, nº 4, dezembro de 1985. p. 25.

Discernir essas resistências, muitas vezes, micro resistências do cotidiano, torna-se também o buscar das práticas de solidariedade entre os sujeitos históricos e de como esses vivenciaram essa experiência em nível coletivo; contudo, é importante estar atento para não deixar de perceber o sujeito se construindo em nível individual, através de uma experiência de si. Nesse sentido, tracei um paralelo entre as obras de E. P. Thompson e Michel Foucault, assim, encontrando, na teoria dos micropoderes, uma aproximação de Foucault com a questão da cotidianidade.

Há muito que se reconhecer na importância dos trabalhos de Foucault, seus questionamentos próprios, audazes no campo da história social. Para entendê-lo, não se deve procurar o conforto de um esquema; pelo contrário, o persistir da curiosidade, da obstinação, do buscar de novos detalhes, novos começos. Como esquecer suas incursões no campo da cultura, do saber, da linguagem, da análise do discurso, do poder. Poder que é dissimulado pela sociedade nas várias estratégias de repressão, censura, coação; poder que “pode ser algo produtivo, que seduz, alicia e desarma em vez de excluir e banir”¹⁸, que ultrapassa os limites do aparelho de Estado, no dizer do próprio Foucault: “uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado, e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”¹⁹.

Esse despertar de um novo olhar remete ao cotidiano da vida operária, tanto dentro como fora das fábricas, é nesse espaço que pude encontrar atitudes de astúcia e criatividade perante as cadeias de um trabalho disciplinador e desumanizante. Investigar

¹⁸ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana**. Porto Alegre: UFRGS, caderno de estudos, maio de 1991. p. 32.

¹⁹ FOUCAULT, Michel, **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. pp. 149 - 150.

e captar esses momentos de construção do movimento operário leva a perceber as redes de solidariedade e resistência. Nesse contexto, ao analisar o trabalho de Eder Sader - **“Quando Novos Personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo-1970-80”**, observei o caminhar em direção às práticas vivenciadas no cotidiano, na criação de um novo sujeito social e histórico. Sua análise não descarta um olhar atento e, com prudência, alerta que “o cotidiano não pode ser pensado como um lugar mítico, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambigüidade de conformismo e resistência, expresso na consciência fragmentada da cultura popular”²⁰.

Caminhar em busca deste novo projeto histórico é criar e recriar uma nova maneira de pensar o social. Não se trata mais de classificar ou registrar os trabalhadores, mas mostrá-los como sujeitos que elaboram e produzem representações próprias de si mesmos. O recuperar das falas dos trabalhadores, ampliando o espaço de solidariedade, é repensar o cotidiano como esfera de luta e resistência popular: “Que são as migalhas das pequenas vitórias? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico”²¹.

O pensar dessa novidade, desse “novo sujeito histórico”, que nasce das experiências populares, é estimulante e gratificante para o historiador. O buscar de uma nova realidade, o olhar que estranha essas formas e símbolos que está por encontrar, que o intriga e lança-o a novas perguntas.

²⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 141.

²¹ *Ibidem*. p.12.

Eis os alicerces dessa construção: idéias que brotam, erguendo-se da terra fertilizada por vários pensadores. No entanto, como foi apresentado, mesmo sendo um tempo de descobertas, há sempre um “quê” no ar, um “quê” sem resposta aparente.

É nesse momento que me assalta a vontade de desistir, encastelado por pilhas de livros, pedaços de papel que caem pelos lados da mesa, indo esparramar-se pelo tapete, lá estou, sem perceber, com o olhar fixo “num prego torto”, num rascunho, numa idéia que não foi, mas poderia ter sido.

Mas há que se recomeçar: é preciso estender uma linha tênue que perpasse meus escritos, busque uma referência, comprove meus passos. Mas, principalmente, busque aqueles que comigo partilharam seus sonhos, os quais, antes, passavam despercebidos como vagas sombras pela cidade e agora criam vida. Os fragmentos de suas vidas se entrelaçam com o mundo do trabalho. Lembranças caras, lembranças tristes, lembranças de luta, as quais desvendam a partir de um olhar mais atento uma sociedade que antes se definia como harmoniosa, sem conflito. Essa sociedade foi a que vi com os olhos embotados por muito tempo, idealizada, quase utópica, irreal.

Dou voz a Joana Maria Pedro e Bernardete Ramos Flores, e, assim, permito-me citar o que agora se torna visível:

Quanto às relações de trabalho, algumas pesquisas tem indicado que houve uma forma específica de acumulação de capitais em Santa Catarina, ligadas ao paternalismo e ao companheirismo. Em certas regiões, como em Brusque, por exemplo, a pequena lavoura assegurava a sobrevivência física do operário e a não disseminação de conflitos sociais [...] As concorridas festividades anuais comuns a patrões e empregados, os laços religiosos, a vizinhança, as atitudes paternalistas do empregador, são exemplos de fatores que contribuíram para a reprodução da presença de trabalhadores tidos como ‘ordeiros e honestos’ [...] Infelizmente, não tem sido muito freqüente, na historiografia catarinense, a abordagem acerca dos trabalhadores [...] Estes, quando aparecem, são analisados enquanto mão-de-obra, em suas especificidades qualitativas e quantitativas [...] Convém lembrar, mais uma vez, que havia um silêncio geral em relação aos movimentos dos

trabalhadores, o que ajudava a criar a idéia da harmonia social e do 'comunitarismo'.²²

Para quebrar esse silêncio, explorei a história oral como um meio privilegiado para recuperar a prática cotidiana desses trabalhadores e trabalhadoras, no entanto, não releguei as fontes documentais impressas ao esquecimento; ao contrário, utilizei-me dessas, lado a lado, no decorrer da pesquisa.

Mas, antes de prosseguir, é importante adentrar aqui, mesmo que superficialmente, no ato da entrevista, aquele momento "quase solene" no qual me encontrei diante da vida de outrem, e dele perscrutei a sua memória, vasculhei as suas lembranças mais queridas e sofridas para trazê-las à luz da história.

Cabe, dessa forma, ao entrevistador a sublime "disposição para ficar calado e escutar"²³, o historiador oral não deve ter pressa, afinal, está a garimpar em águas desconhecidas e, vez por outra, surgem, diante de si, pepitas de valor inestimável; por outro lado, descobre-se que "nem tudo o que reluz é ouro", então, torna-se necessário o discernimento e compreensão do que se está a analisar. Assim, é vital perceber que o relato deve fluir livremente. No entanto, o "mapa da mina" não deve escapar de nossas mãos e, tendo isso em mente, utilizei-me de "perguntas abertas" como as explicita Paul Thompson²⁴.

Nesse contato inicial, há uma sondagem de ambas as partes, uma busca de semelhanças e diferenças, há que se formar uma confiança mútua, que deve ser respeitada. Nesse sentido, os objetivos da pesquisa devem ser expostos com clareza e

²² PEDRO, Maria Joana; FLORES, Maria Bernardete Ramos (Org.). **(Re) Inventando a cidadania: a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis**. Florianópolis: SINERGIA, 1994. pp. 23-30.

²³ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 254.

²⁴ São aquelas utilizadas para obter uma descrição ou comentário, de fatos mais específicos. Neste sentido, exigem um tipo de pergunta "aberta" como: "conte-me a respeito de", "explique-me", assim, permitindo ao entrevistador até mesmo estimular o entrevistado. In: THOMPSON, Paul. Op. cit. p. 260.

honestidade, há que se respeitar a confidencialidade de certas informações e até mesmo a busca do anonimato por parte dos entrevistados, o que não causa espanto diante do tema abordado, a saber, o cotidiano nas fábricas e, posteriormente, o processo de uma greve, em suma, o dia-a-dia do trabalhador têxtil. Acostumados ao silêncio, a possibilidade de discorrer sobre esses assuntos não deixa de ser um momento de alegria e, ao mesmo tempo, apreensão.

Cabe ao pesquisador, portanto, utilizar de maestria para resgatar essas memórias, pois, no dizer de Ecléa Bosi, é no vínculo com outra época que “a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância”²⁵.

Como esquecer estes momentos de rara beleza nos quais encontrei o amalgamar da própria história de vida com o mundo do trabalho, por quantas vezes foi revivido o ambiente de trabalho à minha frente, o levantar de mãos, o andar na sala, os gestos, a mudança no tom de voz, o brilhar dos olhos, para, num segundo após, desvanecer num olhar distante e brotar dos seus lábios um conselho, um aviso para os mais encautos. Assim foi com Sr. Enrique, lembrando os anos passados na fábrica, e sua ascensão ao cargo de mestre. contou-me uma história, uma “história bonita”, no seu dizer:

No meu tempo, não faz muitos anos, quando comecei a ser mestre, o meu chefe disse para mim: - Tu cuida para as pessoas não comerem fora de hora! - eu fiquei assim... eu também comia ?! Não disse nada para ele, naquela época cuidava de duas salas, já eram máquinas mais modernas, já se tinha até ventilador. Passando pelas máquinas, vi tudo limpinho, tudo em ordem, e uma moça comendo um pedacinho de pão... fiz que nem vi! Daqui a pouco, me chega o chefe pra mim e diz: - Olha, tem uma moça comendo fora de hora, isso não pode ser !!! - Aí eu voltei, dei uma volta, tudo em ordem, deixei. De repente, ele

²⁵ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora Universidade de São Paulo. 1987. p. 40.

voltou: - Pegasse a moça ??? - respondi: - Peguei ela comendo, e pode continuar comendo !!! O homem ficou bravo, gritou: - Tu não tens mais jeito ! - falei: - Se não tenho mais jeito, a porta da rua é pra lá, já são trinta anos de fábrica... passou uns três ou quatro anos, ele chegou perto de mim, bateu nas minhas costas e disse: - Enrique, tu sabes, tu é que estás certo ! - sabe o que eu disse ? - Olha, tudo o que está aqui não é nosso, é dos patrões, o que é nosso aqui é a amizade, tu acha que eu vou judiar com os meus amigos ?... o que vale é a amizade, é o que fica.²⁶

A memória resgatada está entranhada de ideais e valores, no dizer de Antônio Torres Montenegro, “muitos entrevistados vão unir o saber cotidiano de experiências vivenciadas intensamente a uma compreensão da vida e do mundo, que transcende as determinações imediatas. Eles se descobrem narradores...”²⁷ que vão tecendo a sua história e buscam elementos para compô-la. Nesse momento, vai se criando um vínculo entre o narrador e o ouvinte, aquele que irá conservar o narrado²⁸.

Nesse sentido, começa o trabalho árduo do historiador, o momento da transcrição²⁹, caracterizado pela passagem literal das informações ao papel, prosseguindo, então, para a “textualização” que, de acordo com André Castanheira Gattaz, é a passagem da fala bruta por todo um processo de lapidação, mais que a limpeza do texto, caracterizada como a retirada de termos repetitivos ou conversas paralelas ao diálogo, a textualização concebe a incorporação de toda a comunicação não-verbal, por isso a utilização de sinais ortográficos para caracterizar esses momentos na entrevista, como o uso de reticências, exclamações, entre outros. No entanto, o mesmo autor alerta que o processo de redação do texto encontra alguns problemas teóricos a serem considerados:

²⁶ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

²⁷ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992. p. 44.

²⁸ BOSI, Ecléia, Op. cit. p. 48.

²⁹ CORREA, Carlos Humberto. P. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978. p. 59.

Os oralistas que adotam esta postura freqüentemente são acusados de 'ficcionalistas', pois, considera-se ainda, em muitos espaços, que a textualização pertence ao ramo da literatura, por ser um 'embelezamento' da transcrição literal que tira o seu caráter de 'verdade'. Assim, cabe aqui retomar as tendências mais novas da antropologia, da crítica textual e do fazer histórico, considerando que a poética e a política são inerentes a qualquer produção de análise cultural e que a ciência está dentro, e não acima dos processos históricos e lingüísticos.³⁰

Tendo em mente essa questão, cabe lembrar que, na busca por me aproximar dessas histórias, há o risco de cair na armadilha comum da história oral, de reforçar opiniões e conclusões através dos depoimentos obtidos. Consciente disso, procurei não subverter o pensamento dos entrevistados, mas analisá-lo à luz da questão que estava sendo estudada.³¹

Aos poucos, a memória do operário têxtil de Brusque foi sendo resgatada, a dignidade desses trabalhadores, recuperada, com que prazer os filhos e netos olhavam curiosos para aqueles que ocupavam uma posição de esquecimento, por breves momentos havia tanta consideração... ora, isso não deixa de ser um paradoxo, como se a vida que pulsa hoje na cidade não tivesse sido alimentada também por eles.

Aliás, antes que o leitor esqueça, como em toda construção, descobre-se mais cedo ou mais tarde, geralmente mais cedo, que ela ainda não acabou: sempre há um detalhe que não foi incorporado à paisagem, há o "aquilo" que faltou. Mas, perdoem-me, é assim que é uma construção...

³⁰ GATTAZ, André Castanheira. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil: encontro Regional de História Oral Sudeste - Sul**. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 136-137.

³¹ AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: PORTELLI, Alessandro; THOMSON, Alistar;... et al. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. XVIII.

A TRAJETÓRIA: PERMANÊNCIA E MUDANÇA

Ao iniciar esta pesquisa, não imaginava por quais caminhos acabaria por andar. Supostamente, a visão primeira que me caiu em mãos era de uma greve ocorrida em 19 de dezembro de 1952, na cidade de Brusque. Greve e Brusque pareciam duas palavras que não podiam compor o mesmo espaço, como gotas de óleo em copo d'água, não poderiam se misturar jamais, daí, analisar tal fenômeno parecia mais do que suficiente. Após os primeiros meses de levantamento das fontes escritas, fui acometido por um desconforto nada animador: as fontes eram extremamente parcas, motivos variados se compunham para formar este quadro, até as águas de uma enchente colaboraram para silenciar registros que poderiam fornecer pistas valiosas. Enquanto os caminhos pareciam fechar-se em si mesmos, o compartilhar de idéias com amigos (mais do que professores) foi evidenciando novas possibilidades, se agora as perspectivas se ampliavam, as perguntas se multiplicavam.

A idéia da greve permanecia forte em minha mente e os trabalhadores têxteis compunham o "pano de fundo" de tão acalentada pesquisa, apresentando-se ocultos nas poucas linhas traçadas sobre o assunto. Os esforços de alguns historiadores de Brusque foram extremamente valiosos, pois incitavam a curiosidade e a sede por respostas, mas, presos a estatísticas e dados sindicais, geravam, em minhas expectativas, uma aridez desoladora; no entanto, trabalhos como da historiadora, antropóloga, Giralda Seyferth devem ser destacados, pois, através de um olhar crítico, trouxeram inestimável contribuição ao aprofundar as análises sobre a realidade do campesinato e do operário teuto-brasileiro, que possibilitaram um novo ânimo para esta pesquisa. Mas permanecia, diante de mim. o interesse por estudar o trabalhador e sua vida cotidiana e eram tantas as

questões ainda não exploradas, que cabia, pois, iniciar uma caminhada por trajetos ainda não percorridos.

Foi assim, de um momento para o outro, sem muito alarde, num rufar de tambores, que a pesquisa foi tomando novos rumos, não me pautava agora por perceber a greve de 1952 através dos trabalhadores, mas perceber os trabalhadores através da greve de 1952.

De súbito, percebi que essa idéia estava presente há algum tempo em meus escritos, mas, sem forma, diluía-se despercebida em meio as conjecturações teóricas. Cabia, agora, trazer forma à matéria bruta, entalhar, com o formão em mão, como Michelangelo, meu Moisés (respeitando as devidas proporções !!!) no entanto, ao contemplar a obra, percebi que essa não estava acabada e a idéia de incomplitude afligia-me vez por outra, mas, mesmo diante desse dilema, ousei dizer ao que era massa informe: “fala !!”

E é na fala dos trabalhadores têxteis que esta pesquisa se inspirou, através da busca de uma história vivida, aquela de todos os dias, foi vindo ao lume uma história ainda não contada, que foi sendo apresentada por seus protagonistas com rara beleza. Ao narrar, suas memórias foram sendo recuperadas, seus sonhos relembrados, porém, muitos desses momentos não podem ser aqui descritos, talvez o poeta os vislumbrasse em outras linhas, mas, sem essa pretensão, prefiro calar e supor que, mesmo fragmentos desta história que agora será contada, quebre mansamente o silêncio daqueles dias.

Esta pesquisa vai privilegiar dois focos distintos de análise, mas estes se inter-relacionam por todo o texto: o primeiro irá apresentar a cidade em que os acontecimentos se deram, buscando, desde os primeiros tempos, a figura do trabalhador (neste momento do desbravador). Não se desejou aqui exaltar a ética do trabalho, nem tampouco descrever uma breve ode aos pioneiros, mas apresentar as dificuldades e apreensões

iniciais da formação da cidade e daqueles que a compunham. Seguindo esse roteiro, adentrei na década de 1950.

Não procurei ser extremamente rigoroso nas balizas do tempo, hora avancei alguns anos, hora retrocedi, procurando, sempre que possível, deixar isso claro no texto. Assim sendo, iniciei por gerar uma reflexão das condições de existência do operariado têxtil de Brusque, sem descuidar dos vários aspectos que permeavam a vida operária; assim, dentro do possível e das limitações que este trabalho apresenta, busquei construir um quadro do cotidiano operário, por isso optei por dividir o texto, tendo em mente duas áreas específicas, a saber, os subúrbios-colônia e os subúrbios-próximos, locais de destacada concentração de operários. Em seguida, parti para uma análise das manifestações de lazer comuns à classe operária de Brusque. Penetrando no universo lúdico, procurei evidenciar como eram vividos esses “momentos de respiração” num cotidiano pautado de obrigações e deveres. Surge, então, a esfera do não trabalho, do tempo do campeonato de futebol entre os bairros, do jogo da bocha, das danças, do namoro... enfim, de momentos da sociabilidade, de troca de experiências, evidenciando o operariado como sujeito de suas práticas culturais.

O segundo procurou analisar o espaço fabril, aqui entendido não somente como campo de opressão e disciplina, mas também como local de formação de experiências, de solidariedade, companheirismo, bem como de resistências. Ao penetrar no cotidiano das relações no interior das fábricas, visualizei as relações desenvolvidas entre os trabalhadores e industriais, bem como foi desmistificada a idéia de classe operária como um todo homogêneo e harmônico. Paulatinamente, foi rastreado o processo da greve de 1952, vasculhando os jornais da época, as atas do sindicato, as decisões da justiça do trabalho e intercalando-as com as falas do operariado. Assim, foi possível perceber um momento delicado da história do país: questões econômicas, políticas e sociais se

embricavam naquele instante. Eis que surge o movimento grevista, e traçar este quadro foi deveras estimulante. Cenas vão se sobrepondo com matizes diferentes, horas, dias, que concentraram esperanças e decepções, encontros e desencontros nas ruas e nos piquetes. A cidade era outra e muitos olhos não a reconheceram, afinal, as cores fortes que retratam aquele momento, destoam daquelas habitualmente impressas em minha mente, compostas de tons suaves, quase como a brisa da manhã; é como uma dessas 'tempestades de verão': após a tormenta nem se acredita que ela ocorrera em face à calmaria que desponta no azul do céu. Não fosse o olhar atento de um observador mais cauteloso, as poças de água, ao longo das ruas, dos galhos partidos e atirados ao léu pelo chão, passariam como que despercebidos. Ainda prosseguindo nesta questão, busquei, na imprensa, o não dito sobre a greve e o que foi dito, por que e como o fora. Essas poucas páginas foram incluídas especialmente pelo silêncio que guardavam do movimento operário e pelo discurso recalcitrante sobre o SESI e a ideologia da paz social, num mundo prenhe de injustiça e omissão.

PARTE I

1. O PALCO DE UMA HISTÓRIA...

Nos vastíssimos terrenos que hoje abrangem os municípios de Brusque, Nova Trento e Blumenau, do Belchior para cima, tudo era mata virgem, não havia nenhum habitante, a não ser os selvagens. Quem primeiro morou no ponto que está a sede de Brusque, foi Vicente Ferreira de Melo, por apelido Vicente Só. Andando a caçar, achou o lugar muito bonito e fez um rancho no alto do morro em que hoje se vê a Igreja Católica. Mas, não podendo continuar a viver lá, veio aqui para a colônia, onde terminou seus dias.¹

Sons de pássaros entrecortavam o silêncio daqueles dias, o Vale do Rio Itajaí-Mirim, coberto de matas, abria-se diante dos olhos daqueles cinquenta e cinco esperançosos colonos alemães guiados pelo barão austríaco Maximilian Von Schnéeburg... as canoas, vez por outra, pareciam deslizar entre as folhagens que cobriam o rio, este o único acesso àquela localidade denominada Vicente Só. Não muito tempo depois, a viagem ainda deslumbrava os que a faziam e assim a descreveu o imigrante Paul Schwartzer:

A viagem era, quase a maior parte, entre a mata virgem, que me pareceu bem perto da margem do rio, num aspecto completamente novo. Do solo até em cima das mais altas árvores enrolavam-se trepadeiras em um emaranhado tão denso, de

¹ Jornal Novidades de Itajahy, 23/06/1907, In: **Revista Notícias de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, n° 43, 1987. pp. 723-724.

modo a formar verdadeiras cortinas, que impediam a vista para o interior da mata. Em outros lugares, estas plantas formavam caramanchões naturais e estavam a todo momento enfeitadas com belas flores.²

Mas voltemos à viagem inicial que nos ocupa: dificuldades, chuvas, demonstram que nem só de maravilhas eram compostos aqueles momentos; após seis dias de exaustiva viagem, os colonos aportam na localidade que seria denominada Brusque, em homenagem ao Presidente da Província Carlos de Araújo Brusque; diante deles, descortinava-se um ambiente bucólico e bravio, a 04 de agosto de 1860. Logo nos primeiros momentos, as dificuldades assaltaram os moradores, uma delas irá marcar, até os dias atuais, a história desta cidade, as cheias do rio. Pegos de surpresa, em 1862, perderam grande parte do que haviam construído. Após diligentes esforços de recuperação, foram atingidos, em 1864, por outra igualmente devastadora.³

No entanto, a colônia cresce, e é através dos escritos de Schnéeburg, os quais nos chegam às mãos, que a retratamos nos idos de 1866:

... se acham estabelecidos em nove diversos ramos de caminhos as 1333 pessoas em 338 casas, a saber 184 casas boas, algumas cobertas de telhas, 154 provisórias e ranchos de colonos; possui 6 engenhos de fubá e 3 engenhos de serrar madeira, movidos a água, 14 engenhos de mandioca e 20 de cana, movidos por animais e 4 engenhocas de mandioca, movidos a mão. Além disto, há, nesta colônia, 619 cabeças de gado vacum, 165 cavalos e bestas e outros animais domésticos...⁴

Aqui interrompemos a nossa narrativa, e, cautelosamente, informamos que palavras poéticas podem ocultar um recalitante discurso historiográfico, pautado no

² Extraído do Diário de viagem do imigrante Paul Schwartzer, In: **Revista Notícias de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, nº 32, 1984. p. 324.

³ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Brusque**: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958. pp. 92-93.

⁴ Relatório da Colônia Itajahy-Brusque, do ano de 1866. In: **Revista Notícias de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, nº 32, 1984. p. 744.

mito da fundação, onde colonos desbravadores erguem nas matas subtropicais do Brasil meridional uma civilização.

Afim de esclarecermos melhor, reportamo-nos para a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHBG) em 1838, e enfocamos a discussão da questão nacional, presente naquele momento. Percebe-se então o delinear de uma proposta que busca o perfil da “Nação brasileira”, que “se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela civilização portuguesa”.⁵ Encontramos uma historiografia presa as raias do iluminismo, que procura tratar a história enquanto linear e marcada pela noção de progresso.

Ao desviarmos nosso olhar em direção à historiografia catarinense, encontramos, até bem pouco tempo, um discurso que se alinha a premissa de construir uma memória constituída de fatos e heróis fundantes, mitos de origem que justificam a existência de uma identidade catarinense.⁶ Seguidores desta visão encontramos entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), exemplos do pensar regional, do exaltar de um passado pujante e intocável que marcha em direção do progresso.

Foi assim quanto as narrativas sobre o povoamento; nestas encontramos “o branco” de origem européia destacado como laborioso e portador de um espírito empreendedor, digno de ser um modelo de colonizador. Aos índios, cafuzos e mamelucos coube a definição de caboclo, sem espírito de iniciativa, indolentes e acomodados, meros coadjuvantes da história.⁷

⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. - Edições Vértices, nº 1, 1988, p.06.

⁶ SERPA, Élio Cantalício. **História da história do povoamento catarinense: a busca da identidade**. Florianópolis, UFSC, 1997, p. 03. (Dact)

⁷ *Ibidem*. p. 06.

A saga colonizadora é construída através de uma narrativa impecável; Oswaldo Rodrigues Cabral assim descreve a chegada dos colonos alemães, na canhoneira da Marinha de Guerra do Brasil “Belmonte”: “Conta-nos o historiador Carlos da Costa Pereira, com fundamento no noticiário publicado nos jornais ‘O Progressista’ e ‘O Argos’ de agosto de 1860, da excursão feita pelo Presidente da Província com os referidos colonos [...] A mesa, em meio a alegria reinante, lembrou-se um dos oficiais de pedir que se realizasse naquele momento a ‘cerimônia do batismo da nova colônia’...”⁸

Em meio ao festivo jantar, indicou-se como orador o Dr. Caminhoá, que tomou a palavra enfatizando que o “Belmonte” havia sido destinado para “altas missões”, meses antes, havia acompanhado D. Pedro e D. Tereza Cristina ao norte do país, e agora coube conduzir “uma leva de colonos alemães que vinham povoar as nossas selvas, substituindo as tabas dos índios por florescentes cidades”⁹, dirigindo-se ao Dr. Araújo Brusque proferiu: “o nome Brusque não pertence mais a V. Ex.a, porque o nome do homem público pertence ao seu país...”, na continuidade do texto, Oswaldo Rodrigues Cabral assim arremata: “A fundação de Brusque foi, assim, uma legítima festa de patriotismo. Homens da maior projeção política e científica, irmanados na mesma comunhão de sentimentos, estimulando com sua presença e com a sua compreensão os colonos que iriam arrancar das matas mais uma daquelas “florescentes cidades” [...] deram-lhe justo batismo [...] marcando-a indelevelmente com o selo da brasilidade.”¹⁰

Algumas das colocações são bastante elucidativas na construção da narrativa. Ocupa lugar de destaque o patriotismo, o empenho de homens “da maior projeção política e científica” no ato da fundação, no entanto, três páginas adiante encontramos a informação que o Barão Diretor da Colônia “dirigiu um apelo ao Presidente da Província,

⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. cit. p.09.

⁹ Ibidem. p.10.

¹⁰ Ibidem. Idem.

pois, justificava ele, precisava ajudar os colonos a que pudessem sustentar suas famílias”.¹¹ Os estímulos e a “compreensão” desses ilustres repousava agora no esquecimento? Mesmo diante de uma colônia marcada com o “selo da brasilidade” ? Percebemos, aqui, um projeto historiográfico oficial, que vai buscar uma identidade nacional, no ato fundante, mesmo diante das singularidades regionais, busca construir a noção de civilização brasileira.

Há que se pensar naqueles que seriam os excluídos da história, meros figurantes dessa odisséia colonizadora. Para exemplificar, vem a nossa mente, uma parte da descrição que inicia esse capítulo, vejamos; “...tudo era mata virgem, não havia nenhum habitante, a não ser os selvagens...”. Aos indígenas, nem a honra cabe, de ser o primeiro habitante dessas terras; conhecedor das matas e da geografia da região, pouco se sabe sobre a sua história, soterrada nada sutilmente pelo conceito de selvagem. Afinal, coube ao branco civilizador a tarefa de “substituir as tabas dos índios por florescentes cidades”.

Enveredamos assim por um caminho de encontros e desencontros nada suaves, mas que demonstram conflitos e aspirações divergentes. Ora, o elemento indígena é retratado como ameaça constante; Schnéeburg, em relatório datado de 07 de setembro de 1865, alerta para o ataque dos bugres às roças do distrito da Pomerânia, “feriram o colono Seefeld com uma frechada no osso sacro, e o colono Brehm com 3 frechadas, uma na coxa, uma no braço e uma nas nádegas...”.¹² Ora é representado nas festividades do 1º Centenário de Brusque, em carro alegórico, iniciando o desfile das comemorações, trazendo a figura de João Indaya Schaefer, o popular Joãozinho (retratou assim o colonista na ocasião); “em 1905 ele e sua irmã Naguti, falecida ainda criança, foram recolhidos de nossas matas e adotados pela família Vicente Schaefer [...] ei-lo à frente da

¹¹ Ibidem. p.15.

¹² Documentos da administração Barão Maximiliano de Schnéeburg - 30 de dezembro de 1865. In: **Revista Notícias de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, nº 37, 1986, p.510.

maloca, representante vivo dos primeiros indígenas”¹³, no entanto, nada comentou sobre a maior chacina de índios da região de Brusque, que ocorrera justamente em 1905, mais exatamente a 26 de fevereiro, às 2 horas da manhã, quando uma expedição desfechou um ataque, enquanto os índios dormiam, na viagem de retorno a Brusque, traziam como troféus “uma centena de frechas, lanças, rosários e até uma estola de padre, além de um menino índio¹⁴ que, posteriormente, foi adotado pela família Schaefer...”. É preciso falar mais?

Prosseguindo em direção ao objetivo proposto, enfatizamos, nestas poucas linhas, que não é nosso objetivo a exaltação de uma história calcada nas imagens românticas da historiografia oficial, se trabalhamos com a narrativa, com a imaginação, em suma, com sentimentos e emoções, não o fazemos em devaneios literários, mas com fatos razoavelmente comprovados; razoavelmente, diríamos, pois quem contempla a pura verdade?

Filosofias a parte, em leitura mais atenta percebemos que, desde o início, a colônia ressentia-se de algumas dificuldades: as plantações de trigo, cevada e algodão mostravam-se desanimadoras nessas novas terras. A surpresa ficava com a produção das árvores frutíferas, laranjeiras, bananeiras,... também com as hortaliças, porém estas serviam apenas para uso doméstico.¹⁵

Ainda quanto ao povoamento dessa área colonial, devemos assinalar que, a partir de 1875, adentraram grandes levas de imigrantes italianos, como também alguns franceses e poloneses, e, o que poderia significar avanço e desenvolvimento, apresentou-se como caos e confusão:

¹³ 1º Centenário de Brusque. In: **Revista de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, nº 43. 1987, p. 723.

¹⁴ Martinho comandou matança de índios. **Jornal de Brusque** (edição histórica), nº13, agosto de 1993.

¹⁵ *Ibidem*. p.745.

... gerado pelo fluxo contínuo de indivíduos, aos quais era impossível atender prontamente com os lotes medidos, criou sérios problemas para a administração colonial. Os lotes junto à sede da colônia, já de muito eram ocupados por alemães, os primeiros colonizadores. Para os recém-chegados restava agora a periferia e, principalmente, os terrenos da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro, quase todos na parte mais acidentada e excessivamente distantes da sede...¹⁶

Apesar dos percalços que se abatiam sobre a colônia, os que resistiram às duras condições a que foram expostos, acabaram por voltar-se às atividades agrícolas, o trabalho árduo marcava a vida familiar: as mulheres participavam de todas as atividades, com exceção da derrubada das matas e as crianças auxiliavam os pais nas tarefas diárias. Há que se salientar que uma prole numerosa significava braços para a lavoura e, conseqüentemente, poderia garantir uma velhice tranqüila. Com o desenvolvimento da região, certos produtos puderam ser trocados nas vendas, destacando-se o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e o tabaco, no entanto, quando o trabalho agrícola diminuía, os homens adultos procuravam um trabalho suplementar, como a construção de picadas e estradas; nas serrarias, como “puxadores de madeira” e o trabalho artesanal (carpintaria e ferraria).¹⁷

No início da colonização as atividades artesanais estavam relegadas a uma posição suplementar, pois os trabalhos na lavoura consumiam a maior parte do tempo dos colonos. A expansão artesanal se deu na medida em que o mercado da colônia criava condições para absorver os produtos, gerando uma nova fonte de renda para as famílias. Isto se deu com a sucessiva entrada de imigrantes e o conseqüente aumento populacional

¹⁶ SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. **Colonização Italiana no Vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis: Edeme, 1981. p.48. Criada em 16/01/1866 e instalada em 10/03/1867, por 98 norte-americanos, comandados pelo inglês Barzillar Cotle. Esta colônia localizava-se onde hoje é o bairro de Águas Claras. A Colônia Príncipe Dom Pedro marcou a tentativa governamental de estabelecer uma colônia inglesa em Santa Catarina. Vários fatores vieram a colaborar para a sua extinção, que se deu pelo abandono das terras pelos imigrantes em 06/12/1869.

¹⁷ SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre/ Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1974. pp. 75-80.

que ocasionou uma pequena concentração de famílias na vila¹⁸; no entanto, a mesma se mantinha isolada, quase auto-suficiente. Quando consideramos um desenvolvimento das atividades artesanais (carpinteiros, pedreiros, alfaiates, etc.), devemos ter em mente que estes trabalhos não foram capazes de garantir a industrialização, mas possibilitaram ao comércio desenvolver-se. Em consequência, os comerciantes puderam acumular capital e utilizaram-no para lançar as bases da fábrica, tornando-se empresários industriais. Isso ocorreu quando a agricultura representava 90% da produção da localidade no final do século XIX e início do século XX, no entanto, a exploração agrícola chegava ao seu ponto máximo de saturação e os “trabalhadores de estrada”, como havia na colônia, já estavam escassos e não absorviam o contingente populacional. A expectativa de salário atraiu os trabalhadores para a indústria. A lavoura entrou em decadência, paulatinamente, até 1930, tornando-se meramente de subsistência familiar.¹⁹

Coube ao comerciante João Bauer, em 1890, a primeira tentativa de produção de tecidos no município, contando com a ajuda de imigrantes poloneses, conhecidos como os tecelões de Lootz;²⁰ contudo, o empreendimento não apresentou os resultados esperados. A segunda tentativa, no entanto, logrou êxito, com o apoio do comerciante Carlos Renaux, os poloneses construíram os primeiros teares de madeira, bastante rústicos, que foram instalados dentro do depósito da casa de comércio: eis os operários pioneiros da indústria têxtil de Brusque, fundada no ano de 1892.²¹

¹⁸ Administrativamente, o povoado, passou a ser conhecido como Freguesia de “São Luiz Gonzaga” a partir da Lei Nº 693, de 31 de julho de 1873, ficando assim desmembrado de Itajaí. Em 1881, pela Lei Nº 920, de 28 de março, foi a freguesia elevada à categoria de vila, com a denominação de Brusque. KRIEGER, Oscar Gustavo. **Pequeno tratado da história de Brusque (SC)**. Dezembro de 1953. p.14.

¹⁹ LAUTH, Aloisius Carlos. A greve de 1933, a industrialização, a participação dos partidos políticos e o movimento sindical em Brusque. In: **Revista Notícias de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, nº 28, 1983. p. 183.

²⁰ GOULART, Maria do Carmo. **Imigração Polonesa em Brusque: um recorte histórico**. Florianópolis: Editora do Autor, 1988. 49 p.

²¹ HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987. pp. 110-117.

Para esses imigrantes, advindos do meio operário europeu, o trabalho na lavoura apresentava-se distante de sua realidade, alguns dos poloneses procuraram dedicar-se a uma atividade na qual poderiam aproveitar seus conhecimentos, assim, a fábrica representava uma opção viável, “mesmo porque as tentativas de trabalhar em casa, com teares manufaturados por eles mesmos, não apresentou resultados satisfatórios”,²² se não eram eles suficientes para tocar a fábrica, eram-no para treinar colonos que desejassem ser operários. Desses primeiros tempos da fábrica, cabe aqui citar que:

Após funcionar no centro da cidade - na vizinhança da residência e da venda de Carlos Renaux, a fábrica transferiu-se para terreno próprio, comprado na Rua dos Pomeranos, assim chamada em homenagem aos imigrantes daquela parte da Alemanha. Ali ficava uma lagoa, onde a água era represada para acionar uma turbina. à qual se juntou pequeno gerador de força elétrica, a fim de movimentar os teares.²³

As primeiras habitações desses operários foram construídas próximas à fábrica, vejamos: ...

As primeiras construções, duas grandes casas capazes de abrigar de três a sete famílias. receberam, por isto, o nome de Familienhaus. As famílias eram numerosas, com, em média, sete filhos cada uma. A divisão interna das casas era feita de tal modo que a cada família correspondesse uma cozinha, uma sala e dois quartos. Ao que parece, estas moradias tinham por fim atrair para as proximidades da fábrica a mão de obra ainda relutante.²⁴

No entanto, o empreendimento prosperava e animava outros a seguirem o mesmo caminho: em 1898 tivemos o início das atividades da Büettner S.A. Indústria e Comércio. Seu fundador, Eduardo Von Büettner, também comerciante, especializou-se na fabricação de bordados finos e posteriormente em guarnições para cama, colchas,

²² SEYFERTH, Giralda. Op. cit. p. 126.

²³ HERING, Maria Luiza Renaux. Op. cit. p. 128.

²⁴ Ibidem. p. 163.

cortinados entre outros produtos que tiveram penetração nacional, constituindo-se, assim, a primeira indústria a operar com bordados no Brasil.²⁵

Para completar esse quadro, encontramos a Cia. Industrial Schlösser, constituída em 1911, tendo por fundadores Gustavo Schlösser e seus filhos. Sua produção inicial estava voltada para tecidos populares, como toalhas de mesa e rosto “com flores de jacquard”, o mostruário de tecedura fora trazido da Polônia por Gustavo Schlösser.²⁶

Devemos frisar que as circunstâncias geográficas não favoreceram na gênese dessas indústrias (como condição de nó de comércio) nem tampouco, contaram com as matérias-primas locais como: algodão, fios, etc. Tanto que se destaca no primeiro centenário de Brusque “o slogan”- “Brusque - berço da fiação catarinense”, de autoria do Padre Raulino Reitz, e que permanece até hoje, devido ao fato da Fábrica Renaux implantar a primeira indústria de fiação em Santa Catarina, em 1900. Por isso, quando da busca por um espaço no mercado nacional, as indústrias “mais antigas” revelam uma grande concentração vertical nas suas empresas, como fiação, tecelagem, tinturaria e acabamento.

Quanto à localização dos parques fabris, podemos afirmar que se encontram bastante dispersos.²⁷ Sem dúvida, o desenvolvimento lento e gradual das empresas favoreceu essa característica, além da necessidade da utilização da energia hidráulica, bem como a dispersão da mão-de-obra. Ora, “a própria localização das fábricas (algumas na vila e outras em plena zona colonial) e o regime de trabalho por turnos permitiu a preservação, pelo menos em parte, do sistema agrícola das pequenas propriedades.”²⁸

²⁵ Ibidem. p. 171-172.

²⁶ Ibidem. p. 173-174.

²⁷ MAMIGONIAN, Armen. Brusque: estudo de geografia humana e econômica. In: **Álbum do centenário de Brusque**. Brusque: Sociedade dos Amigos de Brusque, 1960. p. 390.

²⁸ SEYFERT, Giralda. Op. cit. p. 138.

Nos primeiros anos deste século, encontraremos, em Brusque, uma realidade peculiar que a irá caracterizar o vai e vem de operários e operárias nas ruas da cidade, e é esse detalhe que encanta e fascina os olhos do visitante Sérgio Nolasco. Eis o relato:

Ao meio-dia, ia-me postar à janela, afim de ver passar as operárias que voltavam da fábrica onde trabalhavam, em direção a seus lares. Vinham com as faces abrasadas pelo calor do dia, e o coração expandindo-se com as alegrias da mocidade, jubilosas e contentes, por haverem, conforme lhes assegura a consciência, cumprido plenamente a tarefa quotidiana. Trajam quase sempre vestido meio curto, feito de estofa humilde, resguardado por singelo avental, trazendo o colo agasalhado por pequeno lenço, e os pés metidos em umas chinelinhas, que mal os cobrem e os preservam da humidade do solo. Ah, como me sentia feliz, ao vê-las nadando em tanta ventura.²⁹

Como podemos perceber, desde a fundação das fábricas, as mulheres desempenharam um papel decisivo, assim como as crianças que, entre os 13 e 14 anos, iniciavam o trabalho nas fábricas.³⁰ Encontramos, na passagem acima, um quadro idílico da vida das operárias. Mesmo que parcial, o texto não perpassa nenhum conflito de classe, o trabalho é associado ao prazer e não ao esforço exaustivo, isso sem aprofundar as condições humildes de existência dessas operárias. Em recente trabalho, Maria Luiza Renaux traça um perfil destas mulheres operárias dos primeiros tempos da fábrica, tendo como parâmetro os depoimentos da família Haacke, que imigrou da Polônia em busca de melhores condições de vida e empregou-se na Fábrica Renaux, destacando a rotina diária das filhas do casal, as quais seguiram a mesma profissão de seus pais. Reproduziremos aqui, em parte, este diálogo:

Com o ganho do seu marido vocês podiam viver?

- Sim, tínhamos de viver, ou o que podíamos fazer? Bolo tínhamos três vezes por ano, Natal, Páscoa e Espírito Santo. Disso me lembro tão bem ainda, naquele

²⁹ Impressões de viagem, de Sérgio Nolasco. In: **Notícias de “Vicente Só” Brusque - Ontem e Hoje**. Revista de Cultura Histórica do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque: Gráfica Bandeirante, nº36, 1985, p.458.

³⁰ HERING, Maria Luiza Renaux. Op. cit. p. 161.

tempo nossas crianças ainda eram todas pequenas e só o Augusto trabalhava e ele me disse: 'Wanda, este ano não faremos bolo pelo Espírito Santo'. No outro dia todas as crianças da vizinhança vieram brincar com as nossas e todas com bolo na mão, só as minhas não tinham e então ele, aquele que era o Augusto, começou a chorar tanto, porque os nossos filhos não tinham bolo. Mas esses confeitos finos como hoje não se conhecia naquele tempo.

- E o que, Sra. Wilke, vocês comiam, por exemplo, de manhã, pelo café?

- Pão com gordura e existia o açúcar escuro e tínhamos um pouco de gado e daí um pouco de nata. Não conhecíamos assim como hoje carne, lingüiça, carne tínhamos porque criávamos mesmo [...]

- Mas café tomavam, não?

- Sim, sim.

- E assim para o almoço, o que sempre tinha?

- Aipim, vez por outra fazíamos macarrão, também plantávamos taiá, batatas, feijão-preto. Carne de galinha normalmente tínhamos, aos domingos normalmente. Tudo eu acompanhei e para dizer a verdade, graças a Deus, não posso dizer que eu ou um dos meus filhos tivesse uma vez levantado da mesa com fome, isto não; não tínhamos nada de especial, tudo comum, mas para todos.

- E para vestir, sempre tinham o suficiente?

- Isto algumas vezes faltou. Mas remendávamos, o que hoje não se vê mais. O pobre Augusto ia para a fábrica tão cheio de remendos que nem se via mais a roupa, só os remendos.³¹

O impulso da indústria têxtil de Brusque se verificou após a Primeira Guerra Mundial, já que o mercado nacional apresentava-se receptivo devido à crise européia.³²

A modernização se dá com a inauguração da usina elétrica, construída na Guabiruba Sul, em 13 de novembro de 1913.³³ Com essa medida possibilitou-se a introdução do trabalho noturno regular.

Nesse sentido, podemos notar que no elenco das transformações qualitativas do parque industrial catarinense figura a introdução da energia elétrica, que implicará na liberação das empresas rumo a um processo de expansão acentuado. As cidades de Blumenau e Joinville cedo anteciparam essa necessidade, a saber, em 1909.³⁴ Assim,

³¹ RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí - 1850-1950.** Blumenau: Editora da FURB, 1995. pp. 190-194.

³² SEYFERTH, Giralda. Op. cit. p. 132.

³³ Ibidem. p. 133.

³⁴ CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992, p.24.

nestas cidades, como também em Brusque, se registrou uma tendência à industrialização.³⁵ Registramos, assim, que o fenômeno da expansão da produção industrial não acontece somente em Brusque, mas acompanha uma tendência manifestada em Santa Catarina, no período que corresponde a Primeira Guerra Mundial, gerando um desenvolvimento da capacidade produtiva anteriormente instalada. Nem mesmo os efeitos da crise econômica de 1929 foram tão severos na economia catarinense, pois esta não se “encontrava tão voltada para o mercado internacional como a dos principais estados brasileiros na época, mas, sim, sobressaíam os produtos para o mercado interno, menos influenciados pelo mercado mundial”.³⁶

Em face a estas características, a indústria catarinense, em especial o setor têxtil, aumenta sua produção no período pós Segunda Guerra Mundial. Utilizando-nos dos dados recolhidos por Giralda Seyferth, podemos visualizar o crescimento dos empreendimentos fabris em Brusque, a partir do número de operários empregados:

As informações de Frei E. Schöete indicam para 1928 um total de 820 operários. Um levantamento estatístico feito no Estado de Santa Catarina em 1937 informa que neste ano havia 1.561 operários trabalhando na indústria têxtil em Brusque (802 homens e 759 mulheres). Em 1950, para uma população ativa de 5.400 pessoas, havia em Brusque um total de 3.650 industriários. Em 1959, só nos três grupos têxteis maiores trabalhavam 3.367 operários. Podemos inferir com estes números que houve um grande aumento das indústrias depois da Segunda Guerra Mundial.³⁷

A economia da cidade de Brusque foi marcada a partir da Segunda Guerra Mundial, pela predominância das atividades industriais sobre as atividades agrícolas,

³⁵ CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p.136.

³⁶ *Ibidem*. p.129.

³⁷ *Ibidem*. p. 135.

bem como da vinda de famílias de “origem brasileira”, oriundas de fora do município, que se localizavam nos subúrbios próximos ao centro da cidade.

Nos idos de 1945, notamos um considerável crescimento do setor têxtil, naquele período houve o surgimento de várias novas indústrias, como: Indústria de Tecidos Loureiro, Bauer Ltda., Mesteiral Tecelagem Ltda., Tecelagem Santa Luzia S.A., Tecelagem São Luiz, Indústria Têxtil Wippel S.A. e várias outras. No entanto, essas indústrias menores não alcançavam nunca 100 operários na produção e apresentavam-se, quase sempre, como tecelagens.³⁸ Devemos ressaltar e incluir outros ramos industriais significativos, como as indústrias alimentares, de bebidas e refrigerantes, extrativa mineral e vegetal, fecularias, móveis e esquadrias, mas as mesmas não ofuscam a predominância das indústrias têxteis. Para ilustrarmos esse universo fabril brusquense, vejamos os dados levantados por Geraldo Stotz: em 1955 havia um total de 3.842 pessoas empregadas nas indústrias têxteis, sendo 2.159 homens e 1.683 mulheres.³⁹

Tendo como base o artigo publicado pelo geógrafo Armen Mamigonian, Giralda Seyferth nos descreve em síntese lapidar a zona urbana de Brusque no final da década de 50:

O que julgamos bastante útil neste artigo é a divisão que o autor faz da região urbana de Brusque em três elementos principais: a cidade, os subúrbios próximos e os subúrbios-colônia. Aquilo que chama de cidade é a parte mais densamente construída próxima às duas margens do Itajaí-Mirim. Em torno desse centro estão os subúrbios próximos, que prolongam as ruas principais (particularmente as ruas que levam às quatro saídas da cidade, para Itajaí, Nova Trento, Blumenau e Guabiruba). Estes subúrbios próximos são decorrentes das novas construções erguidas para moradia dos contingentes de mão de obra de outras áreas do Estado. Os subúrbios-colônias são os mais afastados do núcleo principal e, em parte, se confundem com a área rural. São habitados, na maior parte, por operários que também se dedicam a lavoura e, por isto, as casas estão mais espalhadas.⁴⁰

³⁸ MAMIGONIAN, Armem. Op. cit. p. 389.

³⁹ Ibidem. Idem.

⁴⁰ SEYFERTH, Giralda. Op. cit. p. 139.

1.1. SUBÚRBIOS-COLÔNIA

Quando deslocamos nosso olhar para o campo, que não nos assalte a falsa visão do bucólico, lugar de prazeres e delícias⁴¹; para o homem que dele tira sustento é local de trabalho, e trabalho árduo. Tendo em mente essa questão, buscamos esboçar um quadro do cotidiano desse trabalhador; das dificuldades que o assaltavam no seu labor pela sobrevivência, em suma, de sua luta diária para manter o sustento da família, bem como a busca por melhores condições de vida. Nesse horizonte, encontramos a perspectiva do trabalho nas fábricas.

Este trabalhador peculiar, conhecido como colono-operário, surgiu a partir daqueles colonos, pequenos proprietários, que devido à fragmentação contínua dos lotes originais, que se deu em função da partilha das terras entre os herdeiros, fez com que as gerações posteriores tivessem que enfrentar a escassez e o esgotamento das terras. Nesta situação, o trabalho nas fábricas aparece, então, como alternativa, frente ao trabalho na lavoura, que acaba se tornando complementar⁴². Devemos esclarecer que, em Brusque, as referências à área rural são seguidas do termo “colônia”, que pode ser definida por uma área de pequenas propriedades (em geral, de 25 ha) que foram habitadas por colonos ou seus descendentes, cujo trabalho está alicerçado na agricultura diversificada, na pequena criação e extração vegetal, como veremos adiante⁴³. A vida do “colono-operário” era extremamente dura: dividia os afazeres do campo com o trabalho na fábrica. Durante oito horas por dia, a fábrica ocupava suas vidas, o restante do tempo era

⁴¹ Willians, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 27-55.

⁴² SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): Os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite, *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro, U.F.R.J./Marco Zero/ PROED, 1987. pp. 103-120.

⁴³ LAGO, Paulo Fernando. 1960 - "Brusque: aspectos geográficos das paisagens rurais". In: *Álbum do 1º Centenário de Brusque*. Brusque, SAB, p. 320.

dividido com os trabalhos na “roça”. Plantava-se milho, cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce, feijão, arroz, algumas hortaliças, havia pequenos pomares das mais variadas frutas, como laranja, tangerina, carambola, ameixas, banana, uva, dedicavam-se também à criação de gado bovino e suíno, bem como também galináceos (gansos, galinhas, marrecos e patos). Tanto a produção como a comercialização desses produtos diferiam de acordo com as regiões agrícolas do município de Brusque.

Em caráter geral, podemos dizer que a comercialização desses produtos era difícil, destacava-se a mandioca, produto absorvido pelas feculárias da região, como também o milho, geralmente industrializado por moinhos antiquados, denominados atafonas.

O Sr. Roland, aos 20 anos, foi buscar trabalho na fábrica; antes disso, trabalhava com seu pai num pequeno comércio, mas as dificuldades lhe bateram à porta: *“Meu pai faleceu em 1948, com 39 anos de idade, muito novo ainda, eu fiquei com quatro irmãos comigo, mais uma irmã que estava para nascer, foi uma luta.”* Tempos depois vem o casamento, os filhos, *“entrei na fábrica em 09 de novembro de 1950, comecei como simples operário, lá em baixo, já era pai de dois filhos.”* Foram 32 anos de trabalho na fábrica, *“de muito trabalho e trabalho duro”*. Podemos perceber quão dura era a vida desses trabalhadores, não se trata de um colono-operário, mas de um homem que trabalhava e vivia numa área “rural” e, eventualmente, também praticava o cultivo da terra. *“Era uma região mais agrícola, você podia contar as casas que não tinham suas criações de galinhas, suas vacas de leite, seus porcos.”* Plantava-se de tudo, no entanto, *“as verduras mais conhecidas eram o repolho e a couve-flor.”*⁴⁴ Estamos retratando a

⁴⁴ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

região de Bateias⁴⁵, com uma população mista de descendentes de alemães e italianos, também de “brasileiros”, conhecidos como “*os famosos pernas finas*”.⁴⁶

Na região estes colonos-operários, “*plantavam para o próprio consumo, pois a maioria era operários da Büettner*”⁴⁷, nas horas de folga tinham a sua lavoura. Cabe-nos, aqui, destacar algumas questões: a dependência dos trabalhadores da localidade à determinada empresa⁴⁸, o relativo isolamento e a presença acentuada de trabalhadores de origem alemã e italiana.

No contexto que estamos a analisar, cabe perguntar como vivia esse trabalhador. Iniciamos por considerar o tipo das habitações, que, em geral, eram bastante modestas, vejamos: “*As casas eram de madeira, aqui em cima (Bateias), só duas famílias tinham casa de alvenaria, [...] estes tinham engenho de farinha, de fécula, vendiam mel, eram os mais ricos do lugar. As casas eram de madeira, fogão a lenha; [...] os mais pobres tinham o ‘fogão de gato’, era o pessoal mais brasileiro.*”⁴⁹

Percebemos, nessa fala, que construções de madeira assumem o papel de destaque na região. Aliada às questões econômicas e ao estilo de construção, essa habitação se difunde, no meio rural, entre os descendentes de imigrantes italianos e é a construção por excelência. Walter F. Piazza nos fornece uma idéia geral dessas construções: a disposição da casa era de frente para a estrada, a uma distância variável.

⁴⁵A origem do nome do Bairro Bateias vem dos primeiros anos de povoamento da região, quando alguns aventureiros desbravaram a região à procura de minerais preciosos. O bairro iniciou uma fase de crescimento a partir de 1889, com a inauguração de algumas fábricas, entre elas, a Cerâmica Heinig, a Fábrica de Vinagre Heinig e depois a Büettner. In: Bateias tem mais de um século de história. **O Município**, 31/01/1997, nº 2046, p.16.

⁴⁶ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Deve-se salientar que a Büettner S. A. Indústria e Comércio transfere a seção de lavanderia e alvejamento do centro de Brusque para Bateias, em 1922, juntamente com a tinturaria. A utilização da mão-de-obra e, principalmente, de água corrente influenciou decisivamente na localização. In: MAMIGOMIAN, Armem. Op. cit. pp. 390-393.

⁴⁹ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

As peças da casa estão dispostas em relação à insolação, esta habitação é mobiliada com simplicidade:

Na sala de entrada, ou de visita — como se diz no meio urbano — tem uma mesa e cadeiras. Nos quartos de dormir, camas e, quando muito, guarda-roupa, pois, regra geral, as roupas são guardadas em arcas de madeira ou malas, quando não estão penduradas. Na cozinha, além do fogão, há um caixão para lenha e uma mesa e cadeiras ou bancos para a família fazer suas refeições diárias e, também, uma estante para louças ou um simples armário.⁵⁰

Não havia água encanada, utilizavam-se das águas dos rios para tarefas variadas, algumas famílias possuíam um poço, o que facilitava suas vidas.

Após um dia de trabalho, ao escurecer, dormiam cedo, os colchões mais usados eram de palha e os cobertores, “fornados de penas”, a iluminação era a base de lampião de querosene e velas. De manhã, às vezes, as crianças acordavam com o narizinho todo preto, pois, com medo do escuro, dormiam com o lampião aceso. O Sr. Enrique, agricultor operário, lembra as reclamações das esposas: *“as mulheres viviam dizendo que preteava tudo, até a casa.”*⁵¹

Mas o que seria o “fogão de gato”, citado na entrevista? *“Faziam um cerco com tijolos, colocavam um gancho para pendurar as panelas.”*⁵² É interessante observar que esses eram denominados “pobres”, “mais brasileiros”, tratava-se do trabalhador proveniente de municípios próximos a Brusque, os quais vinham em busca do trabalho nas fábricas. Mas, assim que chegavam, encontravam operários e colonos-operários já estabelecidos, o que ocasionava uma competição com os trabalhadores da localidade. Cabe salientar que, além dessa barreira, imediatamente se deparavam com outra, aquela forjada no preconceito. O Sr. Roland, em sua entrevista, lembrou uma expressão

⁵⁰ PIAZZA, Walter F. **Folclore de Brusque**: estudo de uma comunidade. Ed. SAB, 1960, pp. 199-206.

⁵¹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁵² Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

comumente usada na região para identificar quem vinha de fora, “... o nosso famoso perna-fina” ou “os mais brasileiros”, a imagem que fica é de um grupo de “pobres, magros e famintos”, que deslocavam-se de suas regiões de origem à procura de trabalho. De acordo com Giralda Seyferth, encontramos aqui um conflito inter-étnico, que é “sempre maior com os luso-brasileiros”. A autora, em sua explanação, nos coloca que “as categorias ‘luso-brasileira’, ‘brasileiro’ e ‘caboclo’ se confundem na maioria das vezes” e se refere à população de origem lusitana, que habitava ao longo do litoral catarinense, vivendo da pesca e de uma agricultura insipiente.⁵³

Ainda quanto à habitação, é elucidativo citar o trabalho de Aloisius Carlos Lauth⁵⁴, que nos informa que, no Vale do Rio Itajaí-Mirim, encontramos dois tipos característicos de casas de alvenaria, no estilo “mansardo”: casas amplas, altas, de telhado empinado representativo da elite e dos centros urbanos. E o estilo “enxaimel”: casas de tijolos à vista, cruzados por travessas de madeira em preto e telhado inclinado, representativo da classe baixa, do período de ocupação das terras do Itajaí-Mirim. No entanto, devemos frisar que, no período em questão, a construção “enxaimel” (influência direta dos imigrantes alemães) não representa parcela significativa das moradias.

Além da região de Bateias, escolhemos duas outras que se destacam como centros de policultura: Dom Joaquim e Guabiruba. A primeira tem como base a colonização italiana e a segunda, a alemã. No entanto, se necessário, nosso olhar não iria se furtar de percorrer outras regiões. Nos dias atuais, Dom Joaquim encontra-se na categoria de distrito e Guabiruba, de município.

⁵³ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 196.

⁵⁴ LAUTH, Aloisius Carlos. As Raízes da Casa Própria: Casas de Enxaimel. In: **Revista Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque, SAB, 1981, n° 20, pp. 102-104.

Naquele período, Dom Joaquim era uma região de colonização tipicamente italiana, não possuía propriamente um centro urbano adensado de expressivo cunho social: uma igreja, um estabelecimento educacional, um armazém e residências de colonos numa encruzilhada formavam o suposto aglomerado conhecido como Cedro⁵⁵, embora a referência constante de Cedro, a região é denominada como Dom Joaquim⁵⁶.

O Sr. Enrique trabalhou 37 anos na fábrica, nasceu na localidade de Dom Joaquim a 11 de dezembro de 1929, se definiu como uma pessoa simples, que gostava de trabalhar. Seus avós, por parte de mãe, vieram da Itália e, por parte de pai, sua avó era alemã e seu avô *“homem alto, forte, mestiço de índio”*. A 23 de setembro de 1943, iniciou seu trabalho na fábrica, começou como ajudante, a partir daí foi assumindo várias funções: *“cheguei a ser encarregado da fiação”*. Destaca que a vida era difícil e que o trabalho no campo fazia parte da sua rotina diária; *“Plantávamos feijão, milho, aipim, batata, verduras. Tínhamos vacas de leite, não para vender!!! Era só para manter a casa, nas horas de folga não dava para fazer roças grandes.”*⁵⁷

A fábrica, embora não apareça no contexto, está implícita na fala, pois é nela que se encontra o trabalho, propriamente dito, do qual provém o ganho salarial. Percebemos que, *“nas horas de folga”*, temos o trabalho na *“roça”* que, nessas condições, torna-se secundário, pois as roças não eram grandes, nem havia tempo para mantê-las.

Outro ponto que nos chama a atenção é a ênfase dedicada à frase *“não para vender!!!”*, percebe-se que os produtos eram destinados para uso doméstico. Não nos cabe aqui referência aos engenhos da região, que produziam a farinha de mandioca, pois

⁵⁵ LAGO, Paulo Fernando. Op. Cit. p. 344.

⁵⁶ O nome da localidade é derivado de homenagem a Dom Joaquim Domingos de Oliveira, nascido em 04/12/1878, em Vila Nova de Gaia - Portugal, tendo vindo com três anos para o Brasil. Ordenou-se a 21/12/1901 e foi nomeado Bispo de Florianópolis a 31 de maio de 1914, Arcebispo a 17 de janeiro de 1927 e a data de falecimento é de maio de 1967. In: GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. *Essas ruas que eu amo*. Blumenau, 1982, pp. 30-31.

⁵⁷ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

estariamos deslocando nossa visão para os colonos propriamente ditos, para os quais as atividades da lavoura ocupavam todo o tempo de trabalho. Para clarearmos esta questão, busquemos novamente a fala do Sr. Enrique: *“Lembro que quando era pequeno, se pegávamos dez galinhas lá onde nós morávamos (D. Joaquim) e trazíamos para a cidade para vender, nós não vendíamos, de jeito nenhum, só se vendia a fiado!!! Pra cinco ou seis meses!!! Na roça, se tinha boa comida, comia; se não tinha, não comia.”*⁵⁸

Suas lembranças evocam o tempo de criança, seus pais trabalhavam na roça, as dificuldades eram muitas, apesar da referência ser a de um outro tempo, vale registrá-la: *“Às vezes, quando botavam um biscoito numa venda, ficava quinze, vinte dias na prateleira [...] não tô falando bobagem!!! Ninguém tinha para comprar!!! Às vezes alguém comprava para um agrado, isso (os biscoitos) tinham um cheiro de mofo!!!”*⁵⁹

Cabe aqui frisar a imagem da “venda” nos subúrbios-colônia, ela se encontrava nos cruzamentos das estradas da região, não era apenas local de realização de negócios, mas ponto onde se discutiam as questões passadas durante aquela semana. Por serem ponto de reunião, algumas possuíam rádios *“à base da bateria, que eram levados para a cidade para carregar.”* É na venda que também se abria espaço para o lazer, como jogos e danças.

Nos idos de 1950, o Sr. Roland, dono de venda, foi categórico:

*Tudo de caderneta; se comprava por mês a fiado. Aqui e no centro da cidade. [...] — Põe na conta!!! - o cara chegava e dizia. Às vezes era difícil, não tinha dinheiro, não tinha como pagar, gastou com remédios, e aí? Não era fácil ter uma venda. Na venda tinha um livro no caixa e ficava marcado, se não conseguia pagar a dívida, ficava para o próximo mês; aí o sujeito tinha que fazer aquela economia.*⁶⁰

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

As dificuldades financeiras dos compradores e a impossibilidade de pagar as suas dívidas, ou até mesmo de comprar, revela uma situação nada agradável, vejamos: o colono preso à terra dependia do seu trabalho diário, que, às vezes, lhe rendia pouco; e o trabalhador fabril dependia unicamente do seu salário, fator determinante da greve de 1952.

Diríamos, até, que o colono-operário possuía certas vantagens, para esclarecer, vamos observar a fala a seguir: *“Quem vinha da cidade se admirava porque eles só tinham aquele pagamentozinho!!! Não dava só de ficar na fábrica, e se os patrões te mandassem embora?”*⁶¹

Ora, o trabalho agrícola, mesmo que em pequenas proporções (lavouras de subsistência), significava uma segurança no orçamento familiar, no dizer de Giralda Seyferth: *“Representa, sobretudo, uma economia substancial [...] com os gastos de alimentação, permitindo que o ganho com os salários reverta para outros itens do orçamento familiar.”*⁶²

A terra oferecia segurança, local para moradia, era a propriedade deste trabalhador. O Sr. Ervino, tecelão morador da Guabiruba, nos revela que: *“O pessoal da cidade dizia: não podemos entender como o pessoal da Guabiruba casa hoje e tem a casa pronta para morar!!! Nós não conseguimos...”* A resposta é rápida e certa: *“Nós conseguíamos porque trabalhava em casa, na lavoura.”*⁶³

A posse da terra, uma pequena lavoura, significava muito, parafraseando o Sr. Enrique: *“Quem vinha da cidade se admirava.”*⁶⁴ Todo esse trabalho começava cedo. As

⁶¹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁶² SEYFERT, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ / Marco Zero / PROED, 1987. pp. 103-120.

⁶³ Entrevista com o Sr. Ervino, concedida ao autor, em 1994.

⁶⁴ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

crianças, aos seis ou sete anos, já ajudavam os pais na lavoura; logo, não tardava chegar a festa de primeira comunhão que se dava entre os oito e os doze anos de idade para as crianças católicas, seguida pela crisma. Para os protestantes, o período equivalente era o da confirmação, ocorrendo entre treze e quatorze anos. Esses rituais de passagem (se podemos chamar assim) marcavam o início de uma nova fase em suas vidas, a do trabalho nas fábricas. Percebemos então que: “A preferência dos proprietários das fábricas pelo trabalho feminino ou juvenil foi outra razão para os colonos se manterem na tradição do trabalho agrícola. Era comum uma ou duas pessoas de uma família trabalharem na fábrica, enquanto as demais continuavam plantando as roças.”⁶⁵

Tendo em mente um trabalhador adulto, que já havia constituído família, iremos, aqui, procurar reproduzir, de forma sintética, um dia desse trabalhador: Ao acordar, logo cedo, tomava um café preto (quase sempre tinham uns pés de café próximos à residência) e encaminhava-se para a roça mais próxima. Era madrugada, ainda, quando começavam as suas atividades. Pelas oito horas, dava-se uma pausa para a alimentação, geralmente havia alguma “refeição salgada”, a carne-seca (o charque) era apreciada, preparada da seguinte maneira: era mergulhada à noite em água, para retirar o excesso de sal, depois assada na brasa, acompanhada por pirão ou fazia-se um ensopado. Após essa refeição, iam para as roças mais distantes e voltavam para casa ao meio-dia. Hora do almoço, uma feijoada, às vezes e a receita variava: amassava-se o feijão, fazia-se um caldo, acrescentava-se macarrão ou arroz, era o “arroz preto” (bem batido em pilão de madeira, cultivado para consumo próprio, bastante apreciado na região).⁶⁶

⁶⁵ SEYFERT, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo do desenvolvimento econômico*. Porto Alegre / Brusque: SAB, 1974. p. 138.

⁶⁶ Este texto foi elaborado tendo como base a entrevista com o Sra. Maria, concedida ao autor, em 1994.

À tarde, dirigiam-se para as fábricas. A jornada de trabalho era extremamente cansativa, os horários foram adequando-se, dependendo da distância do local de trabalho, da disponibilidade dos turnos das firmas e, raras vezes, da preferência do trabalhador. Cabe aqui citarmos como estavam organizados os turnos de trabalho nas fábricas, o primeiro turno ia das 5 às 13 horas, o segundo, das 13 às 22 horas, e o terceiro, das 22 às 5 horas. Queremos aqui enfatizar que, dessa maneira, o colono-operário tinha condições de trabalhar na sua lavoura. Tomemos agora, por exemplo, um trabalhador do primeiro turno: ao chegar em casa, após um breve descanso, já estava almoçando e, logo depois, já podia ser encontrado realizando as tarefas rotineiras na roça e no trato dos animais. Ao escurecer, vinha a janta e, logo após, se recolhia. Dos momentos que descrevemos acima, o que mais incomodava o Sr. Enrique eram os caminhos de ida e volta da fábrica:

Eu vinha de Dom Joaquim à pé, de bicicleta, depende [...] era longe, 12 km, não vinha só eu não, vinham muitos operários daquela região [...] quando estava na 1º turma, saía de casa as três e meia da madrugada. Se estivesse chovendo, saía de calça arregaçada; atolado, às vezes, mais de um palmo acima do pé, chegar lá e trabalhar [...] depois fazer a mesma viagem de volta pra casa naquele pântano!!!⁶⁷

Vejam agora algumas considerações quando aos hábitos alimentares. A localidade que estamos a analisar, como já vimos, é de colonização tipicamente italiana, poderíamos acrescentar a característica “polenta”, que é servida com ovos fritos, carne ou lingüiça, sendo o pão comumente usado nas refeições. Em âmbito geral, as várias falas nos revelam a utilização do aipim, do cará, do arroz, do macarrão; prato comum era a carne de galinha com aipim; a carne de porco estava presente vez por outra; quanto à carne de gado. “aparecia” em ocasiões especiais, como em dia de festa.

⁶⁷ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

Conforme comentado, estes alimentos refletem a produção agrícola local, bem como de produtos advindos de outras regiões, como: farinha de trigo, azeite de peixe, azeite doce, sabão aguardente, etc.⁶⁸

Nas lembranças do Sr. Enrique, pelos seus seis anos de idade, cuca doce⁶⁹ só no Natal e Páscoa e quando a mãe fazia uma cuca, era festa dentro de casa. A grande maioria, em geral, era assim. De acordo com Piazza, a culinária do teuto-brasileiro se diferenciava nas grandes datas, vejamos, aos domingos; “havia a sopa de carne de galinha, [...] o chucrute (sauerkraut) feito com couve cru, socado com pimenta do reino, em tina de madeira, acompanhado de pedaços de lingüiça —, de pepinos em vinagre (sauergurken), de pepino no sal (salzgurken), de salada de pepinos crus (gurkensalat) e de espinafre, como entrada, e, no corpo da refeição, galinhas, perus e marrecos assados...”⁷⁰

Quanto a licores, era grande a variedade: de figo, de pêssego... para encurtar, o Sr. Roland arremata: “*tinha licor de jabuticaba, olha!! Misturando cachaça e açúcar tava o licor feito!!!*” e os vinhos, então, feitos em casa “*carambola, laranja, bergamota...*”⁷¹

Essas lembranças evocam um prazer difícil de ser transformado em palavras. Eram os momentos íntimos com a família: quando crianças, na presença dos pais; quando adultos, no seu lar. Lembram horas de descanso, do olhar pela janela, o copo de vinho sobre a mesa, o silêncio quebrado pelas águas dos rios.

Naqueles momentos as paisagens eram recordadas: a beleza da mata, na qual viviam veados, quatis e diversas espécies de pássaros: o macuco, a jacupema, a

⁶⁸ PIAZZA, Walter F. Op. cit. p. 199.

⁶⁹ Cuca - linguagem corrente: bolo, geralmente coberto com farofa de manteiga.

⁷⁰ PIAZZA, Walter F. Op. cit. p. 200.

⁷¹ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

jacutinga, a aracuã e inúmeras qualidades de passarinhos. *“Havia os tucanos, papagaios, quando passavam por baixo do sol faziam uma nuvem escura, de tantos que tinha!!!”*⁷²

O recordar é o reviver do passado, que passa diante dos olhos de quem lembra, é trazer o sorriso ao rosto cansado, também é o ouvir, “as lembranças estão povoadas de sons”, nas palavras de Ecléa Bosi.⁷³ São encontradas, nas falas, os sons dos pássaros, o contínuo bater das águas nos riachos que cortavam as propriedades, quebrando o silêncio das matas.

Prosseguindo com essa visão, podemos adentrar na localidade de Guabiruba.⁷⁴ Esta região é exclusivamente povoada por colonos de origem germânica, salvo algumas exceções: as famílias de origem italiana, que chegaram a assimilar os costumes e a língua dos imigrantes alemães, e poucas famílias “brasileiras”.⁷⁵

Nesta localidade, encontramos maior diversidade de atividades: fecularesias, armazéns, um estabelecimento fabril, carpintarias, etc... como também grandes quantidades de produtos do campo.

*O que vinha da Guabiruba para a cidade!!! Era galinha, era porco, vinha de tudo!! De segunda a sexta, vinha para a cidade, trazia lingüiça, morcília, torresmo, salame, colocava tudo em caixas e levava na bicicleta. Chegava a pendurar uma caixa em cada guidão!!! Trabalhei num açougue no Guarani (bairro), e carne vinha mais da Guabiruba e Nova Trento (cidade vizinha a Brusque).*⁷⁶

⁷² Idem.

⁷³ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 364.

⁷⁴ Existem duas teorias sobre a origem do nome "Guabiruba". A primeira aponta os índios Guaianaze que ali se encontravam. Conta-se que, certo dia, os indígenas foram surpreendidos por uma caravana de pessoas que, procedentes deste local, dirigiam-se à cidade vizinha em busca de gêneros de primeira necessidade. A certa altura, tendo os brancos feito uma parada para descanso, ouviram os gritos de um indígena que, à beira de um rio, erguia um peixe, dizendo Guabirupé, nome que eles davam a este determinado tipo de peixe. Afirma esta teoria que daí teria derivado o nome Guabiruba. Quanto à segunda, ela assegura ser o nome originário de uma árvore denominada Gabiroba, ou, Guabiroba, estando localizada uma plantação da mesma no bairro de Pomerânia. In: METZGER, Claus. **O lavrador - operário de Guabiruba**. Prefeitura Municipal, 1988, p. 33.

⁷⁵ Ibidem. p.59.

⁷⁶ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

Dessa fala, cabe-nos destacar que o meio de transporte mais utilizado era a bicicleta. Introduzida na década de 30, logo se tornou condução útil para a maioria dos operários se deslocarem até as fábricas. E como era caro uma bicicleta! Motivo de orgulho e valor, a Sra. Iracema nos revela: *“Ainda tenho a minha primeira bicicleta guardada lá em casa.”*⁷⁷

As chuvas de verão e as constantes cheias dos rios dificultavam a ida para o trabalho, e são assim lembradas pelo Sr. Bruno: *“Quem trabalhava de manhã tinha que acordar às 3h30min da madrugada, às vezes, mais cedo, dependia das condições da estrada para ir trabalhar.”*⁷⁸

Uma imagem perdura na memória dos colonos-operários... a lama! Essa imagem é tão forte que cabe aqui repetí-la, não poucas vezes, havia um pequeno espaço de tempo em silêncio, o olhar se tornava distante, cansado... Sr. Bruno, por exemplo, silenciou, olhou para o ombro, “arcou as costas”, deu dois ou três tapas no ombro e disse: *“A gente carregava, nas costas, carregava mais a bicicleta do que andava em cima, às vezes 1 km de lama, que não dava de passar.”*⁷⁹

Esse vaivém diário fazia parte da rotina desses trabalhadores, as estradas de terra batida do interior marcaram suas vidas. Dois aspectos que vêm a compor esse quadro são consideravelmente destacados: as chuvas e as suas conseqüências; as enchentes e a lama, e, para completar, a escuridão e a neblina, vejamos: *“Eram 3hs da madrugada, escuro..., escuro, já era hora de trabalhar. Eu não via nem a estrada, mas ia!!! De repente, entrei com a bicicleta atrás de um cavalo!!! Me deu um coice!!! Cheguei na fábrica toda*

⁷⁷ Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

⁷⁸ Entrevista com o Sr. Bruno, concedida ao autor, em 1994.

⁷⁹ Idem.

machucada, me mandaram pro 'Dr. Nica', quando cheguei em casa, minha mãe se assustou."⁸⁰

Aqueles, que moravam nos bairros próximos à cidade, também relatam nas suas falas a dificuldade para chegar ao local de trabalho: se as ruas eram conservadas; a escuridão, no entanto, continuava a mesma: *"Era tão escuro, o centro da cidade com neblina, que nós saíamos mais cedo para trabalhar, às vezes, às 4h30min da manhã. Para não batermos um com o outro, acendíamos dois cigarros e colocávamos um em cada mão, assim o vento ia fazendo o fogo ficar, 'vivo'. Quem não fumava, cantava e assobiava..."*⁸¹ Mas não se cantava apenas para "sinalizar" o caminho; muitas vezes, na volta do trabalho, as turmas vinham cantando: *"A gente cantava, cantava, não me lembro mais da música, era Asa Branca? Não sei."*⁸² Uma memória social que desaparece aos poucos, sem se dar conta, momentos que se perdem, preciosas lembranças que alicerçam a história de uma vida, de uma cidade.

E as enchentes? Estas, sempre presentes até os dias atuais, são lembradas pela Sra. Iracema: *"Quando começava a dar enchentes, nós não podíamos passar... aí, um pegava uma picada pelo meio do mato e ia... ou passava pela água e levava a bicicleta nas costas para não estragar!"*⁸³

Mesmo nessas condições de estrada, não comparecer ao trabalho significava receber uma advertência, afinal, se alguém da localidade conseguia chegar, como explicar a falta? A opção, *"... então a gente ia!!!"* Se o receber de uma advertência já assustava, imagine a possibilidade de perder o emprego. Quando jovens, recém-iniciados no trabalho fabril, esses trabalhadores e trabalhadoras enfrentavam esse dilema

⁸⁰ Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

⁸¹ Entrevista com o Sr. Rigon, concedida ao autor, em 1994.

⁸² Entrevista com a Sra. Tereza, concedida ao autor, em 1994.

⁸³ Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

bem de perto: *“Naquele tempo, não podia reclamar, nem na fábrica, nem para os pais, se chegava em casa reclamando, ganhava um sapeco no lado da orelha...”* E arremata, justificando a atitude dos pais: *“A gente tava contente, porque tinha aquele ganho.”*⁸⁴

Prosseguindo nessa linha de pensamento, vejamos a fala da Sra. Cecília: *“A gente não podia reclamar naquela época... também, quem trabalhava na fábrica era uma pessoa bem vista. Tinha medo de perder o emprego.”*⁸⁵ Duas frases se destacam no contexto: *“a gente tava contente porque tinha aquele ganho”* e *“quem trabalhava na fábrica era uma pessoa bem vista!!!”* Como explicá-las ? Ora, à luz das pesquisas, parece-nos que as dificuldades do dia-a-dia e a agricultura se tornando uma atividade suplementar, juntando-se com a fragmentação das propriedades rurais, acabava por criar uma expectativa positiva do trabalho nas fábricas, conferindo a esses trabalhadores um “status” na localidade em que viviam. Essa questão é tão presente que encontramos, nos depoimentos, essa condição sendo posta até para a permissão de namoro e, posteriormente, de casamento.

De uma condição de dupla jornada de trabalho, o trabalhador cria um mecanismo que o faz ser respeitado enquanto produtor e faz com que os outros o respeitem. Trata-se, nas palavras de Bordieu, de um “poder simbólico”,⁸⁶ no entanto, incrivelmente real na luta pela sobrevivência.

Há que se frisar, no entanto, que seria utópico imaginar que os trabalhadores não reclamavam, visto que só a menção de que “não se podia reclamar” denota a intenção de fazê-lo, e até da experiência de o ter feito e enfrentado as conseqüências. Devemos

⁸⁴ Entrevista com o Sr. Guilherme, concedida ao autor, em 1994.

⁸⁵ Entrevista com a Sra. Cecília, concedida ao autor, em 1994.

⁸⁶ O poder simbólico é, com efeito, este poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Também pode ser entendido como o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver, fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo a ação sobre o mundo...” In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989. pp. 07-15.

ênfatizar que não é nosso objetivo refazer uma história na qual os trabalhadores aparecem como meros coadjuvantes, passivos e conformados com o que lhes acontece, mas os visualizarmos como sujeitos da história.

Quanto ao transporte, a Empresa Renaux se adiantou frente às outras da localidade. Para facilitar o deslocamento dos operários, que moravam a certa distância, e, ao mesmo tempo, servir ao transporte de carga, foi construída, em 1904, uma “via férrea”, que ligava o porto fluvial do município à fábrica, acompanhando o “ribeirão dos Pomeranos”, em percurso de 3 km. Sobre o vagão, explicou-se, “*duas mulas puxavam uma plataforma com duas fileiras de bancos, cada uma com quinze lugares, mas levando também passageiros em pé.*”⁸⁷ Essa via férrea foi utilizada por vinte anos; quando desativada, foi substituída por caminhões de carga, em 1925.⁸⁸

Na memória operária, surge a figura do “caminhão do Renaux”, que era utilizado para transporte dos trabalhadores, a sua carroceria era coberta de lona, eis um relato curioso: “*Na época da Revolução de 1930, por aí, os revolucionários pegaram o caminhão do Renaux, pra sair por aí!!! Depois devolveram. Os operários, então, batizaram o caminhão de ‘revoltoso’.*”⁸⁹

Nascido na Guabiruba, o Sr. Ervin iniciou seu trabalho na Fábrica Renaux em 1944, e relembra as pitorescas histórias que envolviam uma viagem de ônibus: “*Olha, a partir de 1943, já tinha ônibus; foi o Baltazar Bohn que começou. Tinha só um ônibus, ele buscava os operários às uma⁹⁰ e trazia de volta.*” Era, portanto, o horário do turno da tarde, só que a viagem não se resumia a isso, como vimos, as péssimas condições da

⁸⁷ Depoimento de Carlos Haacke e Reinaldo Graupner, dado à Maria Luiza Renaux Hering. In: HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987. p. 163.

⁸⁸ SEYFERT, Giralda. Op. cit. p. 132.

⁸⁹ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

⁹⁰ “às uma” - 13horas, linguagem corrente na região.

estrada faziam com que Baltazar se prevenisse: “*trazia sete ou oito paus de lenha dentro do ônibus, quando o buraco era grande! Até picareta tinha [...] Mais tarde, assumiu o irmão dele, Evaldo Bohn e tomou conta [...] daí para diante quem não trabalhava para o Renaux não tinha mais ônibus.*”⁹¹

Cabe intercalar esta fala com outra, a da Sra. Iracema, que nos diz: “*Era o ônibus da firma Renaux, minha mãe deu não sei quantos marrecos pra um mestre, para a minha irmã ganhar emprego no Renaux, para ter ônibus.*”⁹²

É interessante notar as inter-relações que se formavam entre operários e mestres, principais responsáveis pela indicação de futuros trabalhadores nas fábricas, as adulações e bajulações estavam presentes, as relações de poder ficam visíveis.

Há fatos particulares, que não se imprimem na memória coletiva, mas revelam momentos raros da vida daqueles com os quais falamos; é assim o comentário da Sra. Tereza, singelo: “*Um dia fui trabalhar com um tamanco novinho, na volta para casa na calçada da frente da loja Stretz quebrou meu tamanquinho, voltei com os pés descalços, que tristeza!!!*”⁹³

Como poderíamos deixar despercebido um traço da memória feminina? A mulher descreve sua vida com outros signos, os quais foram forjados na esfera do privado, o espaço do lar, que não foi reconhecido pela história tradicional, taxado como obscuro e de pouca importância, relegado ao esquecimento. Assim, por ocuparem os espaços domésticos, as mulheres foram excluídas dessa história. Coube ao homem a rua, a este, sim, a esfera pública; o tempo da fábrica, das máquinas. Mas, na busca pelo diverso, as novas abordagens do privado e do cotidiano tem trazido à tona a memória feminina como testemunha viva, “que vai muito além da esfera de doméstica, do interior

⁹¹ Entrevista com o Sr. Ervino, concedida ao autor, em 1994.

⁹² Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

⁹³ Entrevista com a Sra. Tereza, concedida ao autor, em 1994.

da casa, das coisas particulares, diluindo as esferas pública e privada.”⁹⁴ As mulheres, ao narrar suas histórias, rompem as fronteiras, penetram no mercado de trabalho, inserem suas marcas num mundo de homens. Lembramo-nos, aqui, de Michelle Perrot, que nos alerta que devemos encontrar novas maneiras de interpretar esses registros. Quais são as relíquias da memória feminina? As roupas? Os objetos? Os presentes tão acalentados e guardados? Seria a monotonia dos anos diferenciada por representação dos acontecimentos que fazem bater o coração; “a memória das mulheres é trajada: *‘Naquele dia eu usava ...’*”⁹⁵

Experiências próprias, diversas, *“na volta para casa... quebrou meu tamanquinho”*, memória, tristeza, “coisas de mulher”, diria um incauto. Ah! Quão pouco sabemos de uma memória feminina, tanto a ser desvendado.

Peça indispensável do vestuário operário para o trabalho eram os tamancos, mais baratos, eram acessíveis ao poder de compra do operariado. O Sr. Enrique assim nos explica: *“Se usava tamancos de madeira, com umas tiras de couro-cru por cima, mas era perigoso, podia ‘destroncar’ o pé, mas era barato e eles usavam. Eu cheguei a ir de tamanco [...] botava pneu de bicicleta na sola para durar mais [...] era madeira mole, se não botasse, virava uma tabuinha”*.⁹⁶

Mas, continuemos: *“Na roupa, eles caprichavam, iam limpinhos. Se era uma estrada ruim, iam descalços. Quem podia gastar mais tinha dois pares de calçados, um para a fábrica e outro para a casa.”*⁹⁷ Notemos que “caprichavam” não na diversidade do vestuário, mas pelo fato de andarem “limpinhos”, chegavam a não utilizar seus

⁹⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas do sul do Brasil*. Cadernos Pagu, nº 04, 1995. p. 122.

⁹⁵ PERROT, Michelle. Prática da Memória Feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto/setembro 1989, pp. 9-18.

⁹⁶ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁹⁷ Idem.

calçados em condições de “estrada ruim”, sob pena de estragá-los, dessa maneira, concluímos que possuíam poucas peças de uso “caseiro” e de “passeio”. A Sra. Iracema nos esclarece essa questão, relatando que, quando a temperatura caía e o inverno tornava-se mais rigoroso, essas jovens amarravam um pano sobre o nariz; botavam uma meia bem comprida por baixo da saia (naquele tempo, mulher não usava calça comprida); indispensável um casaco pesado por cima das roupas; algumas usavam meias nas mãos, luvas custavam caro! Nos pés, tamancos de madeira. Finas camadas de gelo cobriam as poças de água e densa neblina formava-se de madrugada. As bicicletas, “equipadas” por uma rede, para que o vestido não prendesse na roda, “evitava acidentes”.

A Sra. Cecília nos revela que seu marido, na época em questão, solteiro, morador do bairro Guarani, quando foi servir ao exército, queria ter um terno, a resposta de sua mãe foi a seguinte: *“Se tu não engordar tu ganha; não temos dinheiro para botar fora!!!”*⁹⁸

Através da fala da Sra. Cecília, podemos buscar novos elementos para a nossa análise. Ora, há que se vislumbrar essas “mulheres que deslizam, insinuando-se por todos os cantos da cidade...”⁹⁹, mulheres no lar, como mães, tias ou avós, que promovem transformações no dia-a-dia. Esposas, filhas, as quais atuavam no campo, nos bairros, cadenciadas pelas necessidades da família, guardiãs da economia doméstica.

“Se tu não engordar, tu ganha; não temos dinheiro para botar fora!!!” A mensagem é taxativa, as condições de vida não eram fáceis. É a partir dessas falas que percebemos os problemas que se abatiam sobre o cotidiano doméstico, vislumbra-se toda uma natureza de participação da mulher na casa, nos bairros e, por fim, na vida das cidades. Quando desponta uma alta no custo de vida, são elas que murmuram, no dizer

⁹⁸ Entrevista com a Sra. Cecília, concedida ao autor, em 1994.

⁹⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 201.

de Michelle Perrot, “o rumor aumenta nas ruas, nos pátios, nos bairros entre as vizinhas”¹⁰⁰ e mais, “a dona de casa é a alma do bairro, e, por isso, núcleo de uma cultura popular...”¹⁰¹, lembremos que muitas dessas mulheres participam do trabalho nas fábricas ou, pelo menos, já participaram: eis uma questão a ser posta.

Inseridas no mundo de trabalho das fábricas, as mulheres encontrarão obstáculos próprios, inerentes a sua “condição de mulher”. Um deles, e não o menos importante, é encontrado repetidamente na memória operária: *“Naquela época, mulher casada não tinha vez na fábrica.”*¹⁰² Vejamos: *“A gente tinha contrato na fábrica, era de 2 anos, se gostassem do trabalho, iam renovando até completar 6 anos. Quando acabou o meu contrato, eu estava casada, aí não renovaram, porque lugar de mulher casada era em casa.”*¹⁰³

A partir do casamento, uma nova fase em suas vidas, não mais o trabalho nas fábricas, não mais a existência pública e a vida social, mas a vida privada no lar. O movimento operário, ao reproduzir esse modelo feminino burguês de esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, traça um quadro no qual as mulheres não aparecem como trabalhadoras, mas como agentes reprodutoras, cabendo-lhes gerar e educar os futuros trabalhadores.¹⁰⁴

Vejamos, “lugar de mulher casada era em casa” e, no campo, essa mentalidade continua forte. Vida que dividia o trabalho da fábrica e da casa. Cabia a mulher ser uma “boa dona de casa”, os trabalhos domésticos, tais como a cozinha, a costura, a

¹⁰⁰ Ibidem. p. 193.

¹⁰¹ Ibidem. p. 205.

¹⁰² Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

¹⁰³ Entrevista com a Sra. Cecília, concedida ao autor, em 1994.

¹⁰⁴ RAGO, Margarete. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 61-84.

arrumação, os cuidados com a família, a educação dos filhos e várias outras atividades, que acabavam tornando-se um trabalho invisível, “obrigações de mulher”.

Nessas regiões, cabia à mulher as “tarefas da roça”, como o trato de animais, a ajuda na lavoura, a preparação de produtos caseiros (como queijos) considerados uma extensão dos trabalhos da cozinha. Mentalidade fabricada pela necessidade do trabalho feminino nas tarefas caseiras, trabalho esse nunca secundário, mas fundamental para a sobrevivência da família camponesa. No entanto, não devemos escamotear o controle e a utilização de conceitos para submeter o trabalho feminino nos moldes e padrões da sociedade da época. Vejamos a entrevista com a Sra. Tereza: *“Quando vinha do trabalho, chegava em casa, nós éramos em 8 filhos, e eu, a única moça, até que eu limpava a cozinha, lavava a roupa, fazia tudo, não dava para trabalhar na roça.”*¹⁰⁵

De acordo com Elisabeth Souza-Lobo, “há uma ideologia sobre o lugar da mulher na família que não só força a mulher a aceitar certos empregos que a permitem carregar seu duplo fardo, mas também perpetua a situação”, a autora cita Stolcke, que propõe a seguinte questão: “a condição feminina é determinada, fundamentalmente, pelo papel específico que o casamento e a família desempenham na reprodução da desigualdade social.”¹⁰⁶

Percebemos que o lar, longe de estar relacionado aos benefícios de uma vida mansa, refúgio das conturbações da praça pública, se apresenta como local de trabalho. O tempo das operárias-mulheres é outro, esse é dividido entre o tempo do trabalho assalariado e o do trabalho doméstico.¹⁰⁷ Notemos que há um destaque nesta fala, *“não dava para ir trabalhar na roça.”* Quando da entrevista, a Sra. Tereza deixa bem claro

¹⁰⁵ Entrevista com a Sra. Tereza, concedida ao autor, em 1994.

¹⁰⁶ SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo, Brasiliense/ S.M.C., 1991, p. 130.

¹⁰⁷ WOLF, Cristina Scheibe. **As mulheres da Colônia Blumenau: Cotidiano e Trabalho - 1850/1900 -** São Paulo, P.U.C., 1991, p. 40. (Dissertação de Mestrado).

que ainda lhe cabia essa função, no entanto, como única “moça da casa”, todos os afazeres lhe pesavam.

Cabe ainda notarmos que tarefas domésticas, como faxina e lavagens, também fazem parte do universo do trabalho para angariar recursos, tanto para a sua família ou, quando solteira, para ajudar na economia da casa de seus pais, como também para compor seu enxoval. Mas esta realidade não era apenas sua; as meninas encontravam trabalho ainda como empregadas domésticas ou como pajens de crianças ou idosos em outras “casas de família”, como percebemos nesta fala: *“Uma época, um compadre de meu pai pediu que cedesse uma das meninas, porque precisava de alguém para ajudar a família, a esposa e os filhos, tinha também a mãe muito doente. Trabalhei 11 anos lá!!! Não recebia ordenado, fiquei lá como ‘coisa de compadre’; dizia que receberia um enxoval. Recebi depois... que coisa mixuruca.”*¹⁰⁸

Na entrevista, a exploração é sentida numa relação de troca trabalho-enxoval, “...coisa de compadre”. Nesse tipo de relação, o trabalho passa a ser desconsiderado, e a relação que se estabelece é de um favor entre compadres. O que devemos aqui frisar é a decisiva contribuição que o trabalho dessas meninas e meninos tem sobre o orçamento da família operária. Seja na fábrica, seja na roça ou nas “casas de família”, é no labor diário, enfrentando as situações mais variadas, que podemos percebê-los na sua vivência concreta, experimentando as alegrias e vicissitudes da vida.

¹⁰⁸ Entrevista com a Sra. Maria, concedida ao autor, em 1994.

1.2. SUBÚRBIOS-PRÓXIMOS

Ao vencermos as distâncias do tempo, colocando-nos na década de 1950, percebemos que a estrutura linear da cidade dos tempos coloniais alterou-se. Adentrando por entre os vales, a cidade vai tomando a forma tentacular, devido à crescente vinda dos descendentes dos colonos, que abandonaram as atividades agrícolas, bem como com a chegada de imigrantes, não só das regiões de Santa Catarina, como também de outros estados brasileiros, indo fixar-se nos subúrbios próximos à cidade, caracterizando-os como área de residência de operários.

Para exemplificar essa questão, visualizamos os dados correspondentes a 1950, e anotamos que de um total de 32.351 habitantes, 6.962 viviam nos subúrbios enquanto 4.049 ocupavam a cidade propriamente dita.¹⁰⁹ Nesse contexto, parece-nos que, o que cabe ser ressaltado, não é o fato desse trabalhador possuir uma pequena horta para consumo doméstico, ou se a proximidade das fábricas lhe oferecia a vantagem de, em poucos minutos estar no local de trabalho (o que nem sempre acontecia, dependendo do local onde estava empregado), ou, que a maioria das habitações operárias era de madeira, ou, ainda, se o seu vestuário era pouco diversificado. Mas buscar apreender, no cotidiano operário, um espaço de transformação, de mudança e de resistência.

Busquemos, primeiramente, uma questão há pouco trabalhada, portanto, ainda fixa em nossa memória. Há alguns parágrafos atrás, discutíamos a mentalidade imperante nos meios fabris, que limitava a participação da mulher nesse espaço após o casamento; usamos aqui a palavra limitar num sentido bastante generoso, pois, nas entrevistas

¹⁰⁹ MAMIGONIAN, Armem. Op. cit. p.380. Para melhor ilustrar esta situação reproduzimos aqui VI Recenseamento Geral de 1950. "No município, havia 32.351 habitantes, assim distribuídos 1) Distrito de Brusque: 22.865 hab. / 2) Distrito de Botuverá: 2.673 hab. / 3) Distrito de Vidal Ramos: 4857 hab. / 4) Distrito de Itaquá: 1.957 hab. Na sede do Primeiro Distrito de Brusque a população é de 11.011 hab. In: KRIEGER, Oscar Gustavo. **Pequeno tratado da história de Brusque (SC)**. Dezembro de 1953.

realizadas, a palavra a ser utilizada deveria ser encerrar. No entanto, estamos a ver que essas mulheres não eram passivas e, agora, diante de uma realidade avessa, a saber, as necessidades de um jovem casal, como se portaram elas ? Lutaram para alcançar o seu lugar no mundo do trabalho, e conseguiram. Com orgulho estampado na voz, o Sr. José nos relata a trajetória de trabalho de sua esposa: *“Assim que casei, eu e minha esposa sempre íamos trabalhar juntos, no segundo turno, foram trinta e dois anos na fábrica. Veio o primeiro filho, já dificultou, veio o segundo, aí era levar as crianças para a casa da mãe dela, que ficava perto da fábrica, à noite nós dois trazíamos as crianças para casa, mas, quando veio o terceiro filho, aí nós tivemos que revezar os trabalhos em casa.”*¹¹⁰

O casal lutava pela sobrevivência da família recém-formada, pois, como viviam na área urbana, o salário era a única fonte de renda, ambos precisavam trabalhar, quando os filhos vieram, esses continuaram na sua luta diária. Quando a situação tornou-se difícil, a mãe, sempre presente, ajudou na tarefa de educação e cuidados com os netos, mas uma sobrecarga (de atenções e de tarefas) faz com que as tarefas, pré-determinadas pela sociedade como femininas, sejam encampadas pelo pai, *“tive que trocar fraldas, cuidar das crianças ...”*,¹¹¹ palavras ditas com carinho, reforçam os laços dessa união. Seria poético demais supor ? Mas, por que não ! Um olhar sonhador... Os corpos cansados não encontravam, na noite, horas de esperança de um olhar a dois ?

Assim, percebemos práticas de solidariedade e companheirismo que vão derrubando mitos e preconceitos, que vão formando um novo caminho cheio de possibilidades e novas alternativas. Mas, ao mesmo tempo, não devemos nos confinar em um mundo que não apresente conflitos, dificuldades e, até mesmo, derrotas.

¹¹⁰ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

¹¹¹ Idem.

Lembramo-nos aqui de um texto de Maria Odila Leite Dias que, ao descrever a participação dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, na criação do grupo dos *Annales*, chama-nos a prestar atenção às palavras de Lucien Febvre, quanto aos historiadores que, “preferiram ater-se à história dos seres vivos e concretos, e à trama do seu cotidiano, um conjunto emaranhado de suas múltiplas funções, atividades, preocupações, atitudes variadas, que se inter-relacionavam em conflito, acabando por constituir um *modus viventi* .”¹¹²

Nesse sentido, como nos dois lados de uma mesma moeda, percebemos as diferenças e as rixas no meio operário. Aqueles, que pertenciam à zona urbana, enxergavam com outros olhos os que vinham da área rural. Vejamos, “*quem estava no sítio estava melhor*”¹¹³, a voz muda de tom, existe um ar de indignação, o Sr. José desabafa: “*Hoje poderia ser diferente, mas na época se pegava o pessoal do sítio para trabalhar.*”¹¹⁴ Ora, quais seriam as conseqüências desse ato ? Quando percebemos que os colonos-operários possuíam sua sobrevivência assegurada graças à pequena lavoura de subsistência, como já vimos, e que alguns estabelecimentos fabris, próximos às regiões rurais, atraíam essa mão de obra, conhecida como ordeira e trabalhadora, e, portanto, avessa aos conflitos sociais, compreendemos, assim, o desabafo do Sr. José: “*Quando tinha uma reunião do sindicato, os de fora (áreas rurais) não vinham, não vinha ninguém!!! Quem aparecia eram aqueles que viviam da fábrica!!!*”¹¹⁵

Devemos perceber que o “colono-operário” construía uma representação de si como trabalhador agrícola. As análises de Giralda Seyferth confirmam esta questão: “Seu

¹¹² DIAS, Maria Odila Leite. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 39-53.

¹¹³ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

status não é propriamente de operários, e nem eles se consideravam membros de uma classe operária, embora sua condição de industriários tenha reduzido bastante a atividade agrícola.”¹¹⁶ A posse da terra, a construção da casa própria, fruto exclusivo do seu trabalho, fez com que esses trabalhadores se diferenciassem dos operários da cidade, que só dependiam da fábrica.

Ao abordarmos a dependência, procuramos caracterizar as fortes relações que se estabeleciam entre o operariado e as indústrias têxteis da cidade. Ora, o operariado brusquense, mesmo nos seus mais íntimos momentos do cotidiano, estava envolvido com a realidade promovida pelas indústrias ou, num trocadilho, ousamos dizer que a cidade e as indústrias se amalgamavam numa só realidade. Imagine um homem marcado na face pelo passar do tempo, que dia após dia dedicava sua força de trabalho a um mundo fabril, sua pele queimada nos dias de janeiro e regelada nos dias de julho, quando densa neblina cobria a cidade. Suas roupas, tecidas pela esposa, não apresentavam nada de espetacular, tecidos de listra eram os escolhidos, tão comuns entre os operários. Quando lhe vinha à mente comprar uma peça de tecido, logo estava diante das três lojas destinadas a servir a população da cidade: Renaux, Büettner e Schlösser, e a preferência era comprar na loja da própria indústria, afinal, essa lhe vendia à prestação, no dizer dos operários, “dava de pagar fiado”, e era assim com calçados e os mais variados utensílios, poderiam figurar nessa lista até rádios... Durante a caminhada, sua sombra projetada nas pedras do calçamento fazia-lhe lembrar os nomes das principais ruas, nomes que não lhe eram estranhos, nomes ostentados por toda a cidade, nomes lembrados no burburinho da praça, nas festividades, no silêncio do lar.

¹¹⁶ SEYFERT, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, Sérgio Leite. **Cultura e Identidade Operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ - Marco Zero - PROED, 1987. p.107.

Assim, quando percebemos o mundo que cerca esse trabalhador, buscamos as palavras de Margarete Rago quando descreve que, através dessas concessões, há um cerco a vida do trabalhador, e constroem-se a “idéia de que os trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma comunidade, lutando por interesses comuns.”¹¹⁷ Essa imagem, portanto, de harmonia, nega o conflito entre capital e trabalho. Quando esses trabalhadores levantam suas vozes, são colocados diante de uma contradição, como poderiam reivindicar se o seu olhar toca diariamente em tão infinitas realizações da classe patronal ? Essas observações podem parecer razoavelmente banais, todavia, elas existem, apesar de nossas convicções políticas ou pessoais. Reivindicar irá soar, para muitos trabalhadores, como uma traição para com os patrões. Vislumbra-se, então, o paternalismo e Michelle Perrot destaca três elementos que caracterizam esta situação:

1) A presença física do patrão nos locais de produção e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática do tipo familiar entre patrões e operários; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. O patrão é visto como pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os à história de sua família (festas de casamento ou outros acontecimentos familiares). O “nós” substitui o “eles” da indiferença ou da hostilidade. E acontece que os operários se identifiquem com a “casa” onde trabalham, vangloriando-se de sua estabilidade, do recrutamento hereditário que une sua linhagem à empresa...¹¹⁸

Cabe ressaltarmos que os aspectos acima citados terão influência na greve de 1952 e até mesmo após. Pois os frutos desse movimento, e não falamos apenas das vitórias, mas das derrotas, irão alterar profundamente a representação que os operários fazem de si mesmos, e aquela que elaboravam de seus patrões. A esse respeito iremos discutir mais adiante.

¹¹⁷ RAGO, Margarete. Op. cit. p. 34.

¹¹⁸ PERROT, Michelle. Op. cit. p. 83.

Percebemos que havia um esvaziamento das posições operárias, pois havia aqueles que se omitiam das “discussões de classe”, na expressão do Sr. José: *“Que ficavam atrás do toco!!! Diziam: - Se vier alguma coisa para eles, vem para nós também!... - isso complicou, eles tinham como se manter.”*¹¹⁹ Quando da greve de 1952, um dos participantes assim declarou: *“Olha, eu pude me virar, tinha uns trocados no bolso, trabalhava num açougue lá no Guarany, trabalhava das 5h às 13h30min na fábrica e à tarde no açougue. Quando deu greve, nós lá do açougue até paramos de trabalhar porque ninguém tinha dinheiro! Não se vendia nada!!!”* E acrescentou: *“O nosso serviço era limpar pasto, arrumar a cerca, essas coisas...”*¹²⁰

Chama-nos a atenção a frase “eu pude me virar”, ou seja, escapar de uma situação extremamente difícil, já que a greve se prolongou por mais de trinta dias, afetando decisivamente a vida daqueles operários envolvidos unicamente no trabalho fabril. Quando comparamos a descrição daqueles momentos de greve e colocamo-na lado a lado com as impressões do Sr. Edgar, colono-operário, percebemos uma diferença marcante nas entrevistas: *“Fui para casa porque, em geral, sempre tinha alguma coisa para fazer, eu até fiquei contente... porque pude ir trabalhar em casa !”*¹²¹

Diante de situações como essa e da dependência cada vez maior dos trabalhadores das indústrias, é que encontramos o anúncio do sindicato como mediador do movimento operário, no entanto, a história do sindicato não deixa de ser, antes de mais nada, os esforços desses trabalhadores para fazer existir a sua própria história, de buscar mecanismos que lhe possibilitassem comunicar seus desejos e suas vontades.

Vejamos, foi a 1º de maio de 1933, durante a realização do I Baile Operário, para comemorar o Dia do Trabalho, organizado por José Walendowsky, Rodolpho Orthmann

¹¹⁹ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

¹²⁰ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

¹²¹ Entrevista com o Sr. Edgar, concedida ao autor, em 1990.

e Manoel dos Santos ¹²², que nasceu a idéia de constituir a “Liga Operária Brusquense”, idéia que foi acatada imediatamente, acabando por se fazer uma passeata matinal no centro da cidade, debaixo de chuva. Deste movimento, originou-se, no mesmo ano, o Sindicato dos Operários de Brusque. Seu estatuto nos é apresentado no Jornal “**O Rebate**”, de 15 de setembro de 1933. Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, passou a ser denominado Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de Brusque.¹²³

Assim, quando destacamos o movimento grevista de 1933, desencadeado após a fundação da entidade sindical, o qual atingiu a Fábrica Renault, bem como o movimento de 1948 na Cia. Industrial Schlösser, e visualizamos o que eclodiu em 1949, vitorioso no aumento de 30 %, mobilizando a cidade e movimentando as autoridades locais, tanto que na ocasião, esteve presente a Polícia Estadual; eis que surge, ante os nossos olhos todo um passado de luta, de liberação, de conquista por parte dos trabalhadores, os quais transformaram-se em agentes ativos do processo de construção de uma sociedade. E é nesse sentido que procuraremos perceber a greve de 1952, a qual adquiriu grande repercussão no estado de Santa Catarina e até mesmo no país¹²⁴. Para tanto, também procuramos visualizar a experiência cotidiana que se desenvolvia no interior das fábricas, bem como fora delas, que vai formando uma consciência social.

¹²² KONS, Paulo Vendelino. O sindicato. **Jornal de Brusque** (edição histórica), nº 13, agosto de 1993.

¹²³ LAUTH, Aloisius Carlos. A greve de 1933: a industrialização, a participação dos partidos políticos e o movimento sindical em Brusque. In: **Revista Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque, SAB, 1983, nº 28, p. 190.

¹²⁴ TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 54. Em estudo desenvolvido sobre as movimentações operárias realizadas em 1953, destaca no Estado de Santa Catarina, a greve dos 7000 mineiros de carvão na cidade de Criciúma, que durou 7 dias e a greve dos 4000 têxteis na cidade de Brusque, que se prolongou por 37 dias.

1.3. ESPAÇOS DE LAZER

A década de 50 prenuncia as mudanças de hábitos cotidianos e valores que acompanhavam o ritmo acelerado das transformações do pós-guerra. As pesquisas, realizadas para o aperfeiçoamento do material bélico, resultaram em novas possibilidades de fabricação de objetos para uso diário e lançaram as indústrias em uma nova fase de desenvolvimento¹²⁵. Paralelamente, pairava sobre ‘o mundo’ a imagem da gigantesca nuvem mortífera com a forma de um grande cogumelo: Estados Unidos e União Soviética se digladiaram na chamada Guerra Fria, que acabou sintetizando as tensões políticas da década; a propaganda ideológica avançava continentes e propagava a imagem positiva do modo de vida norte-americano, criava-se, ao mesmo tempo, a defesa da democracia ameaçada pelo perigo comunista. Mas em meio a todo este clima internacional, como ficava o Brasil?

1950, foi o ano de eleições, Vargas se elege por voto direto, à Presidência da República. Em meio à população, duas correntes se chocavam: havia getulistas e antigetulistas, nacionalistas e “entreguistas”¹²⁶. Em meio às agitações do período, a classe trabalhadora se organizava, tornando-se fundamental sua participação e incorporação no sistema político-partidário, novos ventos varriam o país. 1950, foi o ano que a tevê foi ao ar, aos 18 de setembro, às 22 horas com o programa “TV na Taba”, mas a televisão ainda era novidade e o rádio reinava absoluto¹²⁷. Aliás, esse era ligado a todas as horas; meio de comunicação privilegiado supria a sede de informações e entretenimento do grande público, emissoras como a Nacional do Rio de Janeiro tinham

¹²⁵ RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ática, 1992. pp. 7-16.

¹²⁶ *Brasil Dia-a-Dia*. São Paulo: Abril, 1990. pp. 30-34.

¹²⁷ *Ibidem*. *Idem*.

audiência em todo país¹²⁸. Os programas de auditório immortalizaram as “Rainhas do Rádio”, como Dalva de Oliveira, Ângela Maria e as mais acirradas disputas entre Emilinha, a favorita da Marinha, e Marlene, a favorita da Aeronáutica; idolatrados eram também os cantores. Chico Alves, o nosso “rei da voz”¹²⁹, permaneceu durante 30 anos encantando multidões, quando de súbito, em 1952, calou-as, ao chocar-se com seu buick, a mais de 130 km/h com um caminhão na Via Dutra... foi uma tragédia nacional, noticiada com destaque pelo “Repórter Esso”, o primeiro radiojornal brasileiro, que marcou sua época, sob o auspicioso patrocínio da Standart Oil Company, permaneceu no ar por 27 anos. Não sem concorrentes, se podemos chamar de concorrente a conhecida “Hora do Brasil”, implantada pelo próprio Getúlio Vargas em 1935¹³⁰, a qual noticiava os discursos do presidente e as “boas novas” da construção de uma moderna nação brasileira.

Em meio a tantas transformações, o Brasil não poderia ser mais o mesmo. 1950 também foi o ano do lançamento da revista em quadrinhos “O Pato Donald”, popularizando os personagens de Walt Disney, inaugurando, assim, as atividades da Editora Abril, “apoiada num empréstimo de 1,5 milhão de dólares”¹³¹. Neste mesmo ano, o Brasil sediou a quarta Copa do Mundo e perdeu de 2x1 para o Uruguai na final, no Maracanã...

Neste admirável mundo novo era necessário acompanhar as inovações tecnológicas da sociedade moderna, em 1952, por exemplo, Getúlio Vargas desencadeou uma Campanha Nacional de Educação Rural, partindo do pressuposto que se tornava urgente uma intervenção na cultura e no modo de vida das populações camponesas para

¹²⁸ RODRIGUES, Marly. Op. cit. pp. 36-37.

¹²⁹ ALVES, Julia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. São Paulo: Moderna, 1988. p. 88.

¹³⁰ Ibidem. p. 81.

¹³¹ Ibidem. p. 126.

nelas “desenvolver o espírito de ordem, de obediência e amor à pontualidade” que deveriam ser experimentados na sociedade brasileira.¹³²

Percebemos, então, que a população trabalhadora seria alvo de mecanismos que visavam a domesticar e exercer controle através de uma pedagogia que pretendia ensinar-lhes hábitos “racionais” de comer, de vestir-se, de morar ou de divertir-se. Neste sentido, o lazer passou a ser visto como meio privilegiado de intervenção no social. Quando folheamos as páginas dos jornais de Brusque, deparamo-nos com um precioso comentário sobre o Serviço Social da Indústria (SESI), a ser implantado na cidade:

... Além desses benefícios, o operário terá no centro um local de diversões interessantes, orientado por um pessoal competente que ministrará às crianças instruções necessárias ao aprimoramento do espírito, ensinando-lhes sobretudo regras sociais e conhecimentos práticos de todos os assuntos que possam influir no bem estar de sua família. Até o operariado poderá reunir-se com sua família, nas horas de folga, para, em convívio com seus colegas e amigos, passar momentos de distração em ambiente sadio e de camaradagem ...¹³³

Desperta a nossa atenção o fato que, além de influir sobre os aspectos da vida cotidiana do trabalhador, procurava-se também gerenciar a visão de mundo dos assistidos. O texto é rico em significados, adiante desenvolveremos mais profundamente a função social destas instituições. No tocante ao lazer, encontramos a busca por um “lazer dirigido”, o qual pode ser mapeado dentro de uma política de adequação para o trabalho e de um modelo de cidadania forjado pelo Estado; afinal o “lazer improdutivo” produzia focos de agitação perniciosos para o desejável andamento da sociedade. Assim, percebemos que o próprio “tempo livre” é alvo de todo um discurso racionalizador que procura interferir na vida cotidiana do trabalhador.

¹³² BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, Vol. 14, nº 27, São Paulo, 1994. pp. 149-165.

¹³³ **O Rebate**. 31/ 01/ 1953.

Diante das questões apresentadas anteriormente poderíamos refletir sobre o domínio cultural que é exercido sobre as massas, através do lazer, no entanto esta não é a intenção da presente pesquisa. Partimos do pressuposto que o lazer faz parte da cultura vivida pelos trabalhadores, assim pautamos por reconstruir os espaços de lazer como momentos de resistência e encontro (as discussões deflagradas no âmbito do espaço público forjavam valores próprios e orientavam as condutas no dia-a-dia) que reforçariam os laços de solidariedade. Se desviarmos nosso olhar para a greve de 1952, percebemos que ela não aconteceu espontaneamente, de uma hora para outra, mas exigiu um amplo trabalho de preparação, desenvolvido no interior das fábricas, no lar, no botequim com os amigos, enfim, nos vários espaços que formavam a cidade, envolvendo, portanto, toda uma sociedade.

As lembranças, que afloram neste texto, são produto das conversas com homens e mulheres que atuavam nas fábricas na década de 50, e contemplavam o desenrolar dos acontecimentos de 1952; no entanto, estas lembranças evocam o tempo da folga, do não-trabalho. Eram momentos de descontração, de descompromisso. Nesse sentido, Vera Maria Cândido Pereira¹³⁴ discorda da noção de lazer, aplicada para o período do não-trabalho, contrapondo-se à definição de Joffre Dumazedier, que declara: “Lazer é o conjunto de ocupações a que o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”¹³⁵

¹³⁴ PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O coração da fábrica**: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979. pp. 157-164.

¹³⁵ DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 34.

Na concepção dessa autora, “o lazer é compreendido como uma forma de ocupação de tempo, enquanto que o não-trabalho é visto [...] como um momento de desocupação total.”¹³⁶

Seguindo a mesma análise, Vera Maria prossegue informando que as atividades consideradas como “obrigações”, definindo-as como “obrigações de casa”, que são as de caráter doméstico; as “obrigações religiosas” (ir à missa ou culto) e as “obrigações sociais”, como festas familiares, visitas... Ora, durante as entrevistas essas categorias estavam presentes, o que nos leva a crer que a análise é bastante pertinente.¹³⁷

No entanto, percebemos uma carência de discussão teórica da autora para podermos assimilar, por completo, essas definições. Também cabe lembrar que não é o objetivo deste trabalho desenvolver uma conceituação teórica a respeito do tema. No entanto, achamos prudente que o leitor estivesse a par dessas discussões.

No trabalho de Joffre Dumazedier, “Lazer e Cultura Popular”, encontramos as três funções básicas do lazer¹³⁸, a saber: **Do descanso:** esta função tem como objetivo liberar o trabalhador da fadiga, neste sentido as horas de descanso agem como um revitalizador do trabalhador. **Do divertimento:** é o momento da descontração, de atividades como as viagens, jogos, ou esportes, ou uma fuga, um recurso a vida imaginária, como o cinema, teatro, romance... nesse sentido, essas horas representam um meio de suportar as “disciplinas e correções” da vida social. **Do desenvolvimento:** nesse tempo, o trabalhador pode desenvolver uma maior participação com o social, com os companheiros, desenvolvendo “o surgimento de condutas inovadoras e criadoras”.

¹³⁶ PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O coração da fábrica:** estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus. 1979. pp. 157-164.

¹³⁷ Ibidem. p. 158.

¹³⁸ DUMAZEDIER, Joffre. Op. cit. pp. 32-34.

Uma vez estabelecidas essas balizas, cabe ainda citar que, neste texto, como foi dito anteriormente, é produto das conversas informais com os entrevistados, o qual abusa da via metodológica da história oral, foram transcritos fragmentos de 12 depoimentos, os quais fazem surgir os trabalhadores e trabalhadoras nas suas horas de folga. Muitas dessas lembranças nos foram ditas em confiança e não estão presentes no texto, no entanto, compõem o quadro que nos ajudou a elaborar a reflexão. Nesse contexto, devemos ressaltar que as lembranças dos que foram entrevistados podem ser divididas em dois momentos.

Num primeiro, encontramos as referências às atividades desenvolvidas pelos operários mais jovens, quando solteiros, por exemplo, marcavam presença nos torneios de futebol, nas idas aos bailes, ao cinema, aos passeios, poderíamos caracterizar como um momento de descompromisso. Mas há o momento caracterizado pelo compromisso, a saber, após o casamento, nas entrevistas arroladas, percebemos um rompimento de certas atividades e a substituição por outras atividades apropriadas à nova condição. O sustento da família, o tempo escasso e as tarefas caseiras contribuíram decisivamente para essa realidade. Encontramos, então, o jogo de bocha, o jogo de cartas, bem como pescarias e caçadas, relacionadas como atividades desenvolvidas por esse grupo. Na esfera feminina, deparamo-nos com a questão da dupla jornada, apesar de já termos visto, anteriormente, que os trabalhos da casa, conhecidos como “obrigações de mulher”, já pairavam sobre essas jovens quando solteiras; após o casamento, era nas horas de folga que encontravam momentos para a realização das mais variadas tarefas domésticas.

Nesse ponto, pretendemos focar as principais opções de lazer dos trabalhadores de Brusque, tanto no campo como na cidade, apesar da existência de certas distinções e preferências (apresentamos estas quando possível no texto), procurando relacioná-las como um todo, pois entendemos que essas atividades se interpenetravam no período.

Os operários marcavam presença nos torneios de futebol que se davam entre os vários clubes de bairros da cidade. O Sr. Herbert, operário das Indústrias Renaux, massagista do Clube Esportivo Guarany, conta-nos como era dura a vida de um associado:

Clube, naquela época, não tinha dinheiro, a chuteira cada um comprava do próprio bolso, quando a gente resolveu fazer um novo campo, onde hoje é o Clube do Guarany, reunimos uma turma, quando tínhamos uma folga cada um pegava uma foice e limpava tudo, tirava o mato. Era sacrificado naquela época, mas valia a pena! Uma vez fomos lá para o Ribeirão do Ouro, trouxemos uma baita taça, foi uma disputa dura, mas ganhamos aquela!!!¹³⁹

Os clubes de destaque na cidade eram o Clube Atlético Cônsul Carlos Renaux e o Clube Esportivo Paysandu, os clássicos eram esperados com grande ansiedade pelas respectivas torcidas que promoviam passeatas e rivalizavam durante toda a semana. As arquibancadas lotavam, mulheres e crianças participavam ativamente das torcidas.

Cabe aqui citar como exemplo o “Clube Esportivo Operário”, com sede na localidade de Águas Claras, fundado a 10 de setembro de 1939, este deve guardar, com certeza, muitas histórias. Vejamos uma delas, através da fala do Sr. José: *“Conheci minha esposa num campo de futebol. No campo do Cedrense, lá no ribeirão do Cedro, hoje, Dom Joaquim. Nós tínhamos o time dos operários, a gente ia junto para fazer torcida. O time não tinha a ver com as empresas, às vezes os patrões davam uma colherzinha de chá para a gente comprar algo.”¹⁴⁰*

Neste torneio, encontravam-se os times de vários bairros, nosso torcedor não demorou muito para que seu olhar encontrasse o da moça que seria sua futura esposa; aproximaram-se, imagem e sentimento ficaram marcados para sempre na

¹³⁹ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁰ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

memória do Sr. José : *“Me lembro ainda o lacinho que ela tinha nos cabelos [...] quando terminou o jogo fomos dançar na domingueira.”*¹⁴¹

Como percebemos, rapazes e moças trocavam olhares enquanto torciam por seus times. Mais tarde, na “domingueira” (ou tarde dançante), aproveitavam para se conhecerem, e, quem sabe, iniciarem um namoro. Nas regiões campestres, não era necessário lugar específico, uma venda ou casa de conhecidos que oferecesse local adequado para a prática da dança era o suficiente. Os horários não variavam, às 13h30min as portas se abriam e a dança começava, às 18h, mais tardar às 19h, encerrava-se a festa.

Eram as conhecidas “domingueiras”, que marcavam um momento importante no lazer daqueles trabalhadores, lembradas especialmente pelas operárias, são descritas como momentos de distração e divertimento e, como vimos, não era necessário local especial, mas ânimo para chegar lá, e ânimo parece que não faltava:

*“A gente ia a pé, tirava o sapato e ia descalça, era longe, quando chegava perto lavava os pés num ribeirão, calçava de novo o sapato e ia dançar.”*¹⁴²

*“Às vezes, a gente parava num bar do pai de uma amiga, ia lá, tomava uma ‘meladinha’, depois ia para a domingueira.”*¹⁴³

*“Naquela época era melhor que hoje, a gente ia para dançar. E dançava mesmo, até fechar.”*¹⁴⁴

*“Para voltar para casa, nós vínhamos em duas ou três em cima de uma bicicleta (risos) ...”*¹⁴⁵

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Entrevista com a Sra. Ilona, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴³ Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁴ Entrevista com a Sra. Cecília, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁵ Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

Geralmente os homens encostavam-se no balcão do boteco ou da venda,¹⁴⁶ para beber e “trocar idéias”; as mulheres sentavam-se em bancos colocados ao redor da “pista de dança”. Nos intervalos entre uma e outra música, era hora de se “refrescar”. Mas o que seria este “refrescar”? Eram as bebidas oferecidas: a cerveja, vinhos, licores (de fabricação caseira), a famosa meladinha. Não deixa de ser curioso o processo de gelar as bebidas nas vendas: *“Era no porão, se fazia um buraco, botava as garrafas deitadas no fundo, espalhava-se sal em cima. O sal puxava a umidade e a bebida ficava fresca, [...] esta era a nossa geladeira.”*¹⁴⁷ Este processo era freqüentemente usado para a cerveja, pois, no dizer de muitos: *“A cerveja era quente, aquilo era um purgante!!!”*¹⁴⁸

Após o breve descanso, a dança recomeçava, o Sr. Guilherme, a gargalhadas, relembrou esses momentos: *“Os músicos eram baratos, naquela época, pegavam uns caras que tavam aprendendo a tocar (risos) [...], tinham um acordeão e um pandeiro, os caras ganhavam a bebida já tavam contentes.”*¹⁴⁹

Nosso olhar centraliza-se, neste momento, nas regiões campestres, as quais designamos anteriormente como subúrbios-colônia, visualizando, principalmente, as jovens operárias. Dito isso, continuemos nossa análise.

Ao sair com as amigas, o domingo era um dia, por excelência, para esquecer a semana de trabalho, longe da imagem de moças casadoiras, passivas, à espera de um marido nos jardins e varandas de suas casas, a mulher ocupava o espaço público, rivalizava com o homem e discutia os papéis traçados pela sociedade, vislumbra-se uma

¹⁴⁶ “O botequim”, de acordo com o dicionário Aurélio, quando esta palavra ainda significava “loja em geral”, em Brusque, assume a expressão de “boteco”, e confunde-se com a idéia de “venda”. De acordo com Zedar P. Silva, “as vendas eram encontradas nas sedes (da Colônia), nos cruzamentos das estradas de rodagem e no centro dos núcleos menores [...] realizam-se aí os negócios, e são discutidos, enquanto tomam café e outras bebidas...”. Alguns destes locais possuíam rádio, tornando-se um ponto difusor de opiniões e idéias. In: **Álbum do Centenário de Brusque**, p. 337.

¹⁴⁷ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁸ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁹ Entrevista com o Sr. Guilherme, concedida ao autor, em 1994.

grande distância entre o imaginário e a realidade. Vejamos: *“Folga? Aos domingos... Às vezes, a gente parava num bar, ia lá, tomava uma ‘meladinha’ (cachaça com capilé), depois ia para a domingueira — nós dançávamos como umas doidas — uma vez fizemos uma aposta para ver quem tomava mais vinho... eu ganhei!!! Mas fiquei tão bêbada... - Você fez isso? — Fiz... (Risos) — naquela época, elas não eram tão santas assim...”*¹⁵⁰

Mas, voltemos às domingueiras. Não cabia somente ao rapaz tirar a moça para dançar; mas, a moça, com um olhar ou chamar característico com os dedos, sinalizava a sua escolha. Alguns ficavam inconformados por serem preteridos: *“Às vezes, vinha um meio bêbado, ou daqueles chatos que não sabiam dançar, para tirar a gente. Se você negava, o cara apontava e dizia: — três marcas paradas!!! — E tinha que ficar, senão dava briga.”*¹⁵¹ Nestes momentos, dependendo da situação, saía-se do salão, dava-se uma volta. Às vezes, quebrava-se as regras e as brigas aconteciam. *“Depois a gente ficou mais esperta, quando o cara vinha, dizia: já tô tirada!!!”*¹⁵² Observando o texto, percebemos que essas jovens eram cobiçadas pelos rapazes do lugar, no entanto, diante da desigualdade, inventavam subterfúgios.

Quanto à moda, era usar um vestido acinturado, com saia godê, bem rodada, para armar o vestido, uma anágua bem engomada... um toque de sedução: *“até o sutiã a gente engomava...”*¹⁵³ (risos) É claro que as roupas diferenciavam-se, quando analisamos o campo e a cidade.

¹⁵⁰ Este texto foi elaborado a partir da entrevista com as operárias das regiões rurais (Guabiruba), destacando-se as vozes das Sras. Iracema, Ilona e Tereza. Separá-las seria o perder da beleza do texto, o perder do recriar da memória coletiva, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora Universidade de São Paulo. 1987. p. 17.

¹⁵¹ Entrevista com a Sra. Cecília, concedida ao autor, em 1994.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

Na área urbana, os bailes eram a sensação e eram providos por sociedades recreativas: o acesso era quase exclusivo a sócios que “compravam mesas”, os convites eram caros. Ia-se longe para freqüentá-los, e havia distinções entre os clubes da cidade. Vejamos: *“Tinha salões só para operários. Como, às vezes, era longe, nós alugávamos um carro de mola. Às vezes, íamos a pé mesmo.”*¹⁵⁴ Aconteciam brincadeiras no salão, às vezes, levava-se pimenta em trouxinhas e soltava no salão. *“Chuta pra lá, chuta pra cá, e pronto. Todo mundo corre.”*¹⁵⁵ Quando os responsáveis eram descobertos, tratavam de sair logo, os ânimos esquentavam.

As noites de domingo eram esperadas, costume corrente era “fazer avenida”, isso se dava no centro da cidade, nas imediações da Travessa Krieger até a Rua Otto Renaux, o acesso a carros de mola e a veículos motorizados era vedado. Só passavam pedestres, os homens ficavam em blocos dos dois lados da rua, as mulheres desfilavam entre eles, a rua deixava de ser apenas local de passagem para se tornar em ponto de encontro. O aburguesamento do centro da cidade, a busca nos moldes europeus, a iluminação e a arborização revela a criação de um novo espaço, “é um espaço de prazer, é uma vitrine imensa e viva, é o palco do olhar e ser visto.”¹⁵⁶

Esse cenário público vai ser formado tanto pelas elites quanto pelos populares. Após as 19 horas, grupos vão descendo as duas colinas, que se localizam no centro da cidade, no topo das quais erguem-se os templos das duas igrejas (católica e luterana). Enquanto descem, os caminhos convergem para a praça, conversas animadas, o riso... trajas de domingo, olhares cruzados, o flerte... Aos poucos, vão se formando blocos ao longo das ruas, os rapazes se postam como que desenhando um corredor, e é por aí que

¹⁵⁴ Entrevista com o Sr. Ahrrh, concedida ao autor, em 1994.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Prefeitura Municipal, 1992, pp. 64-65.

as jovens desfilam, é o ato do “footing”, que precedia a ida ao cinema. Nas lembranças do Sr. Guilherme: *“Elas iam e voltavam, era uma hora e pouca de desfile. Aí o cara podia arrumar uma namorada e ir ao cinema.”*¹⁵⁷

Quanto ao cinema, devemos esclarecer que ele figurava entre as opções mais conhecidas no operariado urbano (que englobaria a cidade e os subúrbios-próximos); apesar das dificuldades financeiras, sempre ressaltadas nas entrevistas, quando podiam, freqüentavam-no. No entanto, a realidade do colono-operário era outra: *“Era difícil sair alguém daqui para ir à cidade, nunca fui ao cinema.”*¹⁵⁸ E ainda: *“Nós daqui íamos pouco para o cinema, quando jovem, minha mãe nem queria que a gente fosse, dizia que era pecado!!! Era coisa incrível!!!”*¹⁵⁹

Depoimentos semelhantes são repetidos por várias vezes, entremeados de afirmações como estas: “não entrei até hoje numa sala de cinema”.

Continuando a análise do “footing”, percebemos que os rapazes observavam, avaliavam, faziam pose e, se não encontravam o que procuravam ou a moça não satisfazia as suas exigências, lançavam brincadeiras: *“Ô de branco, dá lembrança para a de verde. Elas riam... Olhavam... Mas não tinha nenhuma de verde!!! Elas ficavam bravas!!! Ah, como a gente ria...”*¹⁶⁰

“Coisa de homem”, diziam elas, mas, longe de serem passivas, essas moças reagiam à sua maneira e, muitas vezes, deixavam os rapazes desconcertados. Afora essas brincadeiras, muitas amizades se formavam, namoros, e até casamentos aconteciam desses eventuais encontros. Era praxe escutar algum enamorado dizendo: — “Psiu, posso ir junto?...”

¹⁵⁷ Entrevista com o Sr. Guilherme, concedida ao autor, em 1994.

¹⁵⁸ Entrevista com o Sr. Bruno, concedida ao autor, em 1994.

¹⁵⁹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹⁶⁰ Entrevista com o Sr. Rigon, concedida ao autor, em 1994.

Pode!!! Era a palavra mágica, se havia possibilidades financeiras, ia-se ao cinema, se não, a opção era ir para casa, com companhia, é claro. Talvez daí nascesse um namoro, uma amizade ou um equívoco: *“Ele podia levar a gente para casa, mas se não gostava dele, andava um pedaço junto, despachava!”*¹⁶¹

O casamento era um acontecimento importante na comunidade brusquense, como tal, era festejado. Em rápida síntese, podemos assim descrevê-los: carros de mola eram devidamente enfeitados com arcos de bambus repletos de flores, folhas de palmeira e papéis coloridos. O cortejo nupcial passava enquanto foguetes anunciavam a sua passagem; convidavam-se os amigos para acompanhar o casamento e, conseqüentemente, aumentar o cortejo. Descrição mais detalhada encontramos nas obras de Claus Metzger e Walter Piazza.¹⁶² No entanto, as festas de casamento se apresentavam como mais um momento de distração e entretenimento nas localidades onde eram realizadas. Tomemos a entrevista com o Sr. José: *“Quando era solteiro, que tinha um casamento que não se era convidado, a gente ia a mesma coisa [...] isto era ser nariz-de-folha, assim nos chamávamos. Na festa, tinha um parceiro (um conhecido), aí pedia: — dá um jeitinho..., não demorava o noivo vinha, conversava, deixava entrar!!!”*¹⁶³

Outra forma de entretenimento com muitos adeptos era o jogo de bocha, trazido pelos italianos, espalhou-se com rapidez pela região. Neste período que estamos a analisar, surgem vários clubes, tanto nas áreas urbanas quanto nas agrícolas; jogava-se ao surgir de uma oportunidade. Walter Piazza assim descreve esse jogo:

Tratava-se de um jogo em cancha, local preparado e cercado por madeira, com duas cabeceiras altas e cantos para ricochete, com uns quinze ou vinte metros de

¹⁶¹ Entrevista com a Sra. Cecília, concedida ao autor, em 1994.

¹⁶² METZGER, Claus. Op. cit. pp. 36-40. PIAZZA, Walter F. Op. cit. pp. 190-196.

¹⁶³ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

comprimento por três de largura, onde dois ou quatro parceiros, munidos de doze bolas de madeira (bochas), tendo como alvo uma bola menor (bolim), disputam as partidas.

Ocasionalmente, realizam torneios em que participam oito ou mais comparsas. Nas partidas amistosas disputam cervejas e os torneios são feitos a valer churrascadas ou, então, visando um prêmio — em geral uma taça oferecida pelo proprietário da casa comercial perto ou dono da cancha, visando, assim, um maior rendimento na fêria diária do seu negócio.¹⁶⁴

Retomemos a entrevista do Sr. José que fazia deste jogo, a sua “principal ocupação” nas horas de folga: *“Poderia ser até durante a semana, dava um jeito, era só arranjar parceiros. Domingo ia para a missa, tomava um café quando chegava em casa e ia cedo para pegar vaga para jogar. A mulher brigava, às vezes, mas não adiantava.”*¹⁶⁵

Percebemos, em sua fala, que sempre era hora de estar com os amigos, do desligar-se do mundo padronizado do trabalho, do divertir-se. Morador do bairro Águas-Claras, possui um espaço reservado para lidar com a terra, pois: *“Quando casei tinha 22 anos [...] morei com meus pais um ano que possuíam uma pequena propriedade agrícola [...] depois consegui comprar um terreno mais próximo à fábrica”,* no entanto, procurava preservar as suas *origens “era acostumado trabalhar na roça [...] sempre tinha uma horta, umas galinhas.”* Eram as ‘obrigações de casa’, não é de estranhar que *“a mulher brigava, às vezes, mas não adiantava.”*¹⁶⁶

O jogo de cartas era bem conhecido nas regiões agrícolas, principalmente as de colonização italiana. Era costume, aos domingos, os amigos se reunirem numa venda ou em casa na companhia dos vizinhos. Conversa vai, conversa vem, o tempo ia passando, e assim passava a tarde: *“Os mais velhos se juntavam e jogavam baralho, que era sempre*

¹⁶⁴ PIAZZA, Walter F. Op. cit. p. 184.

¹⁶⁵ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

¹⁶⁶ Idem.

*acompanhado de uma caçacinha. Isto também se dava nas festas, quando se juntavam os vizinhos ...*¹⁶⁷

Cabe aqui, ainda lembrar as histórias de caçadas e pescarias, de um tempo, de uma realidade que já não existe... Ao adentrarmos na localidade de Guabiruba, encontramos a Serra do Faxinal, local preferido para a caça de veados, antas e porcos do mato. Havia grande variedade de animais silvestres, apesar de, em 1950, já se encontrarem em menor número, era possível encontrar regiões cobertas de mata, quatis, tatus, pacas, cotias, macacos e outros.

Vejamos as falas do Sr. Roland, quanto às suas caçadas na região de Bateias:

*“Geralmente domingo de manhã, 5h, levantava... Morro da Bateia. Um dia, havia uma laje de pedra, estava coberta com barços de machucho, a pedra estava lisa e escorreguei, cabeça na pedra... O sangue velho melou, remédio? Para estancar botei barro em cima, aí estancou [...] Tucanos, papagaios. Era a base da espingarda que o pessoal caçava, você chegava de baixo de um pau onde estavam pousados... Um bom atirador botava cinco ou seis para baixo.”*¹⁶⁸

E as pescarias, então? *“De caniço, depois de uma trovoada, dava muito jundiá!!!”*¹⁶⁹

A região é regada pelo rio Itajaí-Mirim, como já vimos, e por um número de ribeirões sempre abundantes em água. As pescarias são lembradas com entusiasmo, “carás de meio quilo”, traíras, cascudos e outros. A queixa contra os dejetos jogados nas águas e a falta de conscientização também está presente neste depoimento: *“Hoje não tem mais nem uma piava barriguda!”*¹⁷⁰

¹⁶⁷ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹⁶⁸ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

¹⁶⁹ Entrevista com o Sr. Bruno, concedida ao autor, em 1994.

¹⁷⁰ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

Quando das entrevistas, percebemos quanto esses momentos são caros para estes trabalhadores, seus sentimentos são facilmente exprimidos por suas expressões e gestos. O relembrar abre as portas da memória, traz lembranças vivas e sons, cores e sabores. O Sr. Herbert apurou-se sobre a cadeira, fez um olhar de contentamento, e assim começou a contar:

Ah!! Pesca, tinha muita nos rios e ribeirões por aqui... A gente costumava pegar muito cascudo, a gente fazia um caldo de cascudo ou fritava em postas, aquilo era coisa boa!!! Às vezes se pegava com uma fisga, eles se entocavam e tinham buracos de cinco a seis metros de fundura, aí só com a fisga... Pegava cada grande!!! Bem, às vezes acontecia que vinha um sapo leiteiro... Como a gente ria!!!¹⁷¹

Lembranças que evocavam momentos de convívio com os amigos e com a família. Lembranças das brincadeiras e das risadas, das façanhas e dos fiascos de uma pescaria. Lembrar que se bebericava algum licor feito em casa, do aroma das frituras, dos temperos no caldo, do som das crianças brincando nos arredores... É com saudades que essas histórias nos foram contadas. Ligadas ao lúdico, as atividades narradas eram um escape do mundo padronizado do trabalho. Segunda-feira não tardava a chegar e era hora do contar das novidades, entre os sons dos teares, nas variadas salas das muitas seções o gesto se rivalizava, ora descreviam o tamanho do peixe, ora a beleza da jovem vista na domingueira. Outros provocavam rixas, estufavam o peito e declaravam-se vencedores de algum torneio; as operárias riam-se, perguntando-se quem teria dançado mais. E quem era o rapaz mais bonito? Enquanto esse palpitar das novidades se dava no interior das fábricas, o tempo ia passando, os mestres iam e vinham, coíbiavam as conversas. Mas, como esquecer estes momentos? Afinal, a semana era longa! E o domingo demorava tanto a chegar!

¹⁷¹ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

PARTE II

2. RELATOS: CONFRONTO E RESISTÊNCIA

2.1. O ESPAÇO FABRIL

“Atravessei greves, trinta dias de greve. Dava aquelas crises, botavam pra rua, pensava... também vou!!! Mas nunca me botaram... às vezes, até gostava de ir; gostava de sair também porque aborrecia...”¹

Ora, vejamos, “porque aborrecia”. No dicionário do Aurélio² (aquele nosso conhecido), encontramos os seguintes significados para o aborrecer: sentir horror, abominar, detestar ou desgostar, contrariar, enfadar, em suma, causar tédio. Tédio que provém de um ritmo de trabalho monótono e repetitivo, que, na organização capitalista, é composto por diversos aspectos, dos quais poderíamos citar alguns: a extrema divisão do trabalho, o ritmo intenso, a “vigilante” disciplina e a sempre presente competição. Esse ritmo, no dizer de Márcia de Paula Leite, estabelece “uma rotina que massacra e humilha o trabalhador, desumanizando-o e coisificando-o perante a produção, esse processo de trabalho fragmenta os operários e elimina a dignidade do trabalhador.”³

Tendo em mente esse quadro, devemos observar o cotidiano do trabalhador têxtil, procurando visualizar esta realidade. Para tanto, passamos a encarar o espaço

¹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

³ LEITE, Márcia de Paula. **O que é greve**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 15.

fabril não só como campo de conflito, mas também de companheirismo, de opressão e de resistência, de angústia e de solidariedade.

Inicialmente, gostaríamos de enfatizar que os trabalhadores têxteis de Brusque não se apresentam como classe homogênea. Ora, já vimos anteriormente, que expressões um tanto curiosas, por exemplo: “famílias de origem brasileira”, “de origem alemã”, “de origem italiana”, “os nossos caboclos”, “tijucanos”, ou “o famoso perna-fina”, recheiam as falas de nossos entrevistados. Estas diferenciações étnicas estão interligadas e presentes quando a questão a ser analisada se refere ao trabalho. Não pretendemos aqui ampliar essa discussão, mas frisar que não podemos esquecer esses dados ao delinear um perfil do operariado brusquense.

Nos vários depoimentos compilados, encontramos uma clara preferência nos meios fabris pelo trabalhador de origem alemã:

“Havia preferência para o alemão.”⁴

“O italiano não era tanto, mas o alemão tinha mais preferência.”⁵

“Uma época, era difícil para o tijucano arrumar emprego.”⁶

“Tinha, tinha preferência na fábrica, primeiro era o alemão, depois o italiano, e depois o brasileiro.”⁷

Morador na época, próximo da região de Guabiruba, o Sr. Guilherme, assim nos declara: *“Eles puxavam pelo pessoal da Guabiruba, eles tinham preferência na época, muitos alemães iam trabalhar na empresa.”⁸*

Nossa breve análise da região da Guabiruba já nos permite subsídios para entender essa preferência. No entanto, cabe aqui ressaltarmos algumas questões:

⁴ Entrevista com a Sra. Maurília, concedida ao autor, em 1990.

⁵ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁶ Entrevista com o Sr. Francisco, concedida ao autor, em 1994.

⁷ Entrevista com o Sr. Hilário, concedida ao autor, em 1990.

⁸ Entrevista com o Sr. Guilherme, concedida ao autor, em 1994.

primeiramente, observando os escritos de Claus Metzger, percebemos que este aponta para a perícia técnica desses trabalhadores, a qual explicaria a preferência:

Os lavradores-operários de Guabiruba já trabalham nas indústrias de Brusque desde a sua implantação. Eles se adaptam muito bem a esse tipo de trabalho e mostram grande interesse com o objetivo de progredir dentro da empresa, para alcançar um futuro melhor [...] Apesar das exigências já serem maiores para a admissão do trabalhador nas indústrias, o lavrador-operário de Guabiruba goza de certos privilégios, porque ele ainda traz a herança de seus antepassados, aquela habilidade, especialmente em trabalhos artesanais, aprendendo desde cedo, tornando-se, assim, mais responsável e mais produtivo. Com um pequeno treinamento que recebe na indústria, de aproximadamente 200 hs, ele se torna quase um operário qualificado.⁹

Neste ponto encontramos-nos diante de uma questão delicada, pois é conhecido o discurso construído em prol do valor do “trabalho alemão”, do “amor” e “dedicação” dispensados as tarefas diárias, seja durante o turno nas fábricas ou após, nas mais variadas atividades. Essa “capacidade de trabalho” está fundamentada na origem alemã, em sua germanidade.¹⁰ Torna-se necessário lembrarmos em que contexto sobressai esta idéia, que deriva dos próprios problemas da colonização, no isolamento relativo destes grupos étnicos, e na “aparente auto-suficiência dos imigrantes numa zona pioneira, [...] fez crescer a idéia da superioridade do trabalho dos alemães”.¹¹

A partir dessa distinção, é possível entendermos a preferência direcionada para os trabalhadores teuto-brasileiros, que, de acordo com Giralda Seyferth, não significava:

... privilégio em termos de atribuição de tarefa ou salários. O salário, por exemplo, é igual para todos e as gratificações estão vinculadas a fatores como tempo de serviço e produtividade, ou especialização. A preferência, aqui, diz respeito à admissão ou demissão de empregados [...] A expressão “de origem”

⁹ METZGER, Claus. *O lavrador-operário de Guabiruba*. Guabiruba: Prefeitura Municipal, 1988. pp.200-201.

¹⁰ SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 200.

¹¹ *Ibidem*. p. 127.

mostra como a ascendência étnica é importante na área: a origem alemã é, nesse sentido, bastante manipulada pelos operários. A palavra “origem”, simplesmente, indica o descendente de alemães e, mais do que a língua, passa a ser elemento fundamental de distinção étnica.¹²

Parece-nos que fica visível a heterogeneidade no meio operário. No entanto, essa não deve ser entendida apenas no nível da manipulação étnica para obter favorecimento no ambiente fabril, mas percebida nos estigmas de sexo, idade... ou ainda aqueles pertencentes ao processo de trabalho, relacionado a qualificação, as habilidades técnicas, este universo é amplo, mas gostaríamos de destacar neste contexto as várias visões de mundo, as concepções políticas, as experiências vivenciadas diante das diversas situações criadas cotidianamente. Buscamos Maria Celia Paoli, que nos aponta para a existência de grupos sociais com identidades definidas que perpassam as classes sociais; sua reflexão abre caminho para um novo pensar do movimento operário, “trata-se, na verdade, de uma redescoberta das diferenças.”¹³ De acordo com a autora, há uma redefinição do que se entende por social; este social passa a ser o cotidiano das pessoas “pertencentes a grupos sociais diferenciados por distintas formas de representação e ação.”¹⁴

Nesse sentido, as práticas de trabalho, as experiências cotidianas visualizadas no interior do espaço fabril expressam material fundamental para a recuperação dos códigos e comportamentos próprios da classe operária.¹⁵ Buscar esquadrihar esse cotidiano é buscar a articulação destes, interagindo nesse meio: é escutar suas vozes, é perceber as reivindicações tomando forma e corpo, desprendendo-se dos limites da esfera sindical. É

¹² Ibidem. p. 201.

¹³ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/MARCO ZERO/ PROED, 1987. p. 56.

¹⁴ Ibidem. Idem.

¹⁵ SOUZA - LOBO, Elizabete. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense. 1991. p. 89.

perceber as lutas fabris, que perpassam o controle dessa hierarquia oficial e lançam-se nas movimentações silenciosas, experimentadas no âmbito de uma pequena greve, um protesto ou mero gesto, num riso de deboche ou no rolar de uma lágrima. É, portanto, recuperar as falas dos trabalhadores, ampliando o espaço de solidariedade e companheirismo, é repensar o cotidiano como esfera de luta e resistência popular.

Esse reconhecimento implica percebermos o cotidiano como fonte de ousadia e originalidade: os becos sem saída, as causas perdidas, escrevem também a resistência operária tanto como as vitórias.¹⁶ Assim, poderíamos acrescentar que “ao articularem as ‘grandes’ e pequenas reivindicações, os trabalhadores articulam também a compreensão dos modos de exploração vigente e ritualizados pelo patronato ...”¹⁷

No entanto, uma vez estabelecida esta compreensão, quando nosso olhar passa a perscrutar a realidade de Brusque, ainda encontramos um forte sentimento paternalista, emanado pela classe patronal, aliado a uma idéia de companheirismo mútuo entre patrões e empregados. Ao destacarmos essa questão, cabe aqui transcrevermos um precioso comentário estampado na imprensa brusquense:

“União e Trabalho”

Há poucos dias, conversando com o ilustre e estudioso industrial brusquense, ouvimos a sua opinião sobre o problema social [...] A distribuição equitativa dos lucros far-se-ia diretamente, interessando os operários no seu resultado ou indiretamente, pondo, aos industriais, à sua disposição terras cultiváveis onde possam praticar, em pequena escala, a lavoura. Por sobre isso os operários devem dispor de assistência técnica e adubos para estimular o seu interesse pelas lides agrícolas. Desta forma obteriam uma renda suplementar com a vantagem de se verem fora do perigo da automação produzida no convívio permanente da máquina, que lhe tira a personalidade e, por conseguinte, as idéias próprias pelas quais deve pugnar, tornando-se presa fácil às pregações demagógicas e irresponsáveis. E o resultado dessas idéias novas é a harmonia que existe e

¹⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da Classe operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13.

¹⁷ PAOLI, Maria Célia. Op. cit. p. 69.

existirá entre as duas classes responsáveis pelo destino de Brusque: Operários e Patrões.¹⁸

Este texto nos remete a várias discussões de extrema validade no contexto que estamos a analisar. Em primeiro lugar, traz à tona o problema social, mas não discorre sobre o mesmo; torna-se, aqui, fundamental situarmo-nos no contexto que levou à elaboração desse artigo. Ele aparece nos idos de 1954, posterior, portanto, à greve de 1952 (conflito que gerou chagas que custariam a cicatrizar-se na sociedade brusquense). Vale citarmos o comentário tecido através do **Jornal de Brusque**, a 12 de novembro de 1952, enfatizando que “a vida social e política de Brusque” vinha sendo “agitada ultimamente por uma série de acontecimentos que vem preocupando os responsáveis pelo sossego público”, anterior às eleições de 1955, neste âmbito, a busca pela paz social aparece como uma constante; os conflitos tem sua origem nos “elementos irresponsáveis”: assim sendo, devemos, pois esquecer o passado e olhar para o futuro, no caso as já próximas eleições. Nesse contexto, cabe lembrar a participação dos empresários locais nessas disputas, e a conseqüente aglutinação de forças dos grupos industriais em determinadas agremiações partidárias.

Um segundo ponto toca na distribuição dos lucros, e nos mostra uma solução um “tanto original”: colocar à disposição dos operários terras cultiváveis. Ora, isso nos remete à questão da jornada de trabalho, dividida em dois turnos, na lavoura e na fábrica. Como percebemos, essa realidade nos foi apresentada quando visualizamos o colono-operário, assim, por tabela, chegamos ao ponto em que, mesmo reconhecendo o “perigo da automação”, não é nas modificações no ambiente de trabalho, nas reivindicações dos operários, mas no sobre-trabalho da lavoura que o operário têxtil estaria livre dos

¹⁸ O **Rêbate**, 14 / 08/ 1954.

inconvenientes das “pregações demagógicas e irresponsáveis” daqueles que procuram tumultuar os laços de união entre patrões e operários.

Considerando a fala do Sr. José, trabalhador têxtil e colono, quando da greve de 1952, como parâmetro do que acima discutimos, percebemos uma outra realidade daquela imaginada no discurso¹⁹ patronal: “*A fábrica parou, então eu fiquei em casa. Aí eu cismeí, o tempo que eu ia lá fazer greve, eu ia trabalhar na minha roça... eu não ia ficar mal visto pelos patrões ainda por cima [...] O senhor sabe, o operário não pode ir contra os patrões... não adianta fazer greve... (silêncio), não adianta fazer greve... o tempo que eu vou lá para perder a greve ainda, ganhava mais ir trabalhar na roça...*”²⁰

Saltam aos nossos olhos os seguintes aspectos deste depoimento: “*eu não ia ficar mal visto pelos patrões*” e mais adiante, “*o senhor sabe, o operário não pode ir contra os patrões...*” Quando percebemos essa realidade, visualizamos que aquele operário têxtil, idealizado como trabalhador modelo, não define a relação do trabalhador com a classe patronal, utilizando o viés do companheirismo e da igualdade, mas percebe uma lógica de oposição entre os grupos.

O operário têxtil de Brusque, ao perceber a dicotomia de interesses entre esses grupos distintos, toma diferentes posições de enfrentamento dessa realidade. Na visão do Sr. José, não há um descartar total do fazer a greve ou do reivindicar, mas o receio de tentar e perder, como o movimento já foi consumado, ou seja, houve a greve, e ela faz parte da memória associada à repressão. “*Eu não fiz greve*”, ressaltado por mais de uma vez, reflete uma idéia de perda, passividade e conformismo, reafirmada na frase “*o operário não pode ir contra os patrões.*”

¹⁹ Para Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. In: **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no collége de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 10.

²⁰ Entrevista com o Sr. José, concedida ao autor, em 1994.

No entanto, também percebemos, e essa linha de análise gostaríamos de frisar, uma formação de consciência no meio operário, que vai suplantando até mesmo as diferenciações de ordem étnica tão presentes na região. Encontramos, no depoimento do Sr. Enrique, elementos que caminham nessa direção: *“No nosso serviço, com a graça de Deus, era tanto alemão como brasileiro, era tudo amigo, isso eu te garanto, não havia diferença.”*²¹

Ao prosseguirmos, trazemos à tona a frase do Sr. Enrique: *“no nosso serviço...”*, e procuramos perscrutar o locus de trabalho do operário têxtil, buscando as resistências e estratégias desse trabalhador que vai tomando diariamente sua posição, até o visualizarmos mais facilmente na greve de 1952. Ora, são nestas situações de conflito e confronto, como de uma greve, que se liberam as tensões reprimidas e os trabalhadores vêm à cena; no entanto, é necessário construir uma reflexão capaz de vislumbrar *“como os trabalhadores vivem os momentos opacos do cotidiano.”*²² Nessa ótica, procuramos recuperar a memória, as estratégias, em suma, as interrogações sobre a vivência do trabalho fabril.

Ao perscrutar a memória desses trabalhadores e trabalhadoras, percebemos que a sua vivência referente à esfera do mundo fabril, acaba por se amalgamar com suas histórias de vida; assim, suas falas traduzem mágoa, decepções, desalento: ora despontam angústias e preocupações, num reviver momentâneo da história, que está sendo contada, ora esses momentos se dissipam ao brotar do sorriso nos lábios, da alegria incontida por um momento de brincadeira, pelo abraço de um companheiro, pelo reconhecimento de seu valor. Assim sendo, prossigamos, tendo em mente que essa história não se esgota, mas se recria e transforma-se.

²¹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

²² SOUZA - LOBO, Elizabeth. Op. cit. p. 89.

As lembranças do Sr. Enrique nos transportam para aqueles dias... seus primeiros dias como trabalhador têxtil: *“Iniciei como ajudante de fiação, quando precisavam de um ajudante me chamavam para qualquer setor [...] antes de 1950 era estafeta, corria pra lá e pra cá, não conhecia o serviço, mas me explicavam e dentro de meia hora já fazia ...”*²³

Eis o começo da trajetória no “mundo fabril”: *“iniciei como ajudante [...] quando precisavam [...] me chamavam ...”*, visualizamos aqui as primeiras tarefas delegadas, que poderiam ser, dependendo da seção onde o trabalhador era colocado, específicas ou não; geralmente eram atividades de limpeza ou de transporte de material, indispensáveis no meio fabril. Seriam aqueles dias de fundamental importância para os que iniciavam nas fábricas, pois um bom desempenho garantia a condição de continuidade nas empresas: *“... na época, tu entrava, e se gostavam de ti, arrumavam uns papéis ...”*; deste começo o Sr. Enrique destacou *“... não conhecia o serviço, mas me explicavam e dentro de meia hora já fazia ...”*, noções de rapidez, de habilidade, são aquelas que o caracterizavam como bom trabalhador e que o capacitavam para continuar na empresa.

No entanto, como percebemos, essas atividades são encaradas e caracterizadas como trabalho que qualquer um poderia fazer, assim sendo, são desvalorizadas no meio operário, pois não caracterizavam uma profissão.²⁴ Para compreendermos melhor esta questão, busquemos a fala do Sr. Herbert, que nos leva a conhecer um pouco da sua história... Recordou que foi em fevereiro de 1946 que, aos 14 anos, iniciou sua jornada fabril:

²³ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

²⁴ PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O coração da fábrica**: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979. pp. 102 -116.

Entrei na emendação, eu era mascate e tinha outro que trabalhava comigo [...] Quando completei 18 anos, comecei a aprender no meio dos teares, eram aqueles teares manuais! Pratiquei um pouco, fiquei uma semana trabalhando (pausa), aí me mandaram chamar para outro serviço (pausa), para a engomadeira, mas nem sabia se era para engomar o tecido ou o fio? (silêncio), fui praticar nas engomadeiras de rolo de fio, fui ficando... Acabei ficando lá, trabalhávamos dois em cada máquina... nós é que depois fazíamos a goma!!!²⁵

Nesta fala encontramos como que um divisor de águas: o tempo de mascate (leia-se ajudante) e o tempo designado para aprender uma função e vir a ocupá-la. Podemos perceber que, a cada transferência, seguia-se um momento de espera, quando de nova transferência, um momento de frustração. É pertinente notar o desabafo em forma de pergunta: “... mas não sabia se era para engomar o tecido ou o fio??? ...” Mas, quando obtém sua função definitiva, percebemos que ela adquire um ar de importância, “... nós é que depois fazíamos a goma ...”, ressaltamos aqui o saber fazer, o saber profissional.²⁶

Ao enfocarmos esta questão, o Sr. José, trabalhador dessa seção, a saber, a engomação, só que de outra empresa, destacou: “Trabalhei lá 19 anos ... , tinha diversos tipos de goma, para dizer bem, quem fazia a goma era eu! Se fazia a goma de acordo como se queria a fazenda, mais dura ou não ...”²⁷

Quando desta fala, percebemos a ênfase, diríamos que o orgulho estampou-se na face desse trabalhador: “... para dizer bem, quem fazia a goma era eu!!! ...” Nesse sentido, o trabalhador irá se reconhecer como possuidor de um saber, de um conhecimento técnico referente à função que ocupa na empresa.

Esse ponto nos parece ser fundamental quando observamos a resistência operária no meio fabril, pois, o ser profissional, o conhecer o trabalho e dominá-lo, é que garante segurança. Nos momentos de confronto, ousadia ao disputar o controle do espaço fabril,

²⁵ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

²⁶ PEREIRA, Vera Maria Cândido. Op. cit. pp. 102 -116.

²⁷ Entrevista com o Sr. José, concedida ao autor, em 1994.

requerendo a valorização do seu saber e respeito como indivíduo. Nesse sentido é elucidativo continuarmos a escutar a voz do Sr. Enrique:

Sou uma pessoa certa, não gosto que pisem no meu pé [...], tinha carteira assinada e nunca troquei de firma [...], trabalhando numa máquina eu tinha um facão na mão, numa hora botei o facão ali (sobre a máquina) e não sei o que fui fazer e o facão caiu dentro da máquina!!! Aí, sozinho, parei a máquina, tirei o facão (silêncio). E agora, o que eu vou fazer!!! Quebrei o facão e a máquina... Fui lá na sala do mestre... (silêncio) - Olha, disse, aconteceu assim, assim e assim. Me respondeu: - Além de ter ido o facão deveria ter ido o teu braço!!! - Aí eu endoidei, e ele correu de mim!!! (risos). Aí fui falar com o gerente e expliquei: - Olha, eu tava nervoso... aconteceu uma grande coisa... expliquei o caso pra ele... ele tava sentado e pulou de pé e disse: - Vai trabalhar que eu vou fazer um facão melhor do que aquele pra ti, e com o outro vou me entender!!!²⁸

Alguns aspectos merecem ser aqui destacados, primeiramente percebemos a lealdade para com a firma, logo em seguida, o controle encarnado na figura do mestre. Para elucidar esta questão gostaríamos de trazer à tona um depoimento dado pelo Sr. Enrique o qual, com orgulho estampado na face, declarou-nos que alguns anos mais tarde assumiu um cargo maior na empresa a qual dedicou sua vida: *“Cheguei a ser encarregado da fiação, cuidava, às vezes, de sessenta pessoas. Olha, cheguei a ser mestre!!! Mas não fazia mal para ninguém ...”²⁹*

De imediato salta aos olhos o comentário que, por si só, destaca-se no contexto: *“não fazia mal para ninguém...”* ora, que estranho poder lhe é delegado, não mais um simples operário, mas alguém capaz de fazer o mal ou o bem àqueles que lhe estavam subordinados, que suporte lhe permite atuar, a não ser aquele derivado da instituição, a saber, a fábrica (mas não a imaginemos de maneira isolada, mas interligada a um conjunto de normas e preceitos inerentes à sociedade capitalista). Poder que é

²⁸ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

²⁹ Idem.

manifestado na capacidade de impor ordens, de punir ou conceder favores individuais no meio fabril. Quanto a essa última questão, já foi enfocada quando recordamos a fala da Sra. Iracema e da inusitada troca que sua mãe havia feito com o mestre de determinada empresa, a fim de conseguir uma vaga para a filha: “*minha mãe deu não sei quantos marrecos*”. Percebemos, como já havíamos frisado, as inter-relações entre operários e mestres. Noutro depoimento, encontramos mais subsídios para essa questão: “*O pessoal vinha na portaria pedir emprego. Mães pedindo por favor para empregar as filhas. Fulano, que era mestre, indicou ciclano, e assim ia. Pediam a ficha de quem ia entrar, de que família era, se era bom trabalhador, se não faltava, olhavam tudo...*”³⁰

Cabe aqui definirmos duas direções distintas, a primeira, já por nós assinalada, aponta para a categoria dos patrões, aqueles que são os donos, vistos à distância, em posição de destaque. A segunda, refere-se aos mestres e contramestres, em suma, dos “chefes”, que se encontram numa posição mais próxima, relacionando-se cotidianamente com o operário, daí serem temidos e hostilizados³¹, vistos como “cúmplices do poder”³², são aqueles que exercem o controle, a vigilância, a disciplina. Torna-se necessário lembrar que o poder não está associado a um indivíduo que o deteria em suas mãos desde o nascimento, mas que passa a ser exercido como um instrumento do qual ninguém é titular³³. Neste sentido, o exercício, em vigilância constante no espaço fabril, tem como alvo a resistência do trabalhador que luta pelo reconhecimento do seu valor, enquanto o produtor da riqueza social e como também “ser dotado de criatividade e saber próprios”³⁴.

³⁰ Entrevista com o Sr. Rigon, concedida ao autor, em 1994.

³¹ PEREIRA, Vera Maria Cândido. Op. cit. pp. 69 - 81.

³² PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83.

³³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83.

³⁴ RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890 - 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 22.

Neste sentido, percebemos que o ambiente fabril, longe de remontar perfeita harmonia, revela-nos um campo de embates e confrontos, que aconteciam e acontecem na vida real de uma história, na qual os personagens aparecem sem máscaras, atuando conforme as necessidades próprias ou de classe. Se transparece o controle sobre os operários, o mesmo não se pode dizer das resistências, no entanto, elas aconteciam.

Observemos, pois, a entrevista da Sra. Cecília: *“Na época que eu trabalhava na fábrica, teve um setor da firma, em que algumas operárias ganharam aumento, mas a maioria das operárias, até mesmo quem já tinha alguns anos de serviço, não ganharam aumento, e aí ... esperou se passar alguns dias, e elas foram para a rádio da cidade; na época tinha um programa chamado oferecimento musical...”*, depois da escolha minuciosa das músicas, próximas ao deboche, o toque final, a dedicatória: *“operárias oferecem para os patrões da empresa tal, pelo aumento que deram!!!”*³⁵

Foi um *“bafafá na cidade”*, *“não se sossegou”*³⁶, quem foi? A história foi longe, até se descobrir quem foi, ou melhor, foram, marcadas agora para o trabalho nas fábricas, procuraram outros caminhos. Convém lembrar que as principais empresas têxteis de Brusque apresentavam uma diferenciação quanto aos seus produtos, o que, naturalmente, influenciava no tipo de mão-de-obra escolhida para cada seção. No entanto, percebemos que a presença feminina é marcante nas fábricas têxteis, observemos o depoimento da Sra. Maurília: *“Homens e mulheres trabalhavam juntos na tecelagem, a maior parte eram moças. Na espularia, na fazenda, trabalhavam dois ou três homens só.”*³⁷

É preciso considerar as representações da divisão sexual do trabalho presente na fala desta operária, vejamos: a fiação, a espularia e a fazenda eram setores eminentemente femininos, os homens nestes setores ocupavam os cargos de mestres e

³⁵ Entrevista com a Sra. Cecília, concedida ao autor, em 1994.

³⁶ Idem.

³⁷ Entrevista com a Sra. Maurília, concedida ao autor, em 1994.

contramestres, como havia também alguns rapazes que carregavam, entre as seções, os produtos ali confeccionados, eram os mascates.

Ora, “*na fazenda trabalhavam dois ou três homens, só*”, na dinâmica interna da indústria têxtil, o tecido, após “sair do tear”, ia para a vistoria (fazenda), o trabalho neste setor consistia em limpar e procurar as falhas (gambás) do tecido, para tanto, era necessário cerzir com perfeição.³⁸ Agulhas e linhas passam a compor o universo feminino nas fábricas, habilidades compatíveis com o trabalho feminino doméstico (como a costura), pois nesses setores os homens se negavam a trabalhar (não se pretende, aqui, delimitar o trabalho feminino, neste ou naquele setor, mas desvendar as representações do período em questão).

As relações de trabalho não eram tão harmoniosas como a princípio poderiam parecer, por exemplo, no setor da espularia (onde se enrolavam os fios, em espulas, que eram levadas à tecelagem) trabalhava-se por produção, os conflitos não tardavam a aparecer. Vejamos esta fala: *A fulana era ligeira no serviço, as outras não gostavam e a chamavam de “puxa-saca” dos patrões.. Quando elas conversavam, não produziam tanto, aí ganhavam uma bronca do mestre: - Como é isto, as máquinas são as mesmas, produziram muito pouco, olha a fulana!!! produziu o dobro. Assim vão ganhar uma advertência do escritório!!!*³⁹

Devemos também perceber, no conteúdo desta fala, o controle exercido sobre o comportamento dos trabalhadores, aqui o discurso se dirige àquele atos de desatenção e tagarelice que vêm a reduzir a eficiência do trabalho que estava sendo executado. Visualizamos, assim, um controle sobre as atividades desenvolvidas no espaço fabril, no entanto, devemos enfatizar o discurso que visa disciplinar o corpo deste trabalhador, a

³⁸ Este texto foi elaborado tendo como base a entrevista com o Sr. Rigon, concedida ao autor, em 1994.

³⁹ Idem.

sua maneira de ser. Parafraseando Michel Foucault, um bom emprego do corpo, permitiria um bom emprego do tempo, nada ficando assim ocioso ou inútil⁴⁰. Se esta é a lógica da empresa, a mesma é de difícil aceitação por parte dos trabalhadores, os quais se expressam recusando o sistema de trabalho fabril e resistindo nas mais variadas formas. O Sr. Herbert recordou algumas destas práticas utilizadas pelos operários têxteis, para salientar protesto e insatisfação, como também contentamento:

... O pessoal matava. Até nós manqueava também... nós reduzíamos a velocidade da máquina... e dava menos produção, era pra trancar tudo, para pressionar os patrões!!! A máquina tinha aquela velocidade para correr aí nós botava a correia bem para baixo, aí nós fazia ela correr mais devagar... os outros setores matavam também!!! Mas os mestres vinham em cima!!! [...] quando a gente era reconhecido no ordenado, aí nós tacávamos o pau e fazíamos uma produção boa, mas, se não, nós matávamos!!!⁴¹

O trabalhador também resiste, negando a desumanização que lhe é imposta, tornando-o apenas corpo-máquina⁴². O Sr. Roland assim descreve essa situação, enfocando a sua seção de trabalho, a tinturaria: “... *Era tudo manual; o cara não podia sair e deixar tudo fervendo e ir para o banheiro fumar um cigarrinho; (pausa) o pessoal da tecelagem ainda podia, mas não por muito tempo, porque quando arreventava um fio tinha que correr para emendar*”.⁴³

Observamos que o trabalhador percebe o seu assujeitamento ao locus de trabalho, o “... *não podia sair ...*” revela um controle implantado sobre o corpo do trabalhador. Por outro lado, o sair implica “*dar uma volta*”, respirar outro ar, afastar-se nem que seja

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 138.

⁴¹ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

⁴² FOUCAULT, Michel. Op. cit. pp. 27 -28. Mostra-nos particularmente que, “em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa ‘economia política’ do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata, do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição de sua submissão”.

⁴³ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

por alguns segundos. Isso lhe permite o controle do movimento corporal, do circular no espaço fabril, ir “... fumar um cigarrinho ...”

As idas ao banheiro representam, na fala dos operários, um momento privilegiado, já que refletem a possibilidade de ampliação dos poros da jornada de trabalho, eram esses momentos de descontração e comunicação. Assim sendo, não escapavam ao olhar disciplinador: “... às vezes, tinha no banheiro quatro ou cinco conversando num monte... chegava o fiscal!!! Berrava com a turma ...”(risos)⁴⁴ Individualmente, esta questão também é ressaltada: “... Controlavam quem ia para o banheiro fumar, sabiam quem tinha esse hábito; iam lá na porta: - Tá fumando, hein!!!”.⁴⁵

Em artigo intitulado “Liberdades Intersticiais”, Michel Maffesoli aponta para os momentos de liberação das estruturas cruentas da realidade em que vivemos. Apesar do controle estabelecido pelo olhar dominante das instituições, há um lançar-se através “do tempo desumano das cadências impostas pelo tédio programado” para, “assim, salvaguardar o equilíbrio físico e psicológico ameaçado.”⁴⁶ As práticas lúdicas apontam para momentos nos quais onde isto acontece. Vejamos:

“A gente pegava bolas de estopa e jogava um no outro... às vezes tinha alguns que gostavam de comer banana, aí botavam um pedaço de palito na banana, quando ia comer, mordida o palito” (risos)⁴⁷

“Rabo de tira de estopa, pegava um gancho, botava atrás na calça do cara (risos). Uma vez eu fiz um no cara que cuidava dos banheiros, aí deu 8h30min e ele passou a mão na vassoura e no balde... aí nosso mestre geral chegou ... ‘Taliba, vem cá!!! Andasse dormindo!!! Tira o rabo que botaram atrás de ti!!!’⁴⁸

⁴⁴ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

⁴⁵ Entrevista com o Sr. Rigon, concedida ao autor, em 1994.

⁴⁶ MAFFESOLI, Michel. *Liberdades intersticiais*. In: MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean; MAFFESOLI, Michel. *A decadência do futuro e a construção do presente*. Florianópolis: UFSC, 1993. p. 65.

⁴⁷ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

⁴⁸ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

*“Botavam graxa nos sapatos, pregaram alpargatas, amarravam paletós... Se engraxava o breque do tear, quando o cara ia mexer, se lambuzava todo... (risos). Mas ninguém brigava, só no outro dia, aprontava pro outro ...”*⁴⁹

Na brincadeira, o trabalhador vai trazer visibilidade a sua resistência no espaço fabril, de acordo com Maria Inês Roza, vai “(re) afirmar a sua humanidade.”⁵⁰ Vai protestar contra a disciplina que lhe é imposta, quanto ao tempo que lhe é tomado, resistindo, assim, ao seu assujeitamento.

Os momentos dedicados à alimentação também eram esperados com ansiedade pelos operários têxteis, momentos que marcavam a hora do “bate-papo” com os colegas:

*“Na empresa que eu trabalhava, a turma se concentrava no galpão da lenha, porque não havia refeitório, a turma fazia seu lanche no meio das pilhas de lenha. Levavam de casa seu lanche e uma garrafa ou térmica com café ...”*⁵¹

*“Levava uma garrafinha de café, umas seis fatias de pão... Era pão com banha, comprava banha na venda, as vezes era pão com manteiga e açúcar em cima ou desfiava carne seca para botar no pão... às vezes levava banana.”*⁵²

*“... Pão com banha, carinha seca, bem fininha em cima!!! Aquilo era coisa gostosa!!! ...”*⁵³

Mas era também nesses momentos que os trabalhadores articulavam suas idéias e tomavam posições de enfrentamento das realidades vividas por esses. Referindo-se a greve de 1952, o Sr. Herbert aponta: *“Isto era tudo combinado lá dentro da fábrica, na horinha do café, quando se reunia a turma.”*⁵⁴ Encontramos esta referência na fala do Sr. Enrique: *“Falavam em blocos dentro da fábrica: - Vamos fazer greve!!! Vamos fazer!!!”*, que tanto confirma como acrescenta: *“Isso foi uns 5 ou 6 meses antes, e a*

⁴⁹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁵⁰ ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: USP/ Letras e Letras, 1994. p. 78.

⁵¹ Entrevista com o Sr. Roland, concedida ao autor, em 1994.

⁵² Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

⁵³ Entrevista com o Sr. José B., concedida ao autor, em 1994.

⁵⁴ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

greve não saía!!! Nas vendas, quando se juntavam: - Há, vamos fazer essa greve, não dá mais pra viver!!!”⁵⁵

Nesse sentido, percebemos uma coletividade na qual os sujeitos se articulam, organizam-se através das práticas cotidianas, refletindo seus interesses e vontades, é aí, de acordo com Robert Linhart, nessas “ínfimas manifestações de resistência”, que a esperança resiste, mesmo nos piores momentos de exasperação, pois “subsiste uma certeza difusa, quase subterrânea, bem próxima, que, um dia, explodirá.”⁵⁶

2.2. A GREVE: O PROCESSO

A 20 de janeiro de 1952, “O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque, promoveu uma assembléia geral extraordinária para tratar sobre um dissídio coletivo pretendido pelos operários.”⁵⁷ De acordo com as análises do historiador Afonso Imhof, compareceram um total de 225 associados, quando, na época, havia 1.594 associados no Sindicato, “a votação a favor do dissídio coletivo foi unânime. O índice de aumento estipulado [...] era na ordem de 60%.”⁵⁸ Vejamos o **Jornal de Brusque** de 16 de março de 1952:

Aumento de salários do operariado brusquense!

Dissídio coletivo impetrado no juízo de direito da comarca!

Sessenta por cento de aumento nos salários!

Realizada ontem a primeira audiência do dissídio coletivo impetrado no TRT. Delegadas atribuições ao M. M. Dr. Juiz de Direito da Comarca para instrução do grandioso processo.

‘Impossível a concessão de aumento’, declaram os industriais.

⁵⁵ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁵⁶ LINHART, Robert. **A greve na fábrica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 59.

⁵⁷ **Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque**, nº2, Junho de 1933 a Maio de 1952.

⁵⁸ IMHOF, Afonso. Conflito industrial e populismo em Brusque. In: **Revista Notícias de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, n. 03, 1980. p. 76.

‘Tenho esperança na vitória do operariado’, afirmou o advogado do Sindicato[...] Esclarecendo superficialmente os motivos principais do grandioso acontecimento, podemos esclarecer que os operários estão pleiteando 60 % de aumento nos salários a partir de 15 de maio de 1949, data em que foi concedido o último aumento.

Os empregadores, por sua vez, em bem fundamentadas explicações que foram traduzidas por vários ofícios à Presidência do Sindicato, evidenciaram a impossibilidade de ser concedido um aumento pretendido pelos operários de Brusque, esclarecendo a fase nociva por que passam as indústrias, visto à falta de energia elétrica que assolou o Vale em muitos meses e outros fatores adversos à normalização da situação industrial da região e mesmo do país [...]

Aguarda-se, assim, o desfecho de mais um movimento, esperando-se, todavia, que não se repitam os acontecimentos que se verificaram em 1949, quando esteve em ação a Polícia Estadual, aliás, tachamos a medida reprovável ...

Neste texto encontramos um cenário composto por contrastes fortes, de uma redação que não é acidental, que expõe o advogado do sindicato e a causa dos operários a um simples... “esclarecendo superficialmente.” Ora, em meio a tão “grandioso acontecimento”, é dos empregadores que brotam as “bem fundamentadas explicações”, questões como essas estavam presentes na imprensa brusquense, no entanto, isso veremos adiante. Cabe aqui fazermos uma pausa; percebe-se que o último aumento de salário (15 de maio de 1949), não foi conseguido sem lutas e a conseqüente mobilização do operariado, já que esteve presente “até a Polícia Estadual”.

A 30 de março de 1952, o **Jornal de Brusque** estampava, em suas páginas, o que tanto esperavam os operários brusquenses, a resposta emitida na sessão final do processo do dissídio coletivo. No entanto, as expectativas positivas se malograram naquele dia:

... na sala do Fórum local, realizou-se, sexta-feira, a última audiência do grandioso processo do dissídio coletivo do operariado brusquense [...] a razão não está com o Sindicato [...] as empresas associadas não estão em condições de arcar com as despesas da majoração dos salários, face a assustadora alta dos preços da matéria-prima e acessórios. “Solução”: seria a criação de uma cooperativa de consumo, [...] provocando, assim, uma sensível baixa no custo de vida.

Com a recusa das reivindicações do operariado, o processo foi enviado ao Tribunal Regional do Trabalho, em Porto Alegre. Para a decepção dos reclamantes, a sentença julgatória condenou os empregadores ao pagamento de 7,1% de aumento nos salários, a partir de junho de 1952, reduzindo, portanto, em 59,9% as pretensões do trabalhador de Brusque. Essa decisão, porém, foi recusada pelo operariado brusquense. Tentou-se o “encaminhamento de prazo”, quando a decisão da justiça do trabalho não foi acatada pelos patrões. O aumento, que deveria ser pago a partir de junho de 1952 a 19 de dezembro, “não apareceu”, ou melhor, não foi pago.⁵⁹

Em 24 de dezembro, o **Jornal “O Rebate”** proclama: “greve geral dos trabalhadores nas indústrias de fiação (e tecelagem) de Brusque.” Em nota, o jornal não apenas informa o dia e as empresas que aderem ao movimento, mas também afirma: “motivados pelo alto custo de vida e constantes aumentos de preços nos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, os operários das indústrias [...] entraram em greve.” Custo de vida, alta dos preços, qual seria a política governamental? Qual a influência que estas questões tiveram na greve de 1952?

O movimento se enquadra no período histórico denominado populista⁶⁰, a era de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), que, sem dúvida, procurou delimitar o espaço da classe trabalhadora, como também exaltar um estado que cumpre o papel de mediador e construtor da sociedade.

⁵⁹ Ibidem. Idem.

⁶⁰ WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61. Mostra-nos dentre outros aspectos que: “O populismo como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscavam conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito mais afins na história brasileira, e do processo de ampliação do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937 - 45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massa da democracia do pós-guerra (1945 - 64).

No entanto, devemos recordar que a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a situação internacional havia se alterado, drasticamente, os regimes fascista e nazista estavam cobertos de descrédito, colocando em destaque a necessidade da busca pela democracia. Esta nova orientação veio dar maior vigor à oposição interna brasileira contra o regime autoritário de Vargas, que regia o país desde 1937. Os protestos assumiram uma forma mais organizada e sistemática, sendo o movimento operário um elemento de fundamental importância para desencadear uma política de mudanças. Na emergência dos movimentos reivindicatórios, poderíamos aqui citar a fundação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (M.U.T.), a 30 de abril de 1945, o qual fez publicar um manifesto assinado por mais de 300 dirigentes sindicais de 13 Estados, buscando assim “a mais completa liberdade sindical”⁶¹. A partir deste momento, paulatinamente, o movimento operário vai se rearticulando; neste período, rompeu-se também a censura à imprensa e aos meios de comunicação, que defendiam o pensamento de grupos civis e militares favoráveis à implantação de um governo liberal-democrático, por isso “uma impressionante campanha democrática varreu o país inteiro.”⁶²

Entretanto, Vargas procurou, até o fim, manter-se à frente do processo de democratização, inclusive pondo-o a seu serviço. A campanha, movida por intermédio do Estado Novo e simpatizantes do regime pela permanência de Getúlio à frente do poder, assustou elementos liberais que lutavam pelo retorno à normalidade constitucional. Antes de ser deposta, no entanto, a administração Vargas legou o código eleitoral e proporcionou o surgimento de novos partidos, os quais, intimamente ligados à estrutura da ditadura.

⁶¹ TELLES, Jover. **O movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 23.

⁶² BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1990. p.18.

Depois da posse do General Dutra, instalaram-se os trabalhos da Assembléia Constituinte. Falando sobre esta, o deputado udenista Aliomar Baleeiro disse: “Representantes de uma elite, saída das classes beneficiadas pela situação atual. Se fizermos um inquérito a respeito da composição social e profissional desta assembléia, verificaremos que todos nós, ou pelo menos nossos parentes, saímos das classes agrárias, que se tem libertado sempre do pagamento de impostos, que então passam a recair sempre diretamente sobre o proletariado.”⁶³

Devemos, no entanto, frisar, que o período em questão não representou um momento de ampla liberdade democrática. Emir Sader aponta que, após a queda de Vargas, o Presidente Eurico Gaspar Dutra “inaugura uma onda anticomunista, paralela ao marcatismo nos EUA”; os mandatos dos deputados comunistas foram cassados, o e PCB foi reduzido ao espaço da ilegalidade a 7 de maio de 1947; a Confederação dos Trabalhadores Brasileiros (C.T.B) foi, igualmente, considerada ilegal, junto com 143 sindicatos que foram considerados ilegais. Esse espaço vazio será ocupado pelo sindicalismo ligado a Getúlio Vargas, destaca-se, aí, a criação do PTB.⁶⁴

Convém ressaltar a política desenvolvida por estes partidos em Santa Catarina; destacando-se os que tiverem maior atuação na cidade de Brusque.

O P.S.D. (Partido Social Democrático), fundado em 12 de maio de 1945 em Santa Catarina, que teve como seu articulador Nereu Oliveira Ramos (que era, ainda, Interventor do Estado), detinha os cordéis de manipulação dos correligionários do interior. Nascia, dessa forma, o P.S.D. Catarinense, montado à sombra do poder, surgindo, assim, diretamente da máquina varguista⁶⁵. Poderíamos aqui citar que a prática

⁶³ BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa e Ômega, v. 3, 1976. p. 179.

⁶⁴ SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 68 - 101.

⁶⁵ LENZI, Carlos A. Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1983. p.144. Para elaboração deste texto foi especialmente utilizado o capítulo XX - A Redemocratização, pp.133-217.

da política pessedista (e, pelo menos, udenista) era utilizar os mecanismos clientelistas acionados pela força do Estado juntamente com a força do poder econômico.⁶⁶

A U.D.N. (União Democrática Nacional) tem sua fundação datada em 22 de abril de 1945, após a Convenção Nacional. De formação heterogênea, o ato de criação do partido foi realizado na cidade de Ibirama; entretanto, o primeiro movimento constituído nasceu em São Joaquim. Com o decorrer do tempo, o partido caiu nas mãos das classes mais conservadoras. Sendo assim, é definido por Yan de Souza Carreirão como um partido de orientação ideológica de cunho conservador e oligárquico.⁶⁷ Dirigiam o partido Adolfo Konder, Aristiliano Ramos e Afonso Wanderley Júnior.

O P.T.B. (Partido Trabalhista Brasileiro), como o P.S.D. e a U.D.N., nasceu também em 1945, com a redemocratização. “Mais uma vez a família Ramos articulava o jogo político: Aristiliano era um dos mais influentes chefes da U.D.N., seu sobrinho Nereu liderava o P.S.D. e Saulo Ramos fundava e liderava o P.T.B. em Santa Catarina.”⁶⁸ Embora identificado como um “partido de trabalhadores”, seus representantes eram oriundos da classe média alta. Seus críticos mais severos o apontavam como “Partido Getulista”, “Partido Saco-de-Gatos”. A figura de Getúlio Vargas era comumente usada em suas primeiras incursões eleitorais.⁶⁹

O P.T.B. herdou o mecanismo político dos sindicatos oficiais, ligados ao Ministério do Trabalho, alicerçado na herança de Vargas, num vago programa de reformas sociais. Vejamos como o próprio Getúlio Vargas via a finalidade do P.T.B.:

Não, o PTB jamais será um concorrente eleitoral para o PSD. O PTB destina-se a ser um anteparo entre os verdadeiros trabalhadores e o Partido Comunista. Os trabalhadores não se filiarão ao PSD nem à UDN. Irão com mais facilidade engrossar aos quadros do comunismo. O PTB, sendo dos operários um veículo

⁶⁶ CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 - 1979*. Florianópolis: UFSC, 1990. p. 40.

⁶⁷ *Ibidem*. p. 45.

⁶⁸ LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Op. cit.* p. 167.

⁶⁹ MONTEIRO, Brandão. *Os partidos políticos*. São Paulo: Global, 1989. pp. 31 - 32.

para que eles possam expressar seus anseios e suas necessidades, servirá ao mesmo tempo de freios contra o comunismo e de acicate para o PSD.⁷⁰

O governo Eurico Gaspar Dutra sustenta uma política econômica antioperária, baseada numa coalizão partidária conservadora entre dois grandes partidos: PSD e UDN - Partido Social Democrático e União Democrática Nacional, respectivamente. Medidas repressivas serão adotadas (não muito diferentes do Estado Novo) para combater as manifestações da classe trabalhadora. Os salários foram perdendo seu poder de compra e a inflação gerava o aumento progressivo do custo de vida. Podemos observar que “a partir de 1949 irrompe nova alta dos preços, subindo os índices de custo de vida em cerca de 50 %, entre esse ano e 1952.”⁷¹

Cabe ressaltar, nesse período, o papel fundamental das “comissões de fábricas”, que conseguiram desenvolver atividades reivindicatórias e mesmo greves sob severa vigilância dos patrões e da polícia; procuraram dirigir o movimento operário no jogo conhecido como populismo. Podemos afirmar que o movimento sindical renasceu com uma perspectiva de ação livre e autônoma: cresceu a sindicalização, multiplicou-se a atividade política nas organizações de classe, tanto oficiais quanto extra-oficiais.

Getúlio Vargas volta à cena política a 03 de outubro de 1950. Foi eleito presidente da república, firmando acordo PTB/PSP, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Progressista, respectivamente. Durante esse período é eleito, governador do estado de Santa Catarina, Irineu Bornhausenn, que ascendeu ao governo em 1951, representando o partido da UDN (União Democrática Nacional), com o apoio do PTB. No mesmo ano, assume a Prefeitura Municipal de Brusque Mário Olinger, prefeito na

⁷⁰ Conforme o depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas, In: **Ensaio de Opinião 2+1**. Rio de Janeiro: Inúbia, 1975.

⁷¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1985. p. 225.

ocasião da greve, sobe ao poder a aliança UDN, PTB, PSP, alcançando 4.338 votos.

Encontramos, no **Jornal O Rebate**, a seguinte citação:

Aberta a primeira urna tornou-se evidente o nome do futuro governante de todos os brusquenses - Mário Olinger o candidato oposicionista, e, por diante, afigurou-se a sua vitória, cuja confirmação deu-se na noite, quando todas as esperanças dos situacionistas ruíram por terra. Nada menos de 1.970 votos separaram o candidato Mário Olinger do seu competidor, Antônio Haendchen, do PSD.⁷²

A Aliança também mantém a maioria na Câmara Municipal. De acordo com o historiador Afonso Imhof, encontramos as forças políticas assim estruturadas na cidade de Brusque: os grupos industriais Renaux e Büettner ligados ao PSD; o complexo industrial Schlösser ligado à UDN. Entretanto, devemos ressaltar que havia uma aglutinação de forças operárias em torno do PTB, que se dizia porta-voz das classes trabalhadoras.⁷³

No plano econômico, o movimento grevista em Brusque ocorreu durante o surto inflacionário e a conseqüente elevação do custo de vida, como já vimos anteriormente, refletindo, conseqüentemente, na queda do poder aquisitivo dos operários. Nesse período, eclodiram várias greves em todo o país, destacam-se as do Rio de Janeiro, Belém e São Paulo onde ocorreu a famosa Greve dos Cem Mil, que conseguiu derrubar Segadas Vianna, Ministro do Trabalho, assumindo João Goulart⁷⁴, como também é dessa época as famosas “Passeatas da Panela Vazia”, que protestavam contra os aumentos de preços⁷⁵. Em Santa Catarina, assistimos à eclosão de várias greves, a de 1950, em Blumenau, no setor têxtil, a de 1952, na cidade de Brusque, envolvendo também o setor têxtil, a dos mineiros, em Criciúma, durante a década de 50.⁷⁶

⁷² **O Rebate**, 07/ 10/ 1950.

⁷³ IMHOF, Afonso. Op. cit. p. 79.

⁷⁴ REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986, p. 53.

⁷⁵ MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953 - 54**. São Paulo: Polis, 1978. p. 74.

⁷⁶ PEDRO, Maria Joana e FLORES, Maria Bernardete Ramos (Org.). **(Re) inventando a cidadania: a história do Sindicato dos Eletrecitários de Florianópolis**. Florianópolis: Sinergia, 1994. p. 26.

2.3. A GREVE : O MOVIMENTO

Brusque, 19 de dezembro, 18 horas... Na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux um movimento silencioso de consentimento beirando a cumplicidade, alastrava-se por todo o ambiente fabril... algumas palavras, gestos de recusa, talvez um olhar indignado, nem mais nem menos, como num rastilho de pólvora, eclode o movimento, é a greve! Agora não há mais tempo de analisar, nem prós nem contras, é a hora!

20 de dezembro. O chegar de um novo dia trazia perguntas que ecoaram na mente daqueles trabalhadores... o movimento iniciado continuaria se alastrando? Atingiria as demais indústrias têxteis? As expectativas se voltavam para as indústrias Renaux S.A. e Büettner e Cia. As expectativas cresciam, como estariam os seus trabalhadores?

Na memória daqueles operários, aquele foi um dia diferente: o som do apito da fábrica marcava o fim de mais um turno de trabalho, mas os olhares buscavam a certeza do que não se sabia se iria acontecer. No entanto, com o passar do tempo, o próximo turno não chegava, as horas de espera se prolongavam... *“Deveria ter entrado... e não vinha ninguém, nós espiávamos pela janela. Não entrou ninguém...”*⁷⁷

“Não entrou ninguém...”, logo, a frase correu as fábricas, não importava onde estivesse, a frase se repetia, cada vez com mais ênfase: *“Não entrou ninguém!!!”*

Os mestres demonstravam sua impaciência, andando de um lado para o outro, nas lembranças do Sr. Enrique, destaca-se a figura de *“um alemão alto, era mestre, falou sério -Parem tudo!!! e vocês, vão embora, é greve!”*⁷⁸

⁷⁷ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁷⁸ Idem.

Em outro lugar, um auxiliar de contramestre viu uma cena não muito diferente: *“Eu estava na frente de meu setor, a fiação, e aí ia saindo pessoal e eu pensei..., tá na hora de começar e só tem pessoal saindo, bem, fiquei eu e mais um encarregado lá dentro..., aí começou a greve.”*⁷⁹

23 de dezembro. Admiração e alegria, sentimentos que contagiaram a todos, na cidade e no campo *“não se falava de outra coisa”*⁸⁰, nesse ínterim declaram-se em greve os operários da Cia. Industrial Schlösser. Devemos notar que, quando o processo de greve foi detonado, *“a firma”*, como declara o Sr. Bruno, se antecipou: *“A firma queria pagar, e disse: - continuem trabalhando, que vocês vão receber aumento.”*⁸¹ Mesmo frente a essa condição favorável, parte significativa adere ao movimento, solidarizando-se, declarando-se em greve. Inquirido a esse respeito, o Sr. Bruno relata: *“Nós íamos trabalhar, até que tinha gente na frente do portão, e não deixaram mais entrar. Aos poucos, foi parando a firma, talvez menos que a metade entrou na greve.”*⁸²

Ora, torna-se parcela significativa, quando percebemos que esses tinham consciência diante da situação que se esboçava que seriam alvo de futuras represálias. O então presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Brusque, em depoimento, ressalta que esses foram avisados e declarou: *“O Renaux e o Büettner parou, e o Schlösser ficou trabalhando, neste meio tempo, pagou os 7,1 %, por isto não poderia entrar em greve.”*⁸³

Nesse sentido, a greve de 1952 eclode fora do sindicato, pois a percepção, por parte do operariado, que as práticas de negociação coletiva mostravam-se infrutíferas, fez com que lançassem mão do direito de greve. Já notamos a que nível dava-se essa

⁷⁹ Entrevista com o Sr. Érico, concedida ao autor, em 1990.

⁸⁰ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁸¹ Entrevista com o Sr. Bruno, concedida ao autor, em 1994.

⁸² Idem.

⁸³ Entrevista com o Sr. Osvaldo, concedida ao autor, em 1990.

negociação; no entanto, para clarear a questão, devemos entender que as instituições jurídicas e judiciárias, no Brasil, não se encontram desprovidas de um conteúdo social e político, e que estas se legitimam como um instrumento imparcial para decidir sobre os vários aspectos da vida dos trabalhadores. Há que se pensar sobre a “imposição do legal”⁸⁴ sobre essas camadas da população para exercitar e garantir controle; nestas condições, percebemos que os empregadores fizeram uso dos mecanismos da Justiça do Trabalho quando se recusaram a negociar, outorgando-lhe o papel para dirimir o conjunto de conflitos de trabalho que se desencadeavam no país. Assim, questões, como a dos reajustes salariais, eram invariavelmente resolvidas “pela justiça e não através da negociação entre as partes.”⁸⁵

Era um momento quase solene, sabia-se o que estava acontecendo, mas, por um breve momento, a surpresa de estar realmente efetivando-se calou muitos. De acordo com os dados obtidos, um número aproximado de 4.000 trabalhadores têxteis paralisaram as suas atividades de 19 de dezembro de 1952 a 26 de janeiro de 1953, tornando a cidade de Brusque palco de um movimento que, por 37 dias, marcou a sua história.

O amanhecer na frente do portão, os semblantes cansados, a fumaça dos cigarros, o dissipar da neblina... ia chegando mais gente, trinta, quarenta, cinquenta pessoas, às vezes mais, iam revezando com os companheiros, era a formação dos piquetes, lembrança viva na memória do Sr. Francisco: “*Nós íamos, de manhã, para lá, era sempre substituído o piquete. De manhã uma turma, de tarde outra turma e assim ficava aquele bloco na frente da indústria.*”⁸⁶

⁸⁴ FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação.** Projeto História. São Paulo: PUC, nº 4, dezembro de 1985. p. 31.

⁸⁵ LEITE, Marcia de Paula. Op. cit. p. 68.

⁸⁶ Entrevista com o Sr. Francisco, concedida ao autor, em 1990.

Esses momentos estão presentes nas lembranças da Sra. Iracema, mas a imagem que lhe marca a memória, que a liga a este acontecimento é outra, vejamos: *“Quando cheguei em casa meu pai perguntou: - O que tu fazes aqui?? É greve... - respondi. E quase apanhei!!! E ele foi falando: - se tem greve é porque a coisa tá ruim!!! - aí minha mãe se meteu: - Se tem greve, o que ela tem a ver com isso? - e me escapei.”*⁸⁷

“Se tem greve, o que ela tem a ver com isso?”, inicialmente percebemos que essa fala, proferida por sua mãe, revela-nos um tom de confronto, afinal, a greve é vista como um espaço reservado aos homens, o que sua filha teria com o movimento? Não nos escape a visão de que essa jovem era operária, portanto, inserida no mundo do trabalho fabril, participante das mesmas ansiedades e necessidades.

Anteriormente, havíamos chamado a atenção para um grupo de mulheres, que através da piada, da jocosidade⁸⁸, agradeciam aos patrões por um aumento não recebido, assim expondo publicamente ao ridículo os seus algozes. Cabe lembrar as análises de Michele Perrot, a qual nos alerta que *“pela sua irreverência, ironia e espontaneidade, a fala das mulheres é prenhe de subversão.”*⁸⁹ Assim, longe da passividade estavam elas e resistiam optando por métodos menos agressivos, como uma greve, que se torna um espaço reconhecido de confronto, de embates, na esfera pública, *“espaço de homens”*. Não que pretendamos delimitar a esfera de atuação da mulher nesses movimentos, mas trazer à discussão todo um conjunto de elementos que interferem e permeiam a vida da mulher operária. Devemos lembrar *“a relutância masculina em aceitá-las como*

⁸⁷ Entrevista com a Sra. Iracema, concedida ao autor, em 1994.

⁸⁸ FONSECA, Claudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 310-333.

⁸⁹ PERROT, Michelle. Op. cit. p. 206.

companheiras e de outro, as exigências de sua dupla jornada de trabalho que não lhes deixava tempo para a política”⁹⁰, no caso, a sindical.

Nesse sentido, vale lembrar a fala da Sra. Maurília quando argumentada sobre a greve e sua possível participação. Após alguns minutos de silêncio, declarou: “*A gente chegou no portão e não deixaram ninguém entrar, aí eu também não entrei, e voltei para casa a pé... Olha, o certo era você falar com o pessoal do sindicato.*”⁹¹

No entanto, é a mesma que enfatiza após um momento, sua participação nas lutas operárias, dizendo: “*Nós fizemos uma vez uma passeata, eu sei que acompanhei uma passeata de panfleto na mão, pelas ruas da cidade, mas não era desta greve...*”⁹²

Mas, voltemos à fala da Sra. Iracema, a qual comentamos apenas parcialmente. Chama-nos atenção a expressão utilizada por seu pai: “*O que tu fazes aqui?*”, cabe enfatizar que essa é a pergunta lançada logo ao chegar da jovem a casa, em outras palavras, você deveria estar trabalhando. Notemos, a greve não é encarada como desculpa ou justificativa, apenas reflete uma situação: “*se tem greve é porque a coisa tá ruim*”, mesmo de forma velada, percebemos a insatisfação de alguns, logo, há uma situação difícil à frente, algo está errado. A impressão que temos, é que ela deve voltar ao local de trabalho, romper os piquetes e “mostrar serviço”. Cabe aqui pensarmos que o pai se solidariza com a firma, já que esta lhe é apresentada como a imagem de uma família que deve ser harmoniosa; assim, conflitos, como uma greve, são encarados como um “dilaceramento do tecido familiar”⁹³, uma rebelião contra o pai-patrão; ora, diante de

⁹⁰ PENNA, Maria Valéria Junho. **Mulher trabalhadora**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986. p. 21.

⁹¹ Entrevista com a Sra. Maurília, concedida ao autor, em 1994.

⁹² Idem.

⁹³ PERROT, Michelle. Op. cit. p. 83.

uma situação de dificuldade, percebe a necessidade de trabalhadores e patrões lutarem pelos mesmos interesses.⁹⁴

Em parte, a questão exposta acima, explica a ênfase dada ao “*eu quase apanhei!!!*”; por outro lado, quando percebemos que a jovem atuava na lida do campo com os pais e, concomitantemente, trabalhava na fábrica, visualizamos a mentalidade que permeava a vida do colono-operário, para quem a idéia da greve soa como algo contrário a sua concepção de trabalho e de mundo.

Imaginemos, agora, o impacto da participação dessas mulheres operárias, agindo ativamente nos piquetes, dando, assim, visibilidade pública do seu engajamento e participação no mundo do trabalho. Sem dúvida, elas enfrentariam (ou enfrentaram) situação de tensão e confronto no interior de sua família⁹⁵, numa sociedade que se declarava bastante conservadora, há que se frisar, nos idos de 1950. Se essas questões não explicam de todo a atuação das mulheres na greve de 1952, permitem-nos, ao menos, dar visibilidade a perguntas ainda não exploradas e perceber, mesmo que parcialmente, as redes de relações que haviam naquele período.

Nas ruas, a agitação era contagiante, e as mulheres lá estavam. O espaço público, assim, tornava-se dual, de um lado os homens, os piquetes, as movimentações, os gritos diante das fábricas; do outro as mulheres, os acenos, os risos, o apoio, uma pequena trouxa de alimento, um bule de café, e “toda uma rede de comunicações horizontais que escapa dos ouvidos do poder.”⁹⁶ Os piquetes ganham vida, alma... surge uma nova história diante dos nossos olhos.

⁹⁴ RAGO, Margareth. Op. cit. p. 34.

⁹⁵ PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 127-150.

⁹⁶ PERROT, Michelle. Op. cit. p. 206.

Mas qual era a função dos piquetes? Vigiar os portões das empresas, buscando persuadir aqueles que estavam dispostos a continuar trabalhando. Devido a essa função, em algumas ocasiões, houve exacerbação de ânimos, já que os piquetes impediam a entrada de alguns trabalhadores, tanto operários, como auxiliares, mestres, mecânicos e até mesmo, numa dessas ocasiões, impediram a entrada do então presidente Guilherme Renaux, na Fábrica de Tecidos Renaux, como também dos caminhões com matéria-prima.

Com o decorrer da greve, os “ânimos esquentaram” e os confrontos não tardaram a acontecer. O Sr. Enrique nos descreve alguns dos acontecimentos narrados acima. Vejamos:

De manhã, o caminhão chegava na frente da portaria, o pessoal deitava na frente dele, chegava em cima, freava... podia matar, morriam, mas não corriam... Um dia o caminhão tentou entrar, se jogaram no chão e se deitaram na frente, botaram as mãos no peito e disseram: “- Pode passar por cima!!!” - todo mundo fechou os olhos... mas o caminhão freiou na hora!!! E acrescentou: “Olha, até ônibus que trazia a turma do escritório não podia entrar, o ônibus tentava, mas eles bloqueavam o portão!!!”⁹⁷

Ora, os piquetes tinham a função de impedir a entrada dos “furões”, e seriam esses que provocariam as “fissuras na parede”, enfraquecendo o movimento. Cabe ressaltar que a estratégia patronal caminhou nesse sentido, recrutando mestres e contramestres:

Naquele tempo, era Auxiliar de Contramestre. Eu estava em casa, mais ou menos cinco ou seis dias, e chegou o meu chefe, pra eu ir trabalhar; com uma carta do Juiz, e fui. Depois chegou um companheiro, e ficamos nós dois trabalhando. Não fui só eu, não... cada setor tinha duas pessoas trabalhando [...] Quando nós entrávamos, às sete horas, tinha aquele povaréu na frente do portão, fazendo piquete, mas eu, como tinha uma ordem do Juiz, entrava. No primeiro dia foi fogo, mas, depois, tudo bem.⁹⁸

⁹⁷ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

⁹⁸ Entrevista com o Sr. Érico, concedida ao autor, em 1990.

Era preciso cuidar do maquinário, “*senão estragava tudo*”. É interessante notar como essa frase está presente na fala dos mestres e contramestres, assim, garantir o patrimônio da empresa, soa como justificativa, cada vez que é repetida: “*Olha, os mestres não paravam, é que não podia entrar... tinha piquetes... um dia, tentei entrar, mas o pessoal barrou!!! Um ou outro entrava por um portão separado em um pasto, onde a turma da greve não sabia, para fazer manutenção [...] No meu caso, eles (patrões) mandaram dizer para ficar em casa; depois eles iam descontar como férias.*”⁹⁹

Era função dos mestres e contramestres zelar por seu setor: ao exercer essa função, faziam-se respeitar, o que lhes garantia uma espécie de “prestígio moral”, o qual é decorrente daquelas atribuições que permitem controlar e fiscalizar o trabalho dos operários. Assim, diante de uma situação de conflito, como a da greve, os mestres preferem resolver suas questões diretamente com a chefia.¹⁰⁰

Cabe-nos aqui ainda indagar: por que então, tentar entrar? Correr o risco de enfrentar o bloqueio dos portões e a animosidade dos grevistas? Como um dos mestres nos relatou, não lhe foram proferidas palavras lisonjeiras: “*Tu não entra!!!, volta...*”¹⁰¹

Todo esse esforço não pode estar alicerçado somente na manutenção das máquinas, prosseguindo a inquirir nosso depoente, logo descobrimos que: “*Eu nunca apoiiei o sindicato, na minha função não podia apoiar, eu era mestre. Por isso, mais tarde, surgiu o Sindicato dos Mestres e Contramestres. Por parte dos mestres e contramestres nunca saía uma greve, nunca... embora que a gente ganhava pouco... mas, sempre apoiava o patrão!!!*”¹⁰²

Mas, não só de mestres e contramestres vivia a “resistência patronal”, vejamos:

⁹⁹ Conversa informal, o entrevistado preferiu o anonimato, em 1990.

¹⁰⁰ Pereira, Vera Maria Cândido. Op. cit. p. 79.

¹⁰¹ Conversa informal, o entrevistado preferiu o anonimato, em 1990.

¹⁰² Idem.

*Olha, meu irmão fazia oito dias tinha entrado na fábrica, e mais dois camaradinhas, quando começou a greve [...] Eu cismeiei... vai pra rua!!! Saí ligeiro, procurei um burquinho no canto da cerca [...] empurrei eles pra dentro... aí entraram, ficaram trabalhando até o encarregado chegar e dispensar eles [...] depois da greve, não foram mandados embora... eu sabia que ia dar nisso, tinha esperteza na fábrica...*¹⁰³

Seria fácil, aqui, desenvolvermos apreciações morais, como covardia e “traição aos companheiros de classe”, assim, emitiríamos juízos, e encerraríamos uma questão que, por si só, não é tão simples como parece. “Na verdade, há, na astúcia, na duplicidade, na ironia, na derrisão e em outras liberdades intersticiais uma verdadeira estratégia de adaptação [...] essa astúcia está fortemente enraizada no corpo social”, assim Michel Maffesoli encara essas atitudes individuais como estratégias para “a conservação de si a longo prazo”, que se estende de geração a geração.¹⁰⁴ Cabe ressaltarmos também os traços que ficaram marcados na memória do Sr. Enrique, a do pertencimento a um grupo, a um nível afetivo mais do que físico¹⁰⁵, gerando, em situações aparentemente simples, vivenciadas no dia-a-dia da greve, uma memória de seu grupo, dos acontecimentos, gestos de cada um deles, porque repercutem sobre eles e contribuem para modificação de uma realidade concreta.¹⁰⁶

No caso da permanência de seu “irmão e mais dois camaradinhas” no ambiente de trabalho, após uma situação de instabilidade de confronto que se dava naquele momento. Apesar de adentrarmos na esfera de uma “lembrança individual” a qual para alguns poderia significar um detalhe menos importante, é Maurice Halbwachs quem nos alerta: “... nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos

¹⁰³ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹⁰⁴ Maffesoli, Michel. Op. cit. p. 70.

¹⁰⁵ D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH / Marco Zero, vol. 13, n° 25/26, set. 92/ ago. 93, pp. 97-103.

¹⁰⁶ HALBWACHS, Maurice (1877-1943). **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 80.

outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais, só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.”¹⁰⁷

24 de dezembro. A parede continuava, os operários festejam o Natal, era necessário manter o ânimo. Na portaria da Fábrica Renaux, um pinheiro foi erguido e enfeitado pelos operários, canções e risos ecoaram naquela noite. Na lembrança dos operários, aquele era um momento de vitória, as expressões demonstravam alegria, deboche, ousadia. Provava a determinação do grupo envolvido, a admiração daqueles que olhavam de longe, que consentiam, mas não verbalizavam, não demonstravam em atos.

Duas eram as situações naquele momento: a primeira de confronto e solidariedade; a segunda de distância, medo. Aproximando-nos dessa questão, gostaríamos de destacar dois momentos de entrevistas que nos foram dadas: *“Não se podia aparecer, a gente ficava marcado.”*¹⁰⁸ E ainda: *“Eu não participava dos piquetes!!! (dito em tom enfático) Não participava!!! Mas ajudei, dava comida para aqueles que estavam lá... às vezes carne, arroz...”*¹⁰⁹

Se essas palavras pudessem refletir a súbita mudança no tom da voz, sério, solene. Se pudessem descrever as fisionomias armadas e guarnecidas por um *“eu não fiz”*, como se uma espada pairasse sobre cabeças, prestes a cair, tanto tempo depois.

27 de dezembro. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque convocou uma assembléia geral extraordinária, que teve início às 16h. Nesta tomaram parte da mesa o Presidente do Sindicato, Sr. Osvaldo Babinetti, o

¹⁰⁷ Ibidem. p. 26.

¹⁰⁸ Entrevista com o Sr. Guilherme, concedida ao autor, em 1994.

¹⁰⁹ Entrevista com o Sr. José, concedida ao autor, em 1994.

Delegado Regional do Trabalho, Sr. Raul Pereira Caldas e o Fiscal do Ministério do Trabalho, Sr. Artur Jacinto. A seguir, expomos parte do que foi deliberado na mesma, devidamente registrado na ata dessa assembléia:

... O Sr. Presidente do referido Sindicato, após esclarecer que, não tendo sido o Sindicato o patrocinador da greve existente, solicitava aos operários grevistas que escolhessem uma comissão de operários para tratar das reivindicações a serem feitas ao Sindicato Patronal [...] Fez uso da palavra o Sr. Raul Pereira Caldas, Delegado Regional do Trabalho, esclarecendo aos trabalhadores que se tratava de uma paralisação ilegal.¹¹⁰

Também ressaltou que havia mantido contato com os empregadores que se comprometeram a adiantar a importância necessária para a instalação do SESI em Brusque.

A partir deste momento, encontramos duas figuras que iriam se destacar na memória operária quando do contexto da greve de 1952. A saber, Osvaldo Bambinetti, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, e Alfredo Holles, participante da comissão de negociações com os patrões. Para um melhor entendimento desta questão, voltemos à ata, anteriormente citada:

Fizeram uso da palavra diversos associados, ficando indicada a comissão que segue, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, e com plenos poderes. Comissão indicada para deliberar a respeito das reivindicações que foram feitas: Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A: Alfredo Holles, Roberto Oliveira, Noli Venturini; Indústria Têxtil Renaux S/A: Leopoldo Werner, Veraldino Correa, Alfredo Vieira; Büettner S/A: João Formonte, Guilherme dos Santos, José Lang; Cia Industrial Schlösser: Francisco Maurici, Alois Constantini, Alberto Zucco; Indústrias menores: Alcebíades dos Santos.¹¹¹

¹¹⁰ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque, nº3, Junho de 1952 à Janeiro de 1961.

¹¹¹ Ibidem. Idem.

Para compreendermos o porquê da organização desta comissão de fábrica, que tinha por objetivo negociar com o patronato, devemos voltar nosso olhar para a década de 30 e lembrar que no período de Vargas houve um rígido controle sindical que transformou estas entidades em órgãos burocratizados que não representavam os interesses dos trabalhadores¹¹². A imagem de uma sociedade corporativa, vem a nossa mente, onde cada membro, seja ele empregado ou empregador, tem o dever de colaborar com o conjunto da nação, cabendo ao Estado papel fundamental para a concretização deste processo, o triunfo deste projeto político se deu em 1937, “com a criação do Estado Novo, quando os sindicatos, operários e as associações patronais passaram inteiramente para o poder do Estado.”¹¹³

A partir da intervenção governamental na vida sindical, o Estado iniciou por impor a sua vontade a revelia dos interesses dos trabalhadores; a intensa burocracia criava vínculos com o Ministério do Trabalho. Mesmo após os anos da democratização (1945-1947) esta estrutura sindical permanecia consolidada, e emperrava o movimento operário, como resultado surgiram as criações paralelas conhecidas como comissões de fábrica que mobilizaram-se para romper com a política sindical estabelecida pelo governo; essas levaram a cabo diversas greves que eclodiram pelo país¹¹⁴.

O Poder Executivo no entanto não permaneceu inerte, o aumento da repressão culminou em 1947 com a intervenção dos sindicatos (como já citamos anteriormente), portanto no período, muitas entidades sindicais durante os movimentos grevistas limitaram-se a apresentar-se como mediadoras junto ao patronato¹¹⁵. Quanto à greve de 1952, na cidade de Brusque, parece, à luz das pesquisas, que o sindicato lutou junto aos

¹¹² CANEDO, Leticia Bicalho. *A classe operária vai ao sindicato*. São Paulo: Contexto, 1988. pp. 46-72.

¹¹³ *Ibidem*. p. 51.

¹¹⁴ ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. *O que são comissões de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹¹⁵ LEITE, Maria de Paula. *Op. cit.* p. 35.

operários, mas, quando perdeu “apoio legal”, digamos assim, preferiu utilizar de outra estratégia, evitando a intervenção. No período, a pressão sobre os membros do sindicato e sobre os grevistas mais engajados foi bastante forte, o que causou preocupação e insegurança. Por isso, chama-nos atenção o depoimento de Osvaldo Babinetti, quanto a essa questão:

O Sindicato não saiu da greve, nunca, como!!! Eu fui processado três vezes, queriam me prender!!! Se prendem o Presidente do Sindicato, fecham o sindicato, nós participamos até o fim [...] Olha, em São Paulo, entraram em greve depois de nós, e operários de lá foram machucados com pata de cavalo [...] Segurar uma greve é fogo ... E acrescentou: Eu visitava os portões, dizia: Calma, não cria conflito...Queriam inventar de fazer passeata, sair com cartazes nas ruas dizia: Isso não se faz, isso vai acabar em quebra-quebra, não vai faltar um espírito mais exaltado que vai jogar uma pedra contra a vidraça de uma indústria [...] Nesse sentido, acho que todos tem direito, tanto patrões como empregados.¹¹⁶

É importante salientar que as palavras, proferidas pelo Presidente do Sindicato, expressam claramente um “espírito” de apoio e cautela, diante da situação da greve deflagrada. Essa posição deve ser destacada quando a comparamos com as análises de Aparecida Beduschi Schwab, que, dissertando sobre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, em 1950, informa-nos de que esse estava comprometido com a estrutura vertical do sindicalismo brasileiro e com o patronato local.¹¹⁷ A proximidade de Blumenau, como também a sua indústria têxtil¹¹⁸ nos incita a traçarmos um paralelo, ainda mais quando visualizamos a posição do referido sindicato

¹¹⁶ Entrevista com o Sr. Osvaldo, concedida ao autor, em 1990. O entrevistado está se referindo à greve desencadeada em fins de março de 1953 pelo trabalhadores paulistas; dela participaram diversos setores de produção, como o têxtil, o metalúrgico, o de marceneiros e outros. Além da capital, participaram da greve os trabalhadores das cidades vizinhas, fazendo-a conhecida como a greve dos 300 mil. Diversas manifestações ocorreram, sendo que uma das mais relevantes foi a ocorrida na Praça da Sé, onde milhares de operários foram atacados por policiais e pela cavalaria da Força Pública. TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo, 1981. p. 54.

¹¹⁷ SCHWAB, Aparecida Beduschi. **O Movimento Operário: Evolução do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau - 1950 - 1988**. Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

¹¹⁸ HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o Modelo Catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987. p. 294.

mediante a movimento grevista dos têxteis, ocorrido em 1950, naquela localidade. Na ocasião, o Sindicato declarava-se contra o movimento e o então Presidente do Sindicato, Leopoldo Ferrari, assim declarou: *“Eu era contra a greve, sempre fui. E dizia que com boas maneiras se consegue muito mais do que com esta violência que vocês estão fazendo...”*¹¹⁹

Sendo assim, foi formada uma comissão de greve, constituída por vários operários das indústrias têxteis de Blumenau, os quais procuravam entrar “em entendimento com as autoridades locais, expondo-lhes o objetivo do movimento e, ao mesmo tempo, com o Sindicato, no sentido de conseguir sua adesão.”¹²⁰

Em Brusque, o Sindicato mantinha-se como articulador do processo. No entanto, a comissão responsável pelas reivindicações junto aos empregadores começa a assumir uma posição de destaque no confronto. Quanto a esse ponto, Alfredo Holles esclarece:

*Fui à Assembléia, até ali eu não tinha participado da greve, estava em casa fazendo algum serviço [...] aí fui indicado como membro de reivindicação. Já tinham requerido mandato de segurança contra o sindicato, a diretoria daquela época, então, ficou com os membros de reivindicação para fazer “gestão” junto aos empregadores: dessa comissão eu participei [...] A greve já tinha, talvez, uns vinte e poucos dias, quando nós fizemos um ofício e mandamos para a empresa, já era janeiro... Mandaram uma resposta, que nada poderia ser decidido enquanto havia greve.*¹²¹

O possível encontro entre a comissão de reivindicação e o Sindicato Patronal não aconteceu. Os primeiros dias de 1953 marcavam uma resistência obstinada. Fato curioso ocorreu quanto ao delegado de polícia do município, Adelino Alves, o qual prestou auxílio aos grevistas, garantindo o direito à manifestação. Militante nas fileiras do

¹¹⁹ DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado Corporativista** - O caso dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação e tecelagem de Blumenau - 1941-1950. Florianópolis: UFSC, 1985. p. 99. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.

¹²⁰ Ibidem. Idem.

¹²¹ Entrevista com o Sr. Alfredo, concedida ao autor, em 1990.

P.T.B., não participou da repressão que iria atingir os grevistas nas semanas subseqüentes.¹²² Parece-nos que as suas convicções partidárias e as eventuais rixas políticas influenciaram decisivamente nessa atitude.

Para “garantir” a ordem, a classe patronal fez chegar de Itajaí o Major Especial Pedra Pires, que veio minar as forças do operariado e retirar do cenário o delegado de polícia de Brusque. Uma das primeiras providências do delegado especial foi fazer circular uma lista para os operários voltarem ao trabalho. Esse recrutamento ocorria da seguinte forma: um mestre recolhia assinaturas de casa em casa, mas os grevistas descobriram a manobra, impossibilitando sua continuidade: *“Um grevista ficou sabendo, e aí com mais gente, acabaram pegando o cidadão. - Tu me entrega a lista!!! O cara não estava ganhando nada, era mais barato entregar, e entregou.”*¹²³

A lista oferecia algumas condições para a volta ao trabalho: aumento de 7,1% pagável a partir de julho de 1952, instalação e funcionamento do armazém do SESI, e as faltas durante a greve poderiam ser descontadas das férias vencidas ou a vencer oportunamente. O documento prometia também garantia policial para a volta ao trabalho e o reinício do mesmo seria divulgado pela emissora local, com um dia de antecedência.¹²⁴

Assim, a Rádio Araguaia, a única emissora do “berço da fiação catarinense”, perde o papel que lhe iria ser outorgado de aglutinadora dos trabalhadores brusquenses (neste caso os descontentes com o movimento grevista ou aqueles temerosos frente às pressões que começavam a acontecer) e passa a ser palco de um confronto entre os grevistas e o Major Especial Pedra Pires, que estava a irradiar uma nota explicativa de suas atitudes até aquele momento. Lisonjas e cumprimentos à parte, o ocorrido

¹²² O Rebate, 21/ 03/ 1953.

¹²³ Entrevista com o Sr. Alfredo, concedida ao autor, em 1990.

¹²⁴ IMHOF, Afonso. Op. cit. p. 114.

demonstrava a irredutibilidade por parte dos grevistas, *“daí em diante o negócio tava fervendo.”*¹²⁵

Nesse cenário de embates, o operariado começa a passar por um de seus períodos mais críticos, daqui para diante a palavra de ordem era sobreviver: *“Nós passávamos dificuldades, inclusive o prefeito, o Sr. Mário Olinger, até arrumou condução para levar alguns operários para as suas regiões de origem, porque o comércio era pequeno e não suportava fiado.”*¹²⁶

Quando os comerciantes se negaram vender fiado, Flávio Cervi, que possuía uma mercearia de secos e molhados, permaneceu abastecendo os trabalhadores com gêneros alimentícios necessários, no entanto, as dificuldades para se manter nessa situação peculiar acabaram por prejudicá-lo. O Sr. Hilário recorda que: *“Todo mundo comprava ali, infelizmente o rapaz foi a pique, muitos deixaram de pagar... eu levei cinco meses para pagar as minhas prestações, tava um mês de greve, e nós comprávamos ali, fiado.”*¹²⁷

O Sr. Érico também relata: *“Se comprava a comida tudo ali [...] e tudo a fiado, porque não tinha mais dinheiro, quando se negaram a vender a fiado, ele continuou, ele sustentou!!!”*¹²⁸

Diante da situação que abalava a cidade, o Sr. Enrique complementa: *“Não se tinha dinheiro, tinha gente que tava comendo farinha seca.”*¹²⁹

Muitas famílias tinham a sua horta, é certo, até alguns animais e aves de criação, mas as provisões acabavam. Nos bairros mais próximos à cidade, a situação se tornava insuportável. Era necessário uma medida que pudesse atenuar as dificuldades que muitas

¹²⁵ Entrevista com o Sr. Alfredo, concedida ao autor, em 1990.

¹²⁶ Entrevista com o Sr. Osvaldo, concedida ao autor, em 1990.

¹²⁷ Entrevista com o Sr. Hilário, concedida ao autor, em 1990.

¹²⁸ Entrevista com o Sr. Érico, concedida ao autor, em 1994.

¹²⁹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

famílias atravessavam naquele momento e, mais uma vez, os grevistas se organizaram e procuraram reverter a situação. Novamente damos voz ao Sr. Enrique: *“Para não morrer de fome, pegaram uma carroça e iam pra Guabiruba, São Pedro, Cedrinho, e o povo dava ovo, galinha, um pão... para repartir para as pessoas que não tinham nada.”*¹³⁰ O Sr. Herbert acrescenta: *“Saíram pedindo ajuda, diziam que era para a festa lá de São Roque,... pegaram uma carroça de um cavalo, para catar comida.”*¹³¹

Todos conheciam o destino dos alimentos doados à “Festa de São Roque”, no entanto, todos colaboravam. Essa estratégia não era novidade nos meios operários: na greve dos têxteis de Blumenau, ocorrida em 1950, os grevistas se mobilizaram em uma campanha de arrecadação de alimentos, tanto em nível local como estadual, contando com o apoio das lideranças do P.T.B. e, assim, deixaram claro seu objetivo de resistir:¹³² durante 28 dias permaneceu esse movimento.

Quando pensamos na questão do tempo, vem-nos à mente a greve dos 300 mil em São Paulo, ocorrida em 1953, que se manteve por 29 dias e ficamos a imaginar, quando, em Brusque, a greve beirava os 37 dias, a opção que nasceu no meio operário de apelar para o “Santo”: comunicando, assim, uma mensagem que vai tocar na população, já que parte da experiência concreta das dificuldades pelas quais estava passando toda a sociedade brusquense. Afinal, devemos ter em mente que uma greve não é um fenômeno isolado, mas coletivo, que atinge não só os envolvidos no conflito, mas também as suas famílias. Há que se lembrar de que toda a cidade vivia em torno das empresas têxteis e das atividades por elas desenvolvidas. Afinal, a estratégia busca, no âmbito da religiosidade, uma resposta de solidariedade, encarnando aí uma mensagem social num momento de profunda angústia. Percebemos esta situação quando perscrutamos a

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

¹³² DIAS, Maria de Fátima Sabino. Op. cit. p.104.

memória operária sobre esse momento, sentimentos que foram assim definidos pelo Sr. Enrique: *“Olha, vou te contar uma coisa; só posso te contar tristeza!!! Não dava de ver a tristeza... as mães em casa chorando, os filhos passando fome. Fome de verdade!!! Não é brincadeira, não!!! Passando miséria, sem dinheiro, sem crédito, vendas fechadas, trinta e poucos dias, o que se vai fazer? [...] Foi triste, nem é bom pensar numa coisa destas.”*¹³³

Nesse sentido, penetramos no universo religioso brusquense, nem que por breves instantes, e constatamos que, de acordo com o recenseamento de 1950, a população se dividia em 29.325 católicos-romanos (14.661 homens e 14.664 mulheres), 2.791 protestantes (1.919 homens e 1.372 mulheres), 11 espíritas (5 homens e 6 mulheres), 1 maometano (mulher), 204 de outras religiões não discriminadas e 34 sem declaração de filiação religiosa¹³⁴. Assim, percebemos a forte influência do contingente católico apostólico-romano nesta população, distingue-se daí o destaque dado ao “Santo”, naquele momento. No entanto, buscamos novamente a fala do Sr. Enrique, o qual, de formação católica, ressalta ser casado com uma protestante e, logo de saída, vai esboçando uma visão religiosa, que nos aproxima da questão estudada acima: *“Vou dizer uma coisa séria!!! O que salva não é a religião. Ninguém me diga que é a religião!!! O que salva é o teu coração!!! Não sou rico, mas sou feliz!!! O que me adianta ver meu vizinho passar fome e eu na fartura ...”*¹³⁵

Ora, diante das condições dadas, podemos pensar nos movimentos sociais se elaborando a partir das suas experiências concretas diárias, gerando uma matriz discursiva que lhe é própria; apropriando-se das matrizes já constituídas, estes elaboram

¹³³ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹³⁴ PIAZZA, Walter F. **Folclore de Brusque**: estudo de uma comunidade. Brusque: Editora SAB, 1990. p.139.

¹³⁵ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

novas estratégias, propõem engajamento, buscam soluções¹³⁶. Ousamos dizer que o velho se mescla ao novo, criando uma insólita situação, tanto como a do “Santo” a angariar recursos para a manutenção de uma greve.

A situação se prolongou por tempo considerável, a comissão encarregada das negociações achou, por bem, ir a Florianópolis conversar com o Delegado Regional do Trabalho, Dr. Raul Pereira Caldas, considerado, entre os membros da comissão, como *“um excelente delegado, dividia bem as coisas.”*¹³⁷ No entanto, não se encontrou solução para o impasse. Um tanto decepcionada, a comissão retornou a Brusque. Foi com surpresa que cruzaram com a polícia de choque de Florianópolis que chegava à cidade, o que causou alvoroço entre os grevistas. O Sr. Alfredo, presente nessa comissão, conta-nos como foi recebido ao chegar: *“Pô, vocês foram para trazer o Delegado Regional do Trabalho e trazem a polícia de choque de presente para a gente!!!”*¹³⁸

Não demorou muito, esse foi chamado ao Hotel Gracher, onde se encontrava o chefe do destacamento: podemos dizer que esse inusitado diálogo não foi amigável, a já conhecida expressão *“Eu lhe ponho na cadeia!!!”* é, por si só, esclarecedora. *“Eu lhe respondi: - tudo bem!!!, mas ficou por ali, nada se modificou e os destacamentos foram para as empresas.”*¹³⁹

Foi o golpe final. Garantir o patrimônio, diziam os patrões; intimidação, diziam os grevistas. Numa das fábricas, quando a polícia chegou, uma voz forte ecoou e tornou-se um brado: *“Aqui não entra ninguém, só se passar por cima de cadáver.”*¹⁴⁰

¹³⁶ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 141-167.

¹³⁷ Entrevista com o Sr. Alfredo, concedida ao autor, em 1990.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Entrevista com o Sr. Osvaldo, concedida ao autor, em 1990. Lembra que foi a última tentativa de resistência, o autor do grito permaneceu anônimo, no entanto, seu gesto perpetuou na memória operária.

A polícia recuou, e foi a última vitória. À noite, os portões foram tomados, sem luta, mas com a retirada pacífica por parte dos grevistas. Cordões de isolamento foram formados, estava garantido o livre acesso dos caminhões com matéria-prima, bem como o reinício da produção. Quanto aos grevistas, os policiais deixaram uma mensagem: *“Vocês, fiquem em casa e não botem mais os pés aqui!!!”*¹⁴¹

No entanto, os operários ainda resistem: *“A polícia veio e cuidava do portão e a gente se retirou a uns 50 m, porque a polícia mandava e lá se ficava, deitado no capim...”*¹⁴²

As lembranças retratam a desesperança, não havia mais como lutar, imagens gravadas na memória reforçam a impossibilidade de se reverter o quadro: *“E a polícia chegou toda armada, até com metralhadoras. Tinha metralhadora de tripé, na frente da fábrica.”*¹⁴³

As forças do operariado se esvaíam, os “furões”, com a entrada assegurada, puderam manter a produção e, agora, “o fantasma da demissão” por justa causa ameaçava os grevistas faltosos.¹⁴⁴

26 de janeiro de 1953. A parede caiu. Para decidir a rendição incondicional, foi marcada uma Assembléia Geral Extraordinária no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque. Devido ao número elevado de participantes, foi transferida da sede do sindicato para o jardim, em frente ao mesmo: *“Foi um dia muito quente, o picolezeiro passava, ninguém comprava, ninguém tinha dinheiro... Ali, o*

¹⁴¹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴² Entrevista com o Sr. Francisco, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴³ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁴ Os contratos de trabalhos seriam suspensos, pois a paralisação das atividade ultrapassava trinta dias, e a alegação seria de abandono do trabalho.

Sr. Raul Pereira Caldas garantiu que todos voltariam a trabalhar e não aconteceriam perseguições.”¹⁴⁵

Vitória ou derrota? Poderíamos aqui decretar a vitória do movimento grevista de 1952, afinal com o pagamento dos 7,1%, o aumento estipulado fora finalmente pago, e mais, os industriais se comprometeram a instalar um armazém do SESI na cidade, que, posteriormente, ostentou o título do primeiro estabelecimento do gênero em Santa Catarina. No entanto, ao penetrarmos na memória dos trabalhadores brusquenses, encontramos mais do que conceitos de vitória ou derrota.

Um exemplo: o pagamento do reajuste salarial não representou um fato marcante ao ser lembrado, talvez porque o índice de aumento desejado era na ordem de 60% e a decisão tomada pela justiça, lhes pareceu injusta. Em contra partida, a instalação do SESI é mencionada com destaque como fruto positivo do movimento, mas, imediatamente sua importância é relegada apenas aos primeiros anos de atividade, para, logo depois, ser caracterizado como ilusão.¹⁴⁶ Sendo assim, onde estaria a vitória? Não vamos encontrá-la em números ou estatísticas, mas em sentimentos. O fazer, o sentir estampou uma marca na história de suas vidas. Para muitos, o ter passado por momentos difíceis e tê-los vencido; para outros, por enxergá-los apenas à distância, mas que quebraram a monotonia daqueles dias, infindavelmente iguais, e que se tornaram assunto de relevo na memória.

A vitória estava no fato do movimento ter realmente acontecido. É neste momento que percebemos a importância da fala do Sr. Enrique, vista anteriormente, pois ela nos transporta àqueles momentos que antecederam o início do trabalho nas fábricas. Uma preocupação atingiu a todos: não haveria as famosas retaliações, a vitória seria completa?

¹⁴⁵ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁶ Sobre o SESI teceremos algumas considerações mais adiante, no item 2.4. O Olhar da Imprensa.

Eis a pergunta que ecoava em suas mentes ao voltar ao trabalho. Eis o cenário daqueles primeiros momentos, o voltar ao trabalho..., o “*capim alto*” entre as frestas das pedras da entrada da portaria. As cabeças baixas, o olhar controlador dos mestres e contramestres, “*estavam em cima... e a gente estava limpando.*”¹⁴⁷

Logo, a rotina da fábrica estava estabelecida: o mesmo entra e sai, os mesmos rostos, mas havia algo no ar, e não era o algodão da tecelagem: “*Não deu nem de começar a trabalhar, nós entramos e fomos chamados para o escritório, suspenderam nós na hora.*”¹⁴⁸

Aqui tocamos em outro ponto significativo da memória operária quanto à greve: é o momento da dispensa, que traz dor às recordações daqueles que compartilharam essa experiência com seus companheiros. O Sr. Enrique, em poucas palavras, expressa: “*Amigo meu, botaram na rua, trabalhava junto comigo... a gente não podia fazer nada!!!*”¹⁴⁹

A dispensa destes trabalhadores vai além da idéia de punição, castigo por ato de rebeldia: encarna não só a perda da condição de sobrevivência, mas também o afastamento de uma realidade conhecida do convívio com os amigos, arrancado do seu lugar de trabalho, separado de uma parte do cotidiano, de sua vida. A 7 de fevereiro de 1953, o **Jornal O Rebate** publicava:

**“Acabou-se a Greve”
“24 operários receberam o bilhete azul”**

Segunda-feira da última semana os operários decidiram retornar ao trabalho, mas os patrões, desgostosos com certas atitudes dos grevistas, resolveram dispensar 24 operários. Esses trabalhadores pertenciam as Fábricas Renaux, Indústrias Têxteis Renaux e Cia. Industrial Schlösser, as três mais importantes.

¹⁴⁷ Entrevista com o Sr. Herbert, concedida ao autor, em 1994.

¹⁴⁸ Entrevista com o Sr. Francisco, concedida ao autor, em 1990.

¹⁴⁹ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

Para estes, a luta não havia acabado, mas se iniciava naquele momento. Mas qual a acusação? *“Que fui cabeça de greve, que estava no portão fazendo baderna.”*¹⁵⁰ Assim nos relatou o Sr. Francisco, com ar de indignação. A dispensa é compreendida por ele como um ato de perseguição para aqueles que eram *“a favor dos operários”*, vejamos:

Fomos prejudicados porque nós éramos, naquela época, participantes do sindicato, nós protegíamos o trabalhador [...] aí, não demorou (após a posse da nova diretoria), estorou a greve!!! Eu fiquei em casa porque estava doente, depois fui ajudar os parceiros [...] quando acabou a greve, me botaram pra rua, e o que mais me chamou atenção foi que os próprios operários deram testemunho a favor do patrão, uma camarilha de “puxa-puxa”, né?... que ingratidão...¹⁵¹

Mais do que as considerações pessoais, nosso olhar deve captar duas questões importantes. A primeira nos leva a perceber que quem estava no portão, no olhar patronal, estava fazendo “baderna”. Bóris Fausto, estudando os movimentos organizados pelos trabalhadores, nos anos de 1917 a 1920, percebe, como traço geral, uma política repressiva àqueles que participavam das greves, taxados de agitadores e desordeiros¹⁵². Como percebemos, estes conceitos permanecem e fazem parte da estratégia patronal para desconsiderar os movimentos grevistas. A segunda questão se encontra no próprio seio da classe operária que, como já alertamos, não pode ser vista como um todo homogêneo, *“a camarilha de puxa-puxa”* retrata as facções dentro do próprio movimento; quando alguns temerosos das represálias preferem “aderir aos patrões”, há que se focar também, mestres e contramestres que, separados do movimento, se destacam nesse quadro.

¹⁵⁰ Entrevista com o Sr. Francisco, concedida ao autor, em 1990.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976. p. 221.

Diríamos, ainda, que há uma terceira questão a ser discutida: a que caracteriza o período após a demissão. O Sr. Francisco nos descreve uma realidade extremamente dura que se abateu sobre esses. Suas palavras refletem um momento, no qual, agora marcados, torna-se infrutífero procurar emprego na cidade, pois as portas encontravam-se cerradas. Uma opção eram as cidades vizinhas, no entanto, argumentando com novos empregadores, recebia apenas respostas negativas. Só algum tempo depois a situação começava a mudar: *“Sabe, eu fiquei um ano desempregado, depois arrumei serviço numa indústria pequena, lá na Rua Azambuja...”*

Nem todos, no entanto, tiveram a mesma sorte: *“Eu tinha um amigo que foi tão prejudicado que acabou indo trabalhar na estrada de ferro, cortando pedra.”*¹⁵³ Ou ainda: *“Estas pessoas ficaram marcadas. Para não morrer de fome, um colega foi obrigado a pegar um machado e tirar lenha no mato. A cabo de uns anos, venceu a questão e voltou a trabalhar no mesmo serviço onde trabalhava antes.”*¹⁵⁴

O Sr. Hilário descreve, em linhas gerais, o sentimento que tocou todos diante das dispensas: *“A gente ficou muito sentido... porque era difícil de arrumar um emprego.”*¹⁵⁵

Anos mais tarde, alguns foram readmitidos outros perderam completamente suas “regalias”¹⁵⁶ ao assinar contratos com as firmas; uns poucos, para sobreviver, mudaram de cidade.

Membros participantes da comissão encarregada de negociar com os patrões também sofreram represálias; no entanto, percebemos toda uma luta por parte desses trabalhadores para obterem seus direitos. Reproduziremos, a seguir, um depoimento:

Fui demitido, alegando na carta que, por ter participado da greve ilegal, resolvemos demiti-lo para a instauração de um inquérito judicial trabalhista. Aí aquele saiu, aquele outro saiu, fez acordo. Eu disse não, pra que acordo, se tem

¹⁵³ Entrevista com o Sr. Francisco, concedida ao autor, em 1990.

¹⁵⁴ Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor, em 1994.

¹⁵⁵ Entrevista com o Sr. Hilário, concedida ao autor, em 1990.

¹⁵⁶ Perderam seu local de trabalho ou tiveram que iniciar em outras empresas com salários inferiores.

*justiça eu não faço acordo, e então demorou cinco anos e seis meses, e depois fui readmitido com todas as vantagens legais. Foi o nosso contador do sindicato que fez o levantamento dos cinco anos e seis meses atrasados, só que ele não incluiu essas vantagens que tinha, como salário-família, mais uma porção de coisas [...] A firma alegava que era doação espontânea para quem trabalhava, como é que eu não trabalhava, eu não trabalhava porque vocês não deixaram, eu estava a disposição de vocês! Aí eu rejeitei, desmancharam aquela perícia e fizeram um novo levantamento desde 1953 até 1958, tudo direitinho. Eu pedi as minhas vantagens legais, demorou dois anos e pouco, mas pagaram na justiça. E depois reclamei na justiça as férias em dobro, e eles pagaram também. Agora, eu achei injustiça, porque a gente que não fez nada que desabonou a conduta de nenhum dos lados, por que a demissão? Eu me lembro que, quando veio o Dr. Raul Pereira Caldas, nós fizemos uma assembléia que não cabia no sindicato. Ele disse: 'Volta tudo a trabalhar e não tem perseguição de ninguém, e a proposta da empresa é esta aí.'*¹⁵⁷

2.4. O OLHAR DA IMPRENSA

Cabe-nos destacar, ainda, que, desde as primeiras manifestações do movimento operário, a imprensa brusquense, por sua vez, procurou registrar os acontecimentos; inicialmente com ênfase quando do processo do dissídio coletivo e à distância, quando a greve eclodiu. Nesse sentido, devemos encarar a imprensa não apenas como fonte de reconstituição da greve de 1952, mas também como reflexo de uma produção referente a esse processo. Discutir tais questões significa compreender a participação da imprensa como “um instrumento que intervém na vida social.”¹⁵⁸ Ora, mesmo que conferíssemos a suposta neutralidade, seria ainda uma amostra da vida social, cenário das contradições, das aspirações dos vários setores da sociedade de uma determinada época.

É oportuno registrarmos os periódicos aqui analisados, a saber, o **Jornal O Rebate**, fundado por Alvino Graf e Álvaro de Carvalho, a fevereiro de 1934, o qual

¹⁵⁷ Entrevista com o Sr. Alfredo, concedida ao autor, em 1990.

¹⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: contexto/ EDUSP, 1988. p. 21.

circulou até 13 de outubro de 1962 e, apesar de procurar manter-se isento de facções políticas, acabou aderindo mais contundentemente à U.D.N. (União Democrática Nacional). Por iniciativa de Cyro Gevaerd, surge, em 1952, o **Jornal de Brusque**, publicado em intervalos irregulares, também caracterizado pela presença partidária na sua linha editorial¹⁵⁹. Através da imprensa, procuramos caminhar por entre nossos antepassados, escutar as suas vozes e, assim, buscar a significação das lutas travadas naqueles tempos.

Inicialmente, chama-nos atenção o fato do movimento grevista em Brusque despertar interesse nos órgãos de imprensa de várias cidades do estado e mesmo do país.

Assim noticiava o **Jornal O Rebate**:

Muito ao contrário do que escreviam os jornais de Florianópolis, Rio, São Paulo, assim como o 'Jornal do Brasil Post' de Porto Alegre, e o repórter 'Esso', que ocupavam a notícia da Greve dos Operários Brusquenses em lugar de destaque e como furo jornalístico de que os operários brusquenses teriam cortado todas as linhas de comunicação telegráficas, alta tensão e linhas telefônicas, assim como teriam apedrejado as lojas [...] Nada disto temos visto, ao contrário, não queremos com esta notícia favorecer os patrões, nem favoreceremos os operários, mas o certo é que os operários brusquenses tem se mantido numa ordem e disciplina que deverá servir de exemplo à todos os Estados do Brasil.¹⁶⁰

Ressaltamos essa matéria não apenas como alusão à cobertura jornalística que se dava à greve de 1952, mas também como uma das poucas que merece destaque na imprensa local. Vale a pena perceber a ênfase que é dada à disciplina e à ordem, como exemplos louváveis do movimento. Iremos perceber adiante que a suposta neutralidade do jornal, comentada anteriormente, é abalada quando o observamos como porta-voz de muitos dos pontos defendidos pela classe patronal, de "economistas preocupados com a

¹⁵⁹ KONS, Paulo Vendelino. A trajetória dos jornais brusquenses. **Jornal de Brusque**, nº 13, Agosto de 1993. p. 23.

¹⁶⁰ **O Rebate**, 24 / 01/ 1953.

situação do país”, nas defesas constantes da implantação de uma cooperativa de consumo, mais tarde definida como SESI.

Para ilustrarmos essa questão, iremos recorrer a algumas matérias que passam a fazer parte do cotidiano do processo da greve. Buscamos, inicialmente, o **Jornal de Brusque**, de 12/11/1952, o qual já foi citado anteriormente, mas comentado apenas parcialmente, vejamos agora o contexto:

A vida social e política de Brusque tem sido agitada ultimamente, por uma série de acontecimentos que vêm preocupando os responsáveis pela ordem e sossego públicos.

Centro operário dos mais importantes do Estado, é justamente através da laboriosa classe que as ocorrências têm tomado maior amplitude [...] Há pouco tempo, por intermédio da autoridade judiciária local, o Sindicato dos Trabalhadores impetrou uma ação de dissídio coletivo, reclamando aumento de 60 % nos salários [...]

Não desejamos entrar em mérito da questão do aumento, que isso é matéria decidida pelos órgãos de justiça competentes.

O que nos traz à estas considerações é o caso da cooperativa.

Representará essa organização, em verdade, algum benefício aos operários?

Não temos dúvida que sim [...] O operário estaria, assim, a salvo de explorações, podendo comprar quase tudo a preços que, em geral, não podem ser competidos.

É evidente que, assim organizado, possuindo o seu sindicato que lhe presta numerosos outros benefícios, o operário teria suas dificuldades atenuadas, podendo melhor enfrentar a situação de desequilíbrio que, nos dias atuais, pesa sobre as classes menos favorecidas [...]

Não resta dúvida, pois, que a criação de uma cooperativa de consumo para os operários de Brusque deve ser aceita e estimulada por todos os que desejam ver minoradas as dificuldades da classe.

“Cooperativa dos operários” é o título que essa matéria apresenta. Devemos destacar que antecede o movimento grevista e reflete uma tentativa de aplacar os ânimos da classe operária. O tratamento dado à questão salarial é do tipo: “nada a declarar”; afinal, tudo já havia sido decidido pelos órgãos de justiça competentes; concluimos, portanto, que não há motivo para reclamações.

Percebemos que a criação de uma cooperativa de consumo é vista como solução para os “males” que afligem os operários. Para que a paz social seja alcançada, é necessário juntar esforços (patrões e empregados): não é hora de dividir, mas de somar; há que se ler nas entrelinhas que não existem motivos para represálias (leia-se greve) quanto à decisão declarada pela justiça, afinal, nos dias atuais, muito pesa sobre as classes menos favorecidas, e a criação de uma cooperativa de consumo seria quase que uma solução imediata. Mas solução imediata para quem?

Presente desde os primeiros embates na justiça, a cooperativa aparece estampada nas páginas dos jornais. Vejamos: O **Jornal de Brusque**, de 30 de março de 1952, registrando a resposta final do processo do dissídio coletivo, revela-nos a posição dos “órgãos de justiça competentes”. Quanto ao caso em questão, a sentença proferida pelo juiz é bem elucidativa:

Sou, por princípio, contrário a todo e qualquer aumento de salário, por não ver nele a solução para colocar um paradeiro ao aumento do custo de vida [...], a solução para o presente dissídio coletivo, seria a criação de uma cooperativa de consumo, com a colaboração no financiamento do Sindicato suscitado, aonde o operário iria buscar, por um preço razoável, os gêneros de primeira necessidade...

Em seguida, o jornal nos apresenta o procurador do Sindicato Operário, Dr. Luiz Navarro Stotz, que declarou: “A proposta do M.M. Juiz foi contestada pelo Sindicato dos Trabalhadores, pelos motivos já expostos no decorrer do processo.” E passa a palavra ao Dr. Lauro Linhares, representante do Sindicato Patronal, o qual: “declarou-nos com satisfação que: a classe patronal aceitou com prazer a proposta conciliativa do M.M. Dr. Juiz, achando-a justa e plausível, e que vem de encontro ao desejo dos operários. É evidente que não cabe na lógica do fato um aumento de salário...”

Prosseguindo, encontraríamos as teorias econômicas, já bem conhecidas do povo brasileiro, e as análises, apontando para a condição do país, as quais dispensam maiores comentários. Entretanto, saltam aos olhos as falas dos representantes dos respectivos sindicatos, quando percebemos que um deles fala muito pouco; enquanto o outro, parece-nos falar demais. Perdoe-nos o trocadilho, mas o representante patronal, ao afirmar que a decisão emitida pelo Juiz é “justa e plausível e que vem de encontro aos operários” está emitindo uma opinião que, no caso, não lhe cabe.

Há, finalmente, que se frisar a questão levantada há pouco, a saber, a cooperativa dos operários era vista como solução para quem? Parece-nos que não há muito o que responder, afinal, a classe patronal “aceitou com prazer a proposta conciliatória”, justificando, assim, suas pretensões.

Lembremo-nos agora do cenário no qual estamos envolvidos: declarada a greve, as matérias tomam rumo certo, a imprensa reproduzirá o discurso emitido em prol da união e da criação de uma cooperativa como solução do conflito. Encontramos, no artigo a seguir, um exemplo do desfraldar dessa bandeira, comunica o **Jornal O Rebate**:

“O Serviço Social da Indústria Núcleo de Brusque”

Vem por este intermédio tornar público o seu agradecimento às gentis senhoras que, desinteressadamente, auxiliaram no Natal dos Filhos dos Operários, que o SESI promoveu nesta cidade em data de 21 de dezembro de 1952, quando teve oportunidade de atender cerca de cinco mil crianças.

Outrossim, estende esse agradecimento a todos quanto contribuíram de qualquer maneira para o maior brilhantismo da festinha...¹⁶¹

Este artigo, assinado por Thiago Ferreira de Albuquerque, assinala a primeira menção do SESI, notemos, a primeira de muitas. O mesmo jornal comenta, a 17/01/1953, a auspiciosa notícia:

¹⁶¹ **O Rebate**, 10/ 01/ 1953.

“Fatos da Semana”

Segundo estamos informados, o SESI vai instalar nesta cidade diversos postos para a venda de gêneros de primeira necessidade aos operários [...] Se se efetivar esse benefício, como parece que vai acontecer, pois que temos notado um vivo empenho nessa realização, os operários de Brusque terão minoradas as suas dificuldades neste quadro agudo de lutas generalizadas.

Que os postos de venda de gêneros de primeira necessidade sejam instalados dentro do mais curto espaço de tempo, são os nossos votos ardentes ...

Eis uma “novidade” confortante, o SESI vem aí! Não é mais boato, nem mera possibilidade, já é realidade... “pois que temos notado um vivo empenho nessa realização...” vivo empenho de quem? Dos trabalhadores, parece-nos que não, afinal, já haviam recusado essa proposta (sem a devida reposição salarial, nada feito); a greve estava em pleno andamento e as questões discutidas pelo movimento grevista eram outras. Quando comparamos a frase: “o quadro agudo de lutas generalizadas” com outra matéria que divide espaço nesse mesmo jornal, percebemos uma ligação nada sutil:

“A greve no Rio”

32 das 41 fábricas atingidas pela greve dos tecelões já estão funcionando. (Extr. Jornal do Rio - 07/01/53)

Não atingirá a todos os operários a providência. Medida a ser adotada pelo Sindicato das Indústrias de fiação e tecelagem.

“Demissão dos cabeças”

A tendência é a de punir com a demissão apenas os cabeças da greve, indivíduos de péssimos antecedentes. Os bons empregados permanecerão até que surja outra deliberação.

Há, porém, um problema para que a dispensa seja efetiva. É que os grevistas organizadores do movimento grevista são empregados estáveis, e não poderão ser demitidos sem que haja prova evidente de sua cumplicidade, ou culpa integral.

Disse-nos o gerente daquele sindicato que as provas estão sendo coligidas e, por certo, serão enviadas à Justiça do Trabalho.

“Demitida a Leader”

A nossa reportagem apurou também que a primeira operária a ser demitida foi a Sr. Maria de Lourdes Guimarães, líder da fábrica Santo Antônio.

Por se tratar de uma operária de estabilidade, foi aberto um inquérito na justiça do Trabalho.¹⁶²

¹⁶² O Rebate, 17/ 01/ 1953.

Através desta matéria, estampada em posição de destaque e publicada no decorrer da greve, fica óbvio a estratégia empregada com o intuito de influenciar o movimento grevista. A mensagem tem um endereço certo: “punir com a demissão apenas os cabeças da greve.” Ora, a situação aqui descrita atinge os líderes operários com o intuito de enfraquecer o movimento, no entanto, torna-se perversa quando cria a expectativa que atinge todos os demais envolvidos, declarando “os bons empregados permanecerão até que surja outra deliberação”, esse “até que” soa como advertência prestes a se cumprir.

Outro aspecto presente na matéria, que é salientado por duas vezes, repousa na punição dos grevistas, dando ênfase que a demissão seria efetivada mesmo para os operários que contassem com a estabilidade no emprego, esses não estariam seguros das possíveis represálias.

Quando do término da greve, voltam, às páginas do **Jornal O Rebate**, as vantagens do SESI, ocupando um espaço bastante valorizado pelo jornal, descrito como entrevista com um “adiantado industrial brusquense”. Lança-se, assim, a pedra inaugural do que será o primeiro armazém do SESI no estado de Santa Catarina. No contexto que acabamos de analisar, percebemos a íntima ligação entre a instalação do SESI na cidade de Brusque e a greve de 1952. No segundo parágrafo dessa matéria, destacamos:

Consta essa obra social de um grande edifício, que será localizado em terreno amplo, para nele serem reunidos todos os serviços do SESI - armazém de funcionamento de gêneros alimentícios, ensinamento de corte e costura, farmácia, gabinete dentário, escolas e tudo que se relaciona com o programa de assistência aos operários [...] O operário terá no centro um local de diversões interessantes, orientado por um pessoal competente que ministrará às crianças instruções necessárias ao aprimoramento do espírito, ensinando-lhes sobretudo regras sociais e conhecimentos práticos de todos os assuntos que possam influir no bem estar de sua família [...] Ali, o operário poderá reunir-se com sua família, nas horas de folga, para, em convívio com seus colegas e amigos, passar momentos de distração em ambiente sadio e de camaradagem.¹⁶³

¹⁶³ **O Rebate**, 31/01/1953.

A transcrição é longa, mas extremamente rica em significados e representações de como o empresariado via a imagem da integração social na época, não apenas para abrandar ou aplacar os conflitos sociais, mas, diluir e doutrinar a força operária. Algumas das frases acima são preciosas e, quando percebemos esse sentido, bebemos nas águas já conhecidas do fenômeno populista, propagado pelo Estado Novo, que anuncia ser o mediador: “da construção de uma identidade societária e da autoproclamação de ser agente capaz de intervir no fluxo histórico e estancar as tensões da luta de classes.”¹⁶⁴

Assim, a busca por uma ordem corporativa vinha a confirmar a substituição do então negativo conceito da luta de classes pelo conceito positivo de colaboração entre as classes¹⁶⁵. O Estado assume a função mediadora de árbitro imparcial capaz de garantir à classe operária um projeto social. Vargas utilizou-se do poder concentrado em suas mãos durante o Estado Novo (1937-1945), para institucionalizar o mito da conciliação e cooperação entre as classes e do Estado como provedor da justiça social¹⁶⁶. A continuidade deste discurso pode ser percebido durante uma manifestação realizada em fevereiro de 1953, em Petrópolis, onde Vargas, declarava que “entre o governo e os trabalhadores nunca houve equívocos.” Na mesma solenidade, falou em nome dos trabalhadores o então presidente do Sindicato dos Tecelões, o Sr. José Maria Barbosa, enfatizando, em seu discurso, que “o proletariado compreendia as dificuldades do governo e acusou as classes conservadoras de incompreensão. Acrescentou que os trabalhadores sentiam na própria carne as dificuldades do presente, mas ainda confiavam no chefe da nação.”¹⁶⁷

¹⁶⁴ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papiros, 1986. p. 20.

¹⁶⁵ Ibidem. p. 22.

¹⁶⁶ WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? : Getúlio Vargas, industriários e construções de classes, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, volume 14, nº 27, 1994, p. 27-59.

¹⁶⁷ **O Rebate**, 21/ 02/ 1953.

Quando estudamos a realidade do Serviço Social dentro de um contexto de mobilizações populares, percebemos a inviabilidade de separá-lo do caráter de dominação política, como um mecanismo que traduz o controle sobre as massas. Neste sentido, a política da outorga, aplicada no varguismo, tem por efeito obscurecer o verdadeiro sentido das instituições assistenciais nascidas naquele momento.

Em síntese apertada, pode-se registrar a ação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) que canalizou apoio político para o governo, utilizando-se do nítido impacto emocional causado pela Segunda Guerra Mundial, declarando-se com o objetivo de prover as necessidades das famílias envolvidas no esforço de guerra.

Ainda em 1942, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que busca qualificar a força do trabalho existente no país, diante das modificações no ritmo de trabalho e da necessidade de especialização. Embalado pelas mudanças do capitalismo internacional, iniciou também um trabalho no sentido de melhor educar o filho da família operária, e é seguindo este caminho que encontramos a criação do Serviço Social da Indústria (SESI), oficializado em 1946¹⁶⁸, que explorou com maior profundidade a intervenção nos aspectos concretos da vida cotidiana dos trabalhadores e suas famílias, dirigindo sua ação para educar, organizar e disciplinar o ver, o ser, o sentir dos indivíduos. propagando uma ideologia que encobre, no cotidiano, a apreensão das relações de classe, bem como de um humanitarismo que irá legitimar os interesses institucionais¹⁶⁹, todo este esforço governamental em aplicar esta ampla política assistencial é marcado pelo fortalecimento das liberdades democráticas do pós-guerra.

¹⁶⁸ IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez / Celats, 1985. pp. 241-288.

¹⁶⁹ **Serviço social crítico: problemas e perspectivas**. Um balanço latino-americano. São Paulo: Cortez / Celats, 1985. p. 59-60.

Poderíamos indagar, no entanto, que nos encontramos na década de 50, e não mais nos meandros do Estado Novo, mas devemos lembrar-nos de que o articulador dessa política encontrava-se na presidência da república, e os caminhos traçados pelo populismo não terminariam no fim trágico do seu mandato, mas prosseguiriam adentrando os dias atuais.¹⁷⁰

Há, nesta história, muitas trilhas ainda por palmilhar. O resultado das colocações até aqui arroladas, longe de ser decisivo, aponta para alguns pontos necessários a serem salientados. Durante as pesquisas nos acervos que encerravam os jornais citados, não encontramos, entre as publicações dos mesmos, comentários de líderes sindicais, entrevistas com participantes do movimento grevista, simpatizantes ou até contrários ao mesmo, notas informativas do operariado à comunidade, expressando sua posição durante o processo de greve. Isto se o jornal aceitasse tais matérias com este conteúdo; tendo o “se” em mente, arriscamos uma resposta, citando um comentário. Evaldo Lodi, empresário industrial paulista, dirigindo-se a Samuel Wainer sobre o **Jornal Última Hora**, taxado de comunista, por abrir espaço às reivindicações populares, nos idos de 1951, assim declarou: “Você é o único jornalista capaz de fazer um jornal que é capitalista no primeiro caderno e comunista no segundo.”¹⁷¹

“Se” respondemos ou não, há que se pensar, mas, continuemos esse exercício. Ora, outro ponto relevante, que veio à tona nas entrevistas desenvolvidas com o operariado, referia-se à possibilidade de compra e acesso que esses tinham aos jornais. As respostas não poderiam ser mais diretas: *“Naquela época!!! difícil. O operariado pegava o jornal de um outro que tinha comprado (silêncio). Às vezes, até aproveitava quando ia fazer compras, vinha um embrulho (enrolado no jornal), trazia pra cá. (risos)*

¹⁷⁰ BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1990. pp. 07 -17.

¹⁷¹ **Brasil Dia-a-dia**. São Paulo: Abril, 1990. p. 130.

*Opa!!! Vou ler um jornal.*¹⁷² Ou ainda: *“Só quando um comprava e todos liam. Nós ganhávamos uma mixaria pra manter a família, era a todo custo (silêncio). Quando um aparecia com um jornal, todo mundo queria ler.”*¹⁷³

Além das dificuldades para se obter um jornal, percebemos também que a socialização das informações não pode ser limitada a possibilidade de compra ou não desses jornais. Esses eram divulgados, como também discutidos, nas rodas de amigos, quer seja em casa, na vizinhança ou mesmo nas fábricas. Devemos lembrar que as “vendas”, bares ou botequins, como queiramos chamar, eram “centro de informações”, como já vimos anteriormente, e o rádio ocupava papel de honra e era ligado a toda hora.

Finalmente, buscamos visualizar a implantação do SESI, que nos foi descrita da seguinte maneira: *“Os patrões arrumaram um depósito, compravam toda a mercadoria e perguntavam para cada operário, se este queria vale. Era, então, feita uma lista na seção, aí cada um ficava com o vale que usava.”*¹⁷⁴

Nesse contexto, a imprensa irá retratar sua implantação e atuação com outros olhos. Em extenso artigo que ocupou uma página no **Jornal de Brusque**, destaca, nas suas linhas, os jargões já conhecidos da cooperação entre as classes, da solidariedade e do bem-estar social, conceitos cunhados e elaborados diante de um momento da conjuntura econômica do pós-guerra, bem como de seus efeitos internos em nível político, que desemboca num processo de eliminação das “perigosas ideologias revolucionárias”, gerando, assim, um projeto de “paz social”, reestruturado agora sob a direção do empresariado, tendo por objetivo a prestação de serviços assistenciais, solidificado, então, na oficialização do SESI¹⁷⁵. Ilustrando esta questão:

¹⁷² Entrevista com o Sr. Érico, concedida ao autor, em 1990.

¹⁷³ Entrevista com o Sr. Hilário, concedida ao autor, em 1990.

¹⁷⁴ Entrevista com o Sr. José L., concedida ao autor, em 1994.

¹⁷⁵ IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez / Celats, 1985. pp. 274-312.

“SESI, Organização a serviço do trabalhador brusquense.”

O trabalho é a base e a segurança das sociedades modernas, e, sem deixar esse alicerce poderoso, jamais poderia haver prosperidade ou aventura social [...] O Serviço Social da Indústria foi fundado com um objetivo principal: o levantamento social, moral e físico dos operários de nossa nação, dentro de uma maior aproximação e melhor entendimento entre a classe patronal e a operária [...] Em Brusque, esta pitoresca cidade essencialmente industrial de Santa Catarina, onde o trabalho é o lema ideal, o SESI desenvolve atividades admiradas em todo o Brasil pela sua perfeição e pelos benefícios advindos da sua operosa existência, datada de tão pouco tempo.

As grandes personalidades de nossa indústria, bem compreendendo as grandes dificuldades de seus operários, resolveram introduzir esse utilíssimo serviço em favor dos menos favorecidos, facilitando-lhes a tenaz e sempre difícil luta pela sobrevivência ...¹⁷⁶

Durante seus primeiros passos, o SESI foi visto pelos operários como “*um meio de beneficiar os patrões*”¹⁷⁷, o que não nos causa espanto, considerando-se o “bombardeio” de informações de que foram acometidos durante o processo da greve, como vimos. “*Em vez de aumento, deram a comida, passaram a saliva...*”¹⁷⁸ Aos poucos, no entanto, as vantagens são percebidas e apontadas, como o preço das mercadorias que permanecia estável, este período é descrito com contentamento, mas ressaltam que foi curto. Como fecho para essa questão, gostaríamos de citar um desabafo, tantas vezes repetido: “*No comecinho, o SESI era bom, hoje ficou apenas uma ilusão.*”¹⁷⁹

2.5. ECOS E SOMBRAS

Dias, meses, anos... a memória da greve de 1952 parece desvanecer-se a ponto de não mais ouvirmos seu eco, mas não devemos nos enganar, mais do que sombras fugidias, ela permanece trabalhada continuamente pela classe operária, as lembranças a

¹⁷⁶ **Jornal de Brusque**, 27/09/1953.

¹⁷⁷ Conversa informal, o entrevistado preferiu o anonimato, em 1990.

¹⁷⁸ Entrevista com o Sr. Érico, concedida ao autor, em 1990.

¹⁷⁹ Entrevista com o Sr. Francisco, concedida ao autor, em 1990.

atestam como um marco inabalável. Procuraram tentar relegá-la ao esquecimento, negar a sua significação, mas jamais poderiam subtrair a sua existência palpável na memória daqueles que a vivenciaram. O Sr. Francisco nos revela nestas poucas palavras: *“Depois disto, não houve mais uma greve bonita como aquela!!!”*¹⁸⁰

Sentimentos continuamente manifestos de que é possível lutar, que a voz levantada naqueles dias continuava viva, tendo ou não participado ativamente do movimento, não importava... mas o fato do sentimento estar ali alojado no peito, transcrito na simples fala do Sr. Guilherme: *“Foi bom que eles fizeram!!!”*¹⁸¹

Queiramos ou não, fazemos parte desses sentimentos e, compartilhando a memória, compartilhamos um pouco de suas vidas e da história de uma cidade. Dito isso, achamo-nos diante do famoso viajante veneziano Marco Polo, relatando a Kublai Khan as visões de muitas cidades, diria ele certa vez: *“Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado ...”*¹⁸²

Enveredamo-nos, assim, por um caminho de particularidades, desejos e recordações, os quais traçam um buscar das histórias perdidas, que evidenciam os trabalhadores como sujeitos de sua própria história, construindo-se através de sua própria ação.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Entrevista com o Sr. Guilherme, concedida ao autor, em 1994.

¹⁸² CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14.

BREVES CONSIDERAÇÕES

“Na verdade, uma tal interpretação definitiva – o mapa que nunca precisará de revisões – é irrealizável por princípio. Um modo corriqueiro de formular este princípio é dizer que cada geração deve reescrever as histórias das gerações anteriores”¹.

Assim, gostaria aqui de lembrar as páginas iniciais desta pesquisa e parafrasear, novamente, Philippe Ariés, que, fora as curiosidades que se apresentavam no presente, as quais me fizeram pular para o passado, inocentemente não imaginava que, além de pular, iria mergulhar num mundo novo de sensações, símbolos, mitos, desejos, que borbulhavam a minha volta, desapareciam e retornavam a superfície, ao sabor do acaso. Não se enganem os mais incautos, frente à beleza desses momentos; é assustador perceber-se irremediavelmente livre para crescer e observar conjecturações teóricas, prismas de análise, se desvaneceram diante dos olhos, tal qual um castelo de areia.

Navegar por esse oceano de incertezas, cheio de expectativas, com um olhar que estranha e desconfia do que está a ver, é o que aprendi dessa viagem. Hoje, ao caminhar pelas ruas da cidade, percebo a companhia daqueles que compartilharam comigo um pouco de suas vidas, percebo-os nas pedras das ruas, nas saídas das fábricas, nos coletivos apinhados de trabalhadores; não vejo mais massa informe, povoa-me a memória canções, idéias que não foram, histórias pitorescas; as ruas “ganham sentido”, os marcos se tornam visíveis e o invisível torna-se palpável, as casas, que já não mais existem, árvores centenárias que pereceram frente a novas construções, rostos que desapareceram nas brumas do tempo.

¹ GAY, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 191.

Nesse sentido é que recorro e, então, entendo, mesmo que parcialmente, que o hoje e o ontem estão tão próximos e que o amanhã (quem sabe?) nos colocará na situação de narradores do que já se foi. Será que as nossas mais acalentadas lembranças, cuidadosamente guardadas, encontrarão abrigo aos olhos de outrem? Quando apercebo-me burilando tais questões, inevitavelmente vem à mente as palavras do Sr. Enrique: lá estávamos nós a discutir política, assentados à mesa, falávamos da política dos anos 50 como se estivéssemos rememorando as notícias saídas de algum jornal, na manhã daquele dia; quando o Sr. Enrique, inesperadamente, declarou:

“Eu gosto de discutir política. Porque não existe nada sem política. Tu estás fazendo uma política, e grande!!! Esta tua política é a política mais linda que pode existir. Se tu mostrar isso para os teus netos, eles vão chegar perto de ti e dizer: - oh, vô, tu fez a coisa mais linda do mundo, isso aí existia!!! Sabe porque... porque tem poucas pessoas que se interessam em fazer o que tu estás fazendo!!!”²

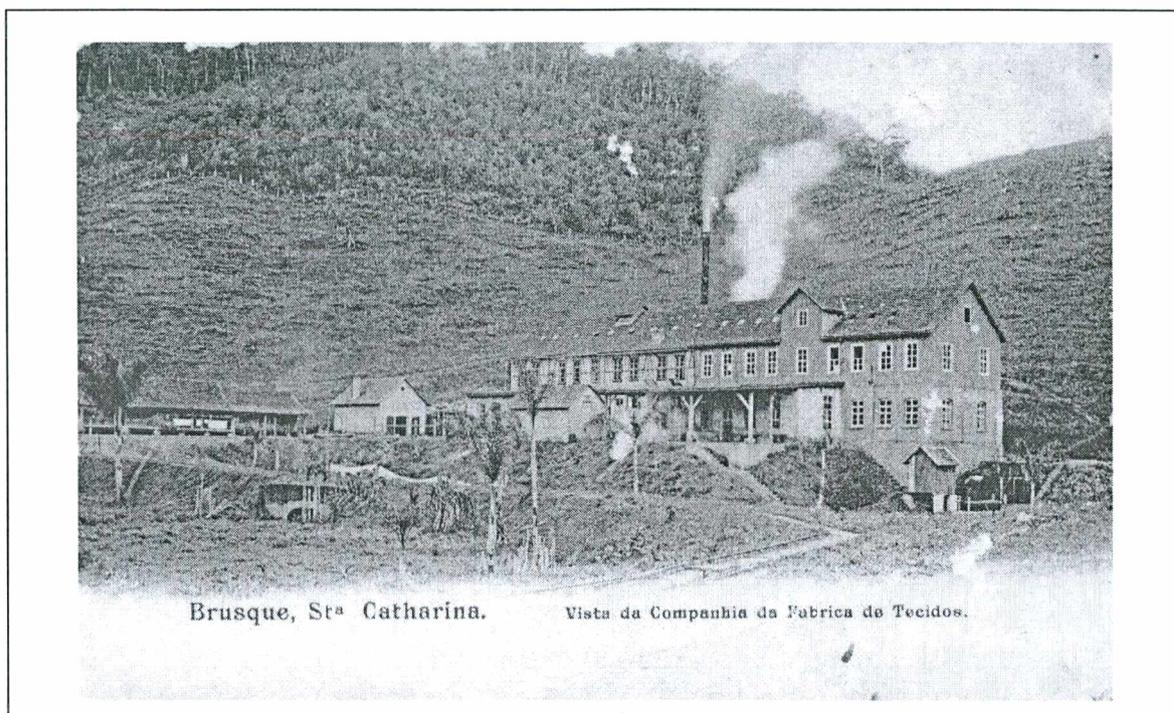
Naquele dia, muitas imagens passaram diante de meus olhos, como vendo um filme antigo, o passo a passo desta pesquisa foi sendo revisto, a busca de um cotidiano operário, as práticas de solidariedade e resistência, as lutas, as vitórias, as derrotas, em suma, o operário têxtil de Brusque se transformando em sujeito histórico palpável, construindo-se dia a dia, criando novas e inusitadas possibilidades; mas,... me pareceu tão pouco frente ao que se há por descobrir, ao que se há por fazer, mas, neste momento, apenas o contemplo, admirado com o que já vi e, estupefato, sei que ele existe.

² Entrevista com o Sr. Enrique, concedida ao autor em 1994.

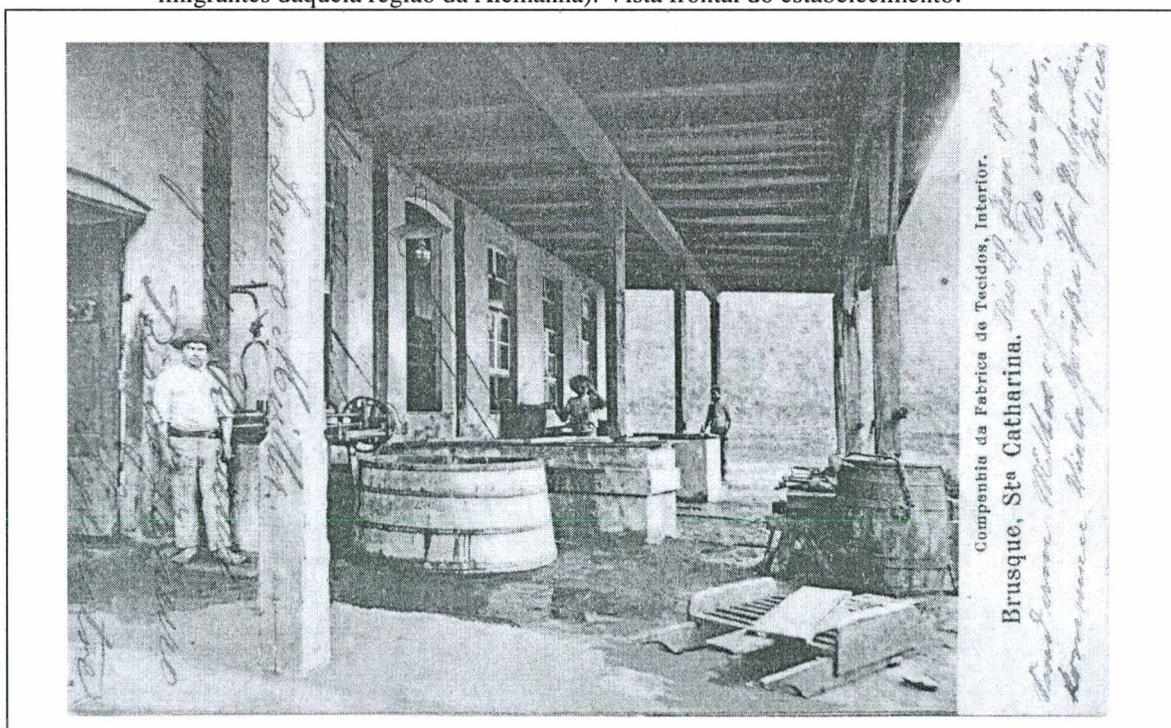
ANEXOS

Ilustrações retiradas do arquivo do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim.

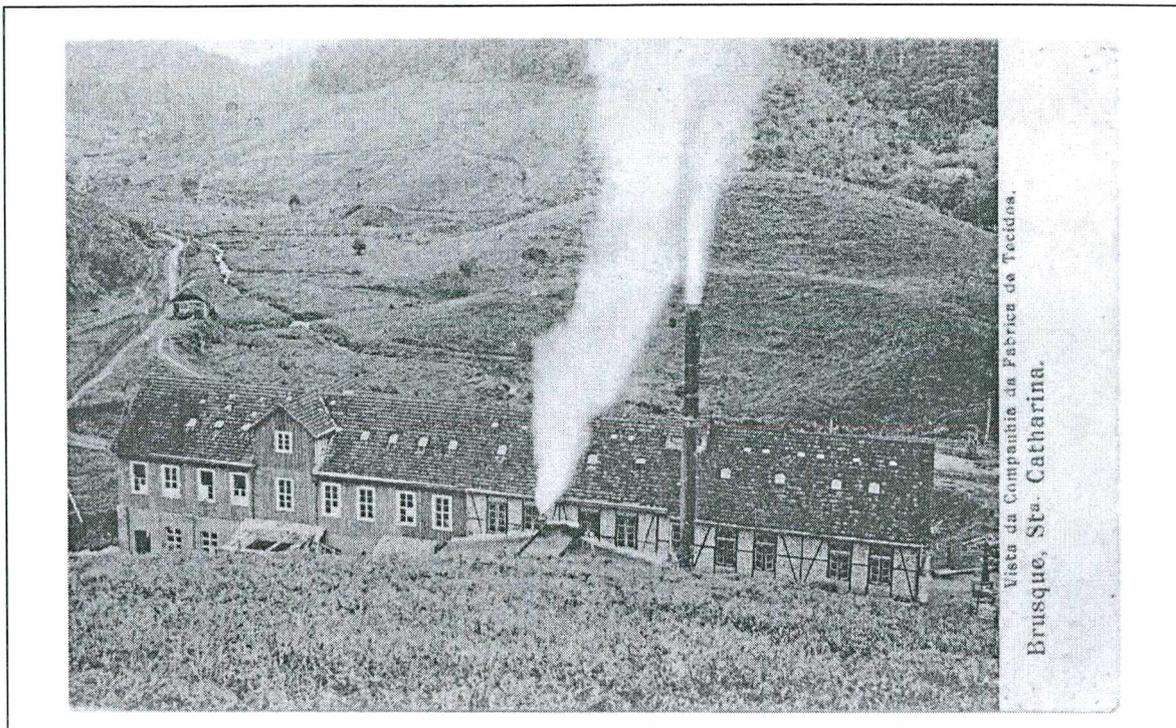
Abaixo a fábrica de tecidos Carlos Renaux - 1905.



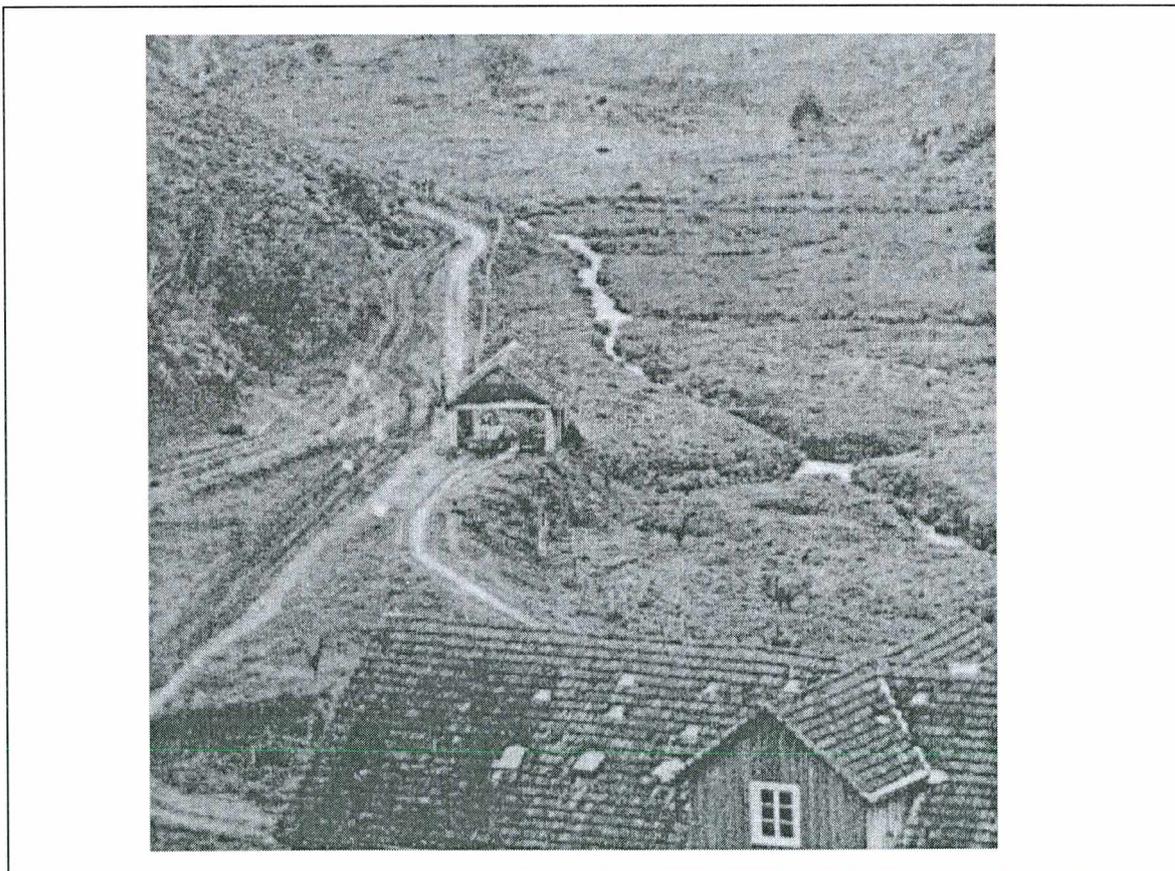
A instalação se deu a três quilômetros da vila na estrada dos Pomeranos (homenagem aos imigrantes daquela região da Alemanha). Vista frontal do estabelecimento.



Primeira tinturaria instalada na fábrica, trabalhadores e as barcas onde eram tingidos os fios.

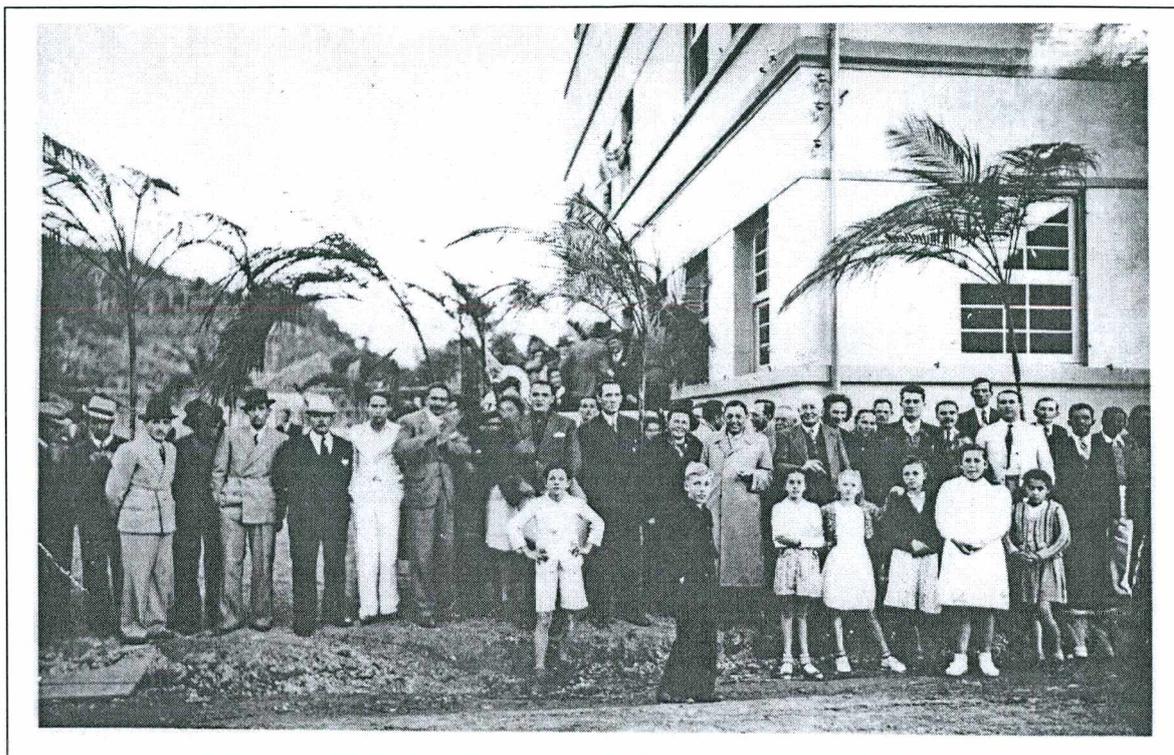


Na foto percebe-se o ribeirão dos Pomeranos, que foi aproveitado a fim de represar água para o funcionamento de uma turbina, na qual se juntou um pequeno gerador que movimentava os teares.

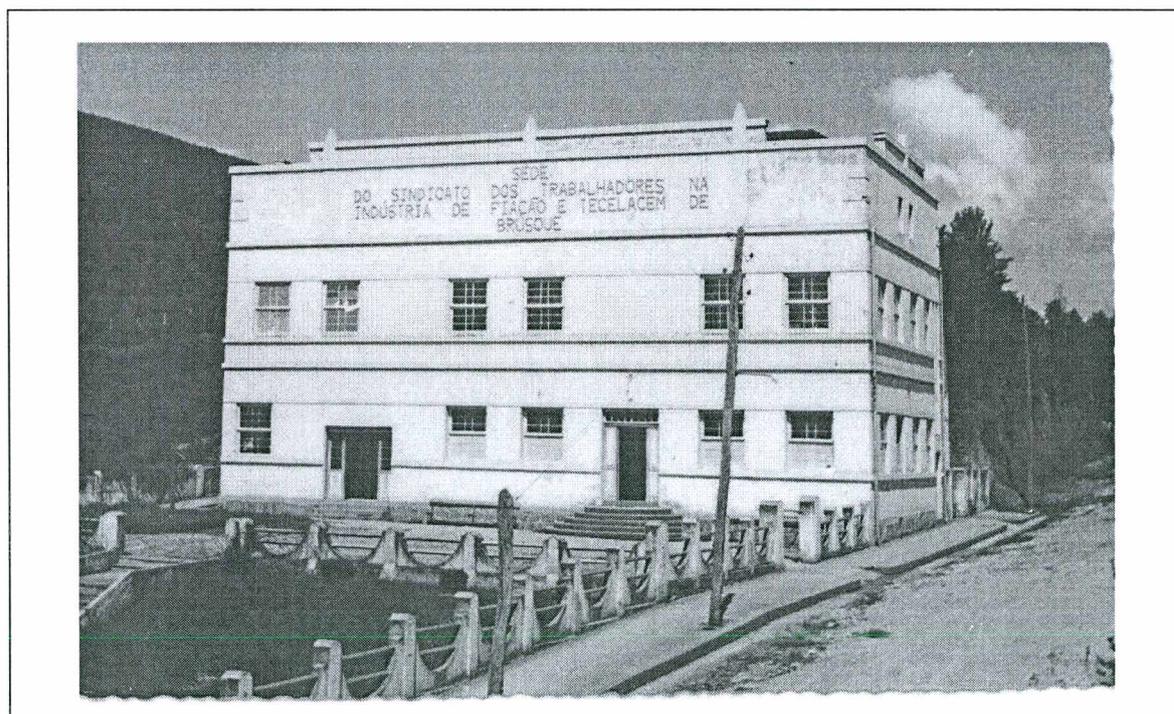


No detalhe o ribeirão dos Pomeranos e a via férrea por onde eram transportados operários e matéria-prima. .

Ilustra-se a seguir a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque.



A inauguração do sindicato contou com a presença de diversos trabalhadores a 26 de junho de 1933.

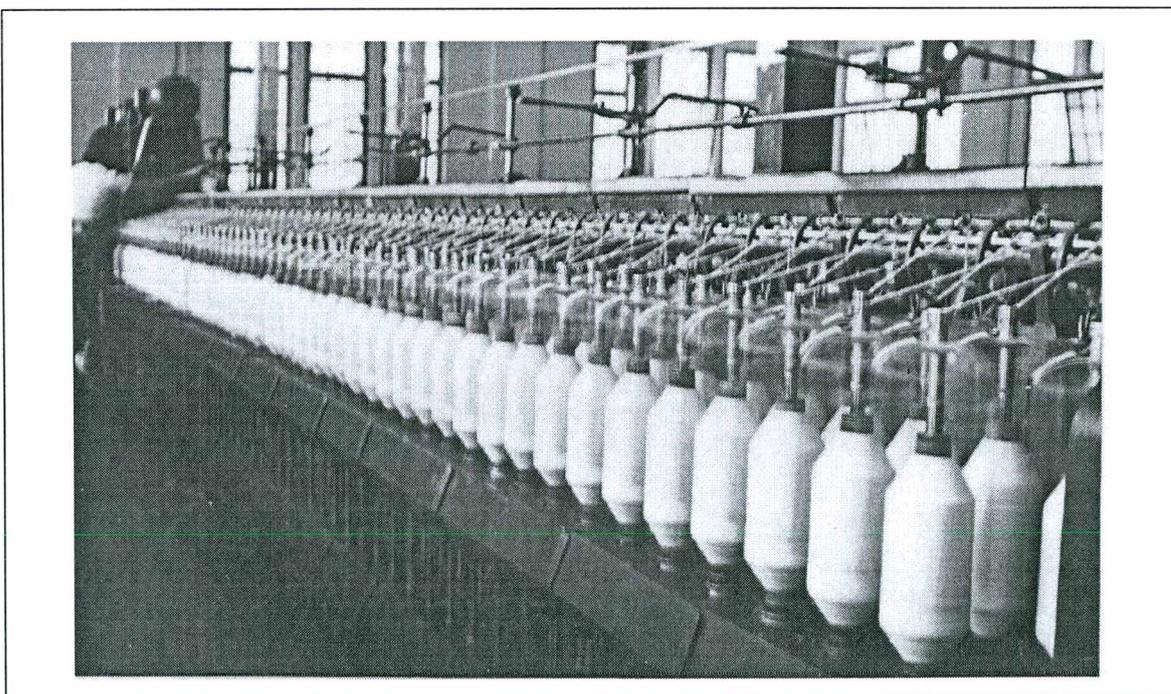


Vista frontal da sede do sindicato. Nota-se o jardim em frente ao mesmo, onde aconteceu a assembléia geral extraordinária, que decidiu pelo fim da greve de 1952.

Operárias no espaço fabril na década de 50.

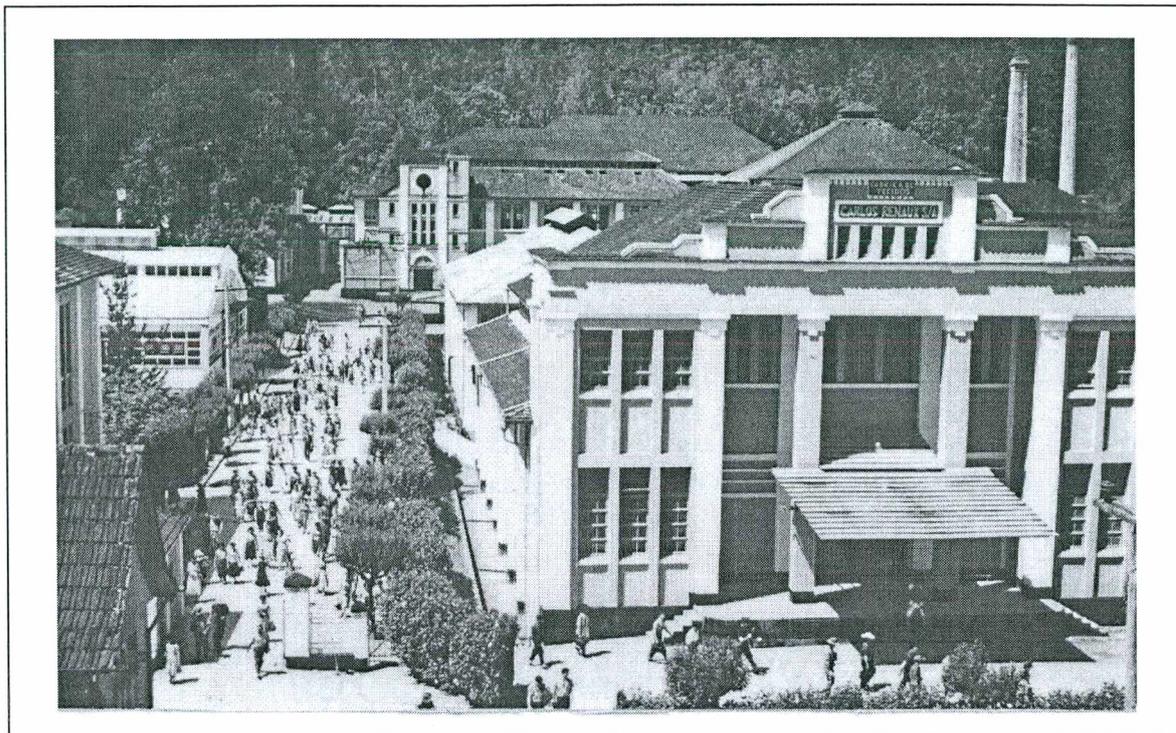


Operárias trabalhando na maçarqueira, que tinha a função de paralelização e estiramento dos fios.

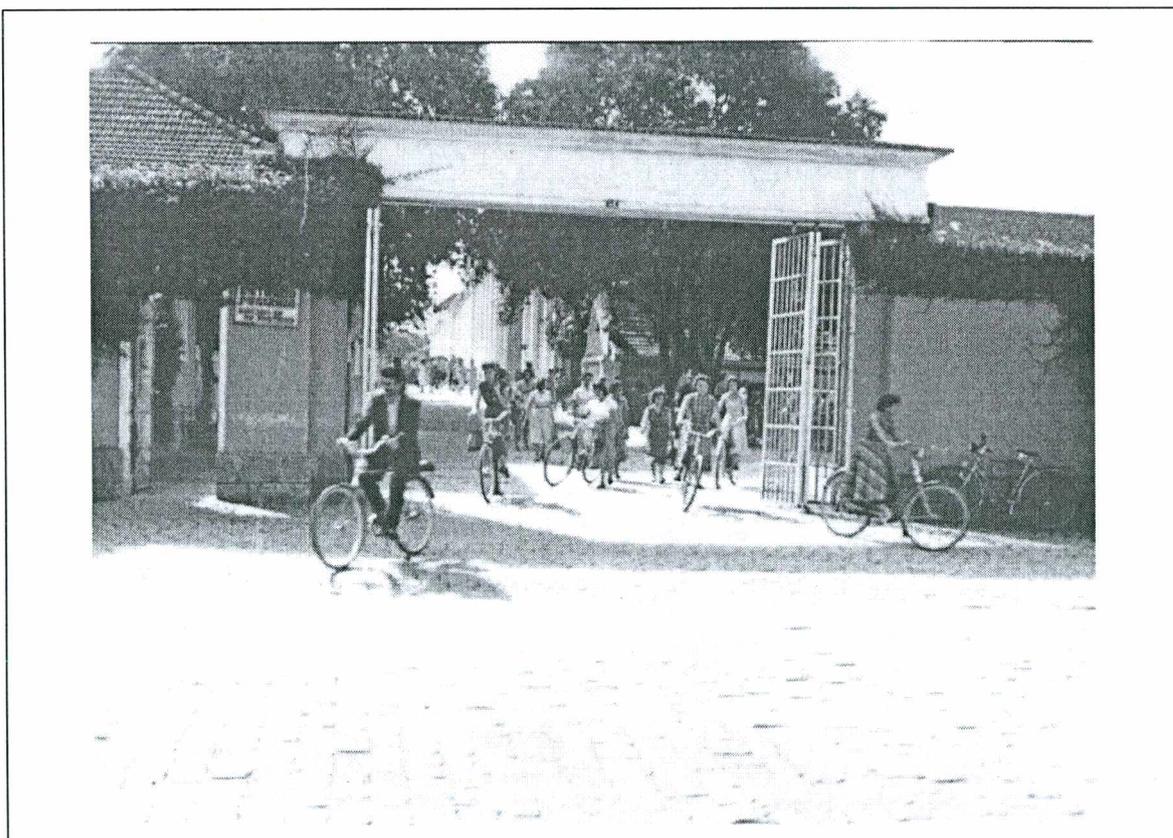


Aqui o trabalho realizado nas conicaleiras, que tinham a função de enrolamento dos fios em bobinas maiores e de maior capacidade.

A movimentação dos operários no final de turno, na década de 50.

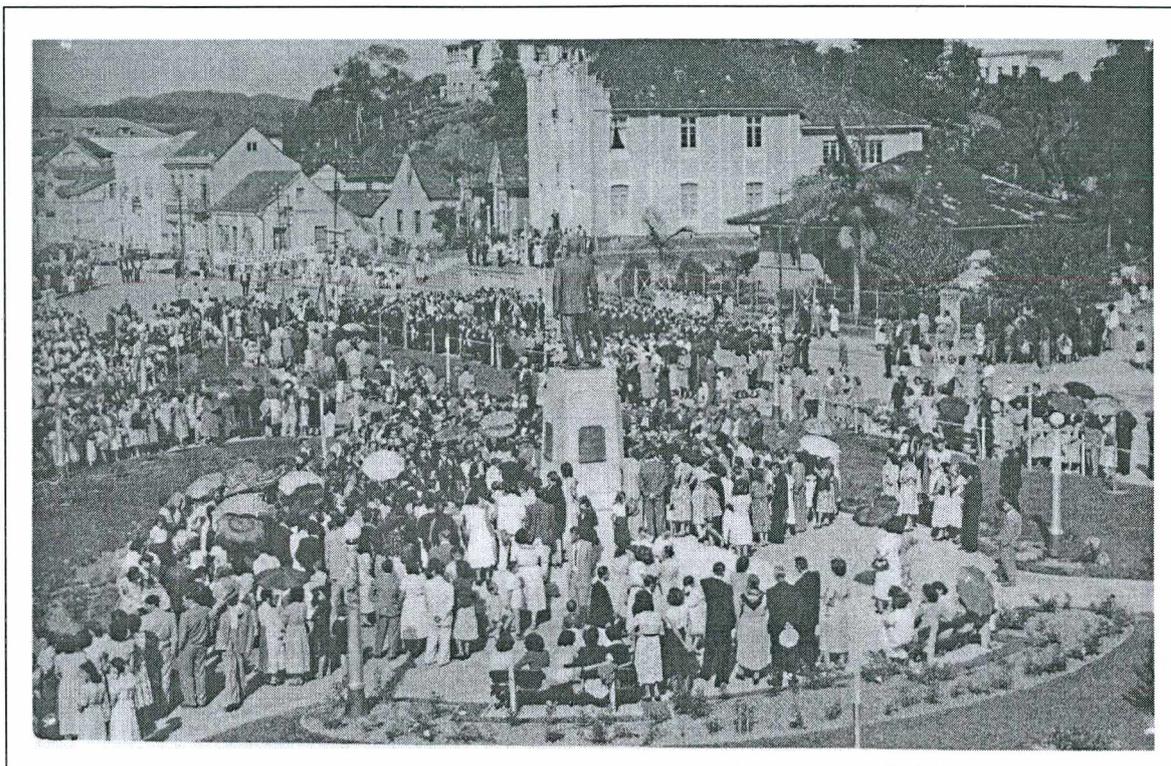


Saída de operários da Fábrica de Tecidos Renaux.
Também é destacado o bloco sede da empresa.



A bicicleta foi o principal meio de transporte dos operários.
Nesta foto, destaca-se o fim de um turno de trabalho na Indústria Renaux.

Vista do centro da cidade de Brusque.



Inauguração da Praça Salgado Filho, depois renomeada Barão M. de Schnéeburg, 1951.



Avenida central e os ônibus da Empresa Circular de Evaldo Bohn, lembrados pelos operários em suas entrevistas, 1957.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

E FONTES

A - FONTES PRIMÁRIAS

A1 - FONTES ORAIS¹

Entrevistas Individuais:

Alfredo Holis, nascido na localidade de Brusque, em 11 de agosto de 1919, entrevistado pelo autor em 1990. Reside na Avenida 1º de Maio, 94, Centro.

Enrique Dias, nascido na localidade do Cedro, em 11 de dezembro de 1924, entrevistado pelo autor em 1994. Reside na Rua Padre Antônio Heins, 113, Paquetá.

Érico Cervi, nascido na localidade de Brusque, em 23 de agosto de 1923, entrevistado pelo autor em 1990. Reside na Rua Centenário, 290, Centro.

Francisco Zen, nascido na localidade de Brusque, em 10 de dezembro de 1916, entrevistado pelo autor em 1990. Reside na Rua Santos Dumont, 545, Santa Terezinha.

Herbert Decker, nascido na localidade de Brusque, em 16 de outubro de 1931, entrevistado pelo autor em 1990. Reside na Rua Marcílio Dias, 250, Santa Rita.

Hilário Bernardi, nascido na localidade de Brusque, em 13 de setembro de 1916, entrevistado pelo autor em 1990. (In Memoriam). Residia na Rua 7 de Setembro, 224, Santa Rita.

¹ As entrevistas estão organizadas a partir do contato inicial do pesquisador com os entrevistados; assim percebemos um primeiro momento desenvolvido em 1990, que refletiu um levantamento inicial sobre o tema; o segundo caracterizou a pesquisa propriamente dita, realizada ao longo de 1994. Cabe registrar que as visitas posteriores, que tinham salutar objetivo de esclarecer ou retomar determinada questão, não estão aqui apresentadas, mas compõem o material consultado.

Maurilia Mafra, nascida na localidade do Cedro, em 14 de setembro de 1927, entrevistada pelo autor em 1990. Reside na Rua Vicente Schaeffer, 10, Centro.

Oswaldo Bambinetti, nascido na localidade de Brusque, em 11 de março de 1919, entrevistado pelo autor em 1990. Reside na Rua 7 de Setembro, 86, Santa Rita.

Rigon Eriberto Niebuhr, nascido na localidade de Brusque, em 08 de novembro de 1936, entrevistado pelo autor em 1994. (In Memoriam). Residia na Rua Max Koehler, 15, Centro.

Roland Heining, nascido na localidade de Brusque, em 26 de novembro de 1929, entrevistado pelo autor em 1994. Reside na Rua Edgar Von Büettner, 414, Bateias.

Obs.: No decorrer da pesquisa alguns entrevistados manifestaram a preferência pelo anonimato parcial ou total; respeitando a opção, passo a citá-los:

Edgar, entrevista realizada pelo autor em 1990.

José B., entrevista realizada pelo autor em 1994.

José L., entrevista realizada pelo autor em 1994.

Maria, entrevista realizada pelo autor em 1994.

Conversa informal, o entrevistado preferiu o anonimato, realizada pelo autor em 1990.

Entrevistas Coletivas

* Realizadas no Serviço de Assistência Social Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, Guabiruba, Rua 10 de Junho, 195, Centro, no ano de 1994:

Bruno Kormann, nascido na localidade da Guabiruba, em 11 de abril de 1918.

Catarina Zimmermann, nascida na localidade da Guabiruba, em 21 de junho de 1921.

Damião Maffeezoli, nascido na localidade da Guabiruba, em 21 de junho de 1921.

Ervino Erthal, nascido na localidade da Guabiruba, em 24 de outubro de 1921.

Iona Wippel, nascida na localidade de Brusque, em 22 de janeiro de 1929.

Iracema Erthal, nascida na localidade da Guabiruba, em 20 de julho 1937.

Tereza Kormann, nascida na localidade da Guabiruba, em 22 de maio de 1929.

* Entrevistas realizadas na residência da família Erthal, na Rua Brusque, 537, Guabiruba, no ano de 1994.

Aharrh Kormann, nascido na localidade da Guabiruba, em 10 de junho de 1927.

Iracema Erthal, nascida na localidade da Guabiruba, em 20 de julho de 1937.

* Entrevistas realizadas na residência da família Lofhagen, na Rua São Leopoldo, 181, São Luiz, no ano de 1994.

Cecília Lofhagen, nascida na localidade de Brusque, em 14 de julho de 1938.

Guilherme Lofhagen, nascido na localidade da Guabiruba, em 08 de junho de 1937.

A2 - IMPRESSOS

A2.1 - Acervo do Museu e Arquivo Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, localizado na cidade de Brusque.

Periódicos de Brusque:

Diretório municipal do Partido Social Progressista. **O Rebate**, 18/08/1950.

Desautorização da coligação UDN-PTB. **O Rebate**, 16/09/1950.

Vereadores pelo PSP. **O Rebate**, 30/09/1950.

As campanhas de Antônio Haendchen, Guilherme Renaux e Udo Deeke. **O Rebate**, 30/09/1950.

Mario Olinger, o novo edil brusquense. **O Rebate**, 07/10/1950.

Aumento de salários do operariado brusquense. **Jornal de Brusque**, 16/03/1952.

O dissídio coletivo do operariado brusquense. **Jornal de Brusque**, 30/03/1952.

Negado provimento ao agravo do sindicato local no Supremo Tribunal da Justiça no Brasil. **Jornal de Brusque**, 12/11/1952.

Cooperativa dos operários. **Jornal de Brusque**, 12/11/1952.

Greve geral dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Brusque. **O Rebate**, 24/12/1952.

O Serviço Social da Indústria, Núcleo de Brusque. **O Rebate**, 10/01/1953.

A greve no Rio. **O Rebate**, 17/01/1953.

Fatos da semana. **O Rebate**, 17/01/1953.

A greve continua. **O Rebate**, 24/01/1953.

Centro operário. **O Rebate**, 31/01/1953.

Raízes da carestia. **O Rebate**, 07/02/1953.

Acabou-se a greve. **O Rebate**, 07/02/1953.

“Temos direito à saúde, à alimentação e ao vestuário”. A manifestação dos trabalhadores em Petrópolis ao presidente da República. **O Rebate**, 21/02/1953.

Carta. **O Rebate**, 21/03/1953.

O Sindicato. **Jornal de Brusque** (edição histórica), nº13, agosto de 1993.

SESI, organização a serviço do trabalhador brusquense. **Jornal de Brusque**, 27/09/1953.

A fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. **O Rebate**, 27/02/1954.

Mario Olinger, Vice-Presidente da UDN. **O Rebate**, 15/05/1954.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque. **O Município**, 03/07/1954.

União e trabalho. **O Rebate**, 14/08/1954.

Colonização e desenvolvimento de Brusque. **Jornal de Brusque** (edição histórica), nº13, agosto de 1993.

Martinho comandou matança de índios. **Jornal de Brusque** (edição histórica), nº13, agosto de 1993.

Bateias tem mais de um século de história. **O Município**, 31/01/1997.

A2.2 - Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, localizada na cidade de Florianópolis.

Periódicos de Florianópolis:

Incongruências verificadas em Brusque, no pleito. **Diário da Tarde**, 01/10/1952.

Pacíficos, 4.000 operários pleiteam aumento de salários. **O Estado**, 10/01/1953.

A greve dos operários de Brusque. **O Estado**, 14/01/1953.

A greve dos operários em Brusque. **Diário da Tarde**, 14/01/1953.

A2.3 - Acervo do Arquivo Histórico da Fundação Genésio Miranda Lins, localizado na cidade de Itajaí.

Periódicos de Itajaí:

A greve dos operários de Brusque. **Jornal do Povo**, 25/01/1953.

Terminou a greve em Brusque. **Jornal do Povo**, 01/02/1953.

Major Pedra Pires - reconhecimento público. **Jornal do Povo**, 22/03/1953.

A3 - DOCUMENTOS

A3.1 - Acervo do arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque:

Livro de Atas, nº 2, junho de 1933 a maio de 1952.

Livro de Atas, nº 3, junho de 1952 a janeiro de 1961.

B - FONTES SECUNDÁRIAS

B1 - ARTIGOS

AYALA, Maria Ignez Novais. A poesia e a fábrica: um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, n- 15, set 1987/fev 1988. pp. 157-162.

BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994. pp. 149-165.

Brasil Dia-a-Dia. São Paulo: Abril, 1990. pp. 30-34.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n 13, 1994. pp. 97-113.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH / Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, set. 92/ ago. 93, pp. 97-103.

Documentos da administração Barão Maximiliano de Schnéeburg - 30 de dezembro de 1865. In: **Revista Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante, nº 37, 1986, p.510.

DUPRAT, Chatherine. Punir e curar: em 1819, a prisão dos filantropos. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 7, n- 14, mar/ago 1987. pp. 07-58.

Extraído do Diário de viagem do imigrante Paul Schwartzler, In: **Revista Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante / SAB, nº 32, 1984.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no Sul do Brasil. **Cadernos Pagu** (4), 1995. pp. 117-142.

FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's time and "Housekeeping". **Signs: journal of women in culture and society**, 1988, vol. 14, ano 1.

IMHOF, Afonso. Conflito industrial e populismo em Brusque. In: **Revista Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante / SAB, nº03, 1980.

- Impressões de viagem, de Sérgio Nolasco. In: **Notícias de "Vicente Só" Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante / SAB, nº36, 1985.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Descaminhos da modernidade: identidade e movimentos sociais no Brasil. In: **Revista Catarinense de História**. Florianópolis: Insular, nº03, 1995. pp. 41-52.
- LAGO, Paulo Fernando. Brusque: aspectos geográficos das paisagens rurais. In: **Álbum do 1º Centenário de Brusque**. Brusque: SAB, 1960. pp. 317-354.
- LAUTH, Aloisius Carlos. As Raízes da Casa Própria: Casas de Enxaimel. In: **Revista Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante / SAB, 1981, nº 20.
- LAUTH, Aloisius Carlos. A greve de 1933, a industrialização, a participação dos partidos políticos e o movimento sindical em Brusque. In: **Revista Notícias de "Vicente Só" - Brusque - Ontem e Hoje**. Brusque: Gráfica Bandeirante / SAB, nº 28, 1983.
- MAFFESOLI, Michel. Liberdades intersticiais. In: MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean; MAFFE-SOLI, Michel. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Florianópolis: UFSC, 1993. pp. 51-70.
- MAMIGONIAN, Armen. Brusque: Estudo de geografia humana e econômica. In: **Álbum do 1º centenário de Brusque**. Brusque: S.A.B., 1960. pp. 379-396.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. In: **Revista Catarinense de História**. Florianópolis: Terceiro Milênio, nº 02, 1994. pp. 35-44.
- PERROT, Michelle. Prática da memória Feminina. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto/setembro 1989. pp. 9-18.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana**. Porto Alegre: UFRGS, cad. de estudos, nº 03, maio de 1991.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana.** Porto Alegre, 1992 (Dact.)

Relatório da Colônia Itajahy-Brusque, do ano de 1866. In: **Revista Notícias de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje.** Brusque: Gráfica Bandeirante / SAB, nº 32, 1984.

SERPA, Élio Cantalício. **História da história do povoamento catarinense: a busca da identidade.** Florianópolis, UFSC, 1997, p. 03. (Dact)

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (s.c.): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.** Rio de Janeiro: U.F.R.J./Marco Zero/ PROED, 1987. pp. 103-120.

WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? : Getúlio Vargas, industriários e construções de classes, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol.14, nº27, 1994, pp.27-59.

1º Centenário de Brusque. In: **Revista de “Vicente Só” - Brusque - Ontem e Hoje.** Brusque: Gráfica Bandeirante, nº 43, 1987, p. 723.

B2 - LIVROS

Álbum do 1º Centenário de Brusque. Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

ALVES, Julia Falivene. **A invasão cultural norte-americana.** São Paulo: Moderna, 1988.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. **O que são comissões de fábrica.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ARIÉS, Philippe. A história das mentalidades. In: **A Nova História.** Dirigida por Jaques Le Goff e Roger Chartier Jacques Revel. Coimbra - Portugal: Almedina, 1978. pp. 455-479.
- ARIÉS, Philippe. Trecho de uma entrevista concedida ao Nouvel Observateur, publicada no Brasil em Ensaio de Opinião nº 2 + 5. In: **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964.** São Paulo: Contexto, 1990.
- BAUSBAUM, Leôncio. **História sincera da República.** São Paulo: Alfa e Ômega, vol.3, 1976.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz/ Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império.** Brusque: SAB, 1958.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CANEDO, Leticia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato.** São Paulo: Contexto, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: contexto/ EDUSP, 1988.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 - 1979.** Florianópolis: UFSC, 1990.

- CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. A memória: lembrança e identidade do eu. In: **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1996. pp. 125-130.
- O depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas, In: **Ensaio de Opinião 2+1**. Rio de Janeiro: Inúbia, 1975.
- CORREA, Carlos Humberto P. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis: U.F.S.C., 1978.
- CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DECCA, Edgar S. de. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp 63-96.
- DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado Corporativista - O caso dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação e tecelagem de Blumenau - 1941 - 1950**. Florianópolis: UFSC, 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- DIAS, Maria Odila Leite. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI,

Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 39-53.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII - 1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976.

FENELON, Déa Ribeiro. **Trabalho, cultura e história social**: perspectivas de investigação. Projeto História. São Paulo: PUC, nº 4, dezembro de 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FONSECA, Claudia. Honra, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 310-333.

FOULCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense - Universitária.

FOULCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOULCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e outros. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC. Série Letras e Artes - 6/74, Cadernos nº 16, 1979.

FOULCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Ghilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 3 vls.

- FOULCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1985.
- GATTAZ, André Castanheira. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil: encontro Regional de História Oral Sudete - Sul**. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 136-137.
- GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. **Essas ruas que eu amo**. Blumenau, 1982.
- GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. **Raízes polonesas em Brusque**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1989.
- GOULART, Maria do Carmo. **Imigração polonesa em Brusque: um recorte histórico**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1988.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. - Edições Vértices, nº 1, 1988. p.06.
- HALBWACHS, Maurice (1877-1943). **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

- HOBSBAWM, Eric. J. A história e as “satânicas fábricas escuras”. In: **Os trabalhadores**: estudo sobre a história do operariado. Tradução de Marina Leão Teixeira V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBSBAWM, Eric. J. História operária e ideologia/Notas sobre a consciência de classe/O fazer-se da classe operária, 1970-1914. In: **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez / Celats, 1985.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As lutas sociais no Brasil. In: **Lutas sociais na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp. 59-79.
- KOWARICK, Lucio. As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. In: KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 17-27.
- KRIEGER, Oscar Gustavo. **Pequeno tratado de história de Brusque**. (Santa Catarina). Dezembro de 1953.
- LE GOFF, Jacques. A história do cotidiano. In: DUBY, Georges; et al. **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros, São Paulo: Ática, 1991. pp. 154-204.
- LEITE, Márcia de Paula. **O que é greve**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papiros, 1986.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1983.

- LINHART, Robert. **Greve na fábrica.** Tradução de Miguel Arraes, com a colaboração de Lydia H. Caldas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- METZGER, Claus. **O lavrador - operário de Guabiruba.** Prefeitura Municipal, 1988.
- MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política:** estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953 - 54. São Paulo: Polis, 1978.
- MONTEIRO, Brandão. **Os partidos políticos.** São Paulo: Global, 1989.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Cultura e identidade operária:** aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/ MARCO ZERO/ PROED, 1987. pp. 53-101.
- PEDRO, Joana Maria Pedro. **Nas tramas entre o público e o privado:** a imprensa de Desterro, 1831-1889. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas:** uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.
- PEDRO, Maria Joana; FLORES, Maria Bernardete Ramos (Org.). **(Re) Inventando a cidadania:** a história do Sindicato dos Eletricários de Florianópolis. Florianópolis: SINERGIA, 1994.
- PENNA, Maria Valéria Junho. **Mulher trabalhadora.** Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986.
- PEREIRA, Vera Maria Cândido. **O coração da fábrica:** estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **O espetáculo da rua.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Prefeitura Municipal, 1992. pp 64-65.

- PIAZZA, Walter Fernando (Org.). **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- PIAZZA, Walter Fernando. **Folclore de Brusque**: estudo de uma comunidade. Brusque, Ed. SAB, 1960.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 127-150.
- RAGO, Margarete. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RENAUX, Maria Luiza. **O Outro lado da história**: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950. Blumenau. Ed. da FURB, 1995.
- REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 50**: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. Rio de Janeiro: Ática, 1992.
- ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: USP/ Letras e Letras, 1994.
- SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Éder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C.L. (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. pp 39-67.
- SADER, Emir. **O anjo torto**: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- SANDRONI, Paulo. **O que é mais-valia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **Colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis, Edeme, 1981.
- SCHWAB, Aparecida Beduschi. **O Movimento Operário: Evolução do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau - 1950 - 1988**. Florianópolis: UFSC, 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **À escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992. pp. 63-95.
- Serviço social crítico: problemas e perspectivas**. Um balanço latino-americano. São Paulo: Cortez / Celats, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre/Brusque: SAB, 1974.
- SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarianização do campesinato no Vale do Itajaí (s.c.): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: U.F.R.J./Marco Zero/ PROED, 1987.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual Editora, 1991.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** A árvore da liberdade. Tradução Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. 1.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** A maldição de Adão. Tradução Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. 2.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** A força dos trabalhadores. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Vol. 3.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciência de clase.** Barcelona: Crítica, 1984.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. pp. 27-55.
- WOLF, Cristina Scheibe. **As mulheres da Colônia Blumenau:** cotidiano e trabalho - 1850-1900. São Paulo: PUC, 1991. p. 40. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.